



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

O Prefeito de Sarandi, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, e na forma prevista no artigo 37 da Constituição Federal e pelas instruções contidas neste Edital e pelas demais disposições legais aplicáveis, sob a supervisão da Comissão Executiva do Concurso Público instituída pela portaria nº 6763/2019, **TORNA PÚBLICO** o resultado dos recursos contra o gabarito preliminar da prova objetiva, do concurso público em epígrafe, conforme segue:

Número do Protocolo: 20191209.015.271464.076.0000002546-28

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR

Questão: 19

Recurso: A única alternativa correta é a B, $1 - 1 = 0$, a alternativa do Gabarito, letra C, $-1 + 1 = 2$, é errônea, sendo que $-1 + 1$ é igual a 0.

Resposta:

DEFERIDO.

Em resposta ao recurso apresentado, informa-se que o gabarito enviado para divulgação esta com erro, sendo a resposta correta Alternativa B.

Sendo assim ocorrerá a alteração do gabarito.

Número do Protocolo: 20191209.015.271464.076.0000002547-27

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR

Questão: 21

Recurso: Conforme Lei Orgânica do Município de Sarandi - RS, Art. 11 A Câmara Municipal de Vereadores é composta por 11 Vereadores eleitos pelo sistema proporcional, como representante do povo, com mandato de 4 (quatro) anos. Sendo a alternativa correta letra B, 11 vereadores compõem a câmara municipal. Conforme também está no site <https://www.todapolitica.com/eleicoes-2016/candidatos-vereador-sarandi-rs/>

Resposta:

INDEFERIDO. Embora a alegação do candidato esteja correta, há uma inconsistência de informação, em virtude de que no site oficial da Câmara de Vereadores de Sarandi - RS, encontra-se a informação de que há naquela casa de leis, 13 parlamentares, sendo, 10 ativos e 3 inativos. Considerando que as informações disponibilizadas pelas Câmara são informações oficiais e considerando que a mesma está em conflito com a real situação junto ao Tribunal Regional Eleitoral, esta banca determina a anulação da questão.

Parlamentares

Selecione o Período

17º (2017 - 2020) (Atual)

Total de Parlamentares: 13

Parlamentar	Partido	Ativo?	Titular?
 Airton Ortiz	PP	Sim	Sim

Fontes: <https://www.cmsarandi.rs.gov.br/processo-legislativo/parlamentares.html>



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

Número do Protocolo: 20191220.015.272947.076.0000002548-95

Cargo: PROCURADOR GERAL

Questão: 33

Recurso: Questão 33) A questão de número 33 da Lei de Procurador Geral MERECE TER O GABARITO ALTERADO da letra “a” para a letra “e”, eis que o artigo 4º da Lei Orgânica Municipal aduz que: “São símbolos do Município, o Brasão e a Bandeira, representativa de sua cultura e história”, não estando contemplado o hino, portanto, como está no gabarito divulgado. Sendo assim, a resposta correta está na letra “e”, merecendo, pois, a devida alteração nesses termos, eis que a alternativa “e” expressa exatamente os termos da Lei Orgânica. Pede deferimento.

Resposta:

INDEFERIDO. O recurso apresentado não merece prosperar. Isso porque, a Lei Orgânica do Município de Sarandi – RS, promulgada em 02.04.1990, inicialmente tinha como símbolo do Município apenas a Bandeira e o Brasão. Contudo, com a Emenda à Lei Orgânica do Município de Sarandi-RS de nº 4 de 23 de agosto de 2011, houve alteração do artigo 4º, o qual passou a conter a seguinte redação: “Art. 4.º - São símbolos do município, o **Brasão, a Bandeira e o Hino**, representativa de sua cultura e história. Parágrafo Único - O dia 27 de junho é a data magna municipal.” (grifou-se) [disponível em: < http://www1.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50202:4:::NO:RP:P4_CD_LEGISLACAO:409369 >. Portanto, a alternativa que traz corretamente todos os símbolos do Município é a letra “A”.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Detalhes da Legislação

Voltar Nova Pesquisa Ver Documento

Lei Orgânica Municipal - 0 / 1990 Órgão : 80101 - CM DE SARANDI
Data do Ato: 02/04/1990 Publicação: 02/04/1990
Ementa: Os vereadores da Câmara Municipal de Sarandi, reunidos em assembleia, no uso das prerrogativas conferidas pela Constituição Federal, afirmado a autonomia política e administrativa de que é investido o município como integrante da Federação Brasileira, invocando a proteção de Deus, promulga a seguinte: LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SARANDI.

Anexos
Não há anexos informados para esta legislação.

Q Ir Linhas 15 Ações

Referências	Ação	Tipo	Número/Ano	Órgão	Observação
	Alterado(a) por	Emenda à Lei Orgânica Municipal	4 / 2011	CM DE SARANDI	-

1 - 1 de 1

Recurso conhecido porque tempestivo e no que tange ao mérito desprovido, mantendo -se a alternativa indicada no gabarito preliminar.

Número do Protocolo: 20191220.015.272947.076.0000002549-94

Cargo: PROCURADOR GERAL

Questão: 38

Recurso: Questão 38) A questão de número 38 da Prova de Procurador Geral merece ANULAÇÃO, pois cobrou conteúdo da Lei Nº 12.232, DE 29 DE ABRIL DE 2010, mais especificamente o teor do seu art. 5º como resposta correta da questão em debate (letra “c”), sendo que tal Lei em específico não teve previsão no edital do Concurso Público, na parte dos conhecimentos a serem cobrados, motivo pelo qual merece a referida anulação. Como se trata de Lei Especial, a referida lei que trata sobre licitações de serviços de publicidade por intermédio de agências de propaganda deveria ter sido considerada no conteúdo programático, caso contrário abre-se a possibilidade de um leque enorme de conteúdos, uma porta amplíssima que causa incerteza jurídica, pois, como se observa, aborda um assunto dotado de especificidade ímpar, o que não é razoável, tendo em vista o alargamento impossível dos conteúdos caso não especificados, ainda mais quando existe lei específica acerca de determinado tema, não havendo como o candidato adivinhar que lei, dentre tantas específicas, será abordada. Torna-se inviável, a menos que haja previsão no edital. NÃO HÁ PREVISÃO DESSA LEI 12.232/10 NO EDITAL DE ABERTURA, LEI ESPECIAL EM RELAÇÃO À 8.666/93, MAS TÃO SOMENTE LICITAÇÕES E CONTRATOS (NO CASO, 8.666/93). NÃO É RAZOÁVEL EXIGIR O CONHECIMENTO DE UMA LEI SEM SEQUER MENCIONAR QUE SERÁ ELA OBJETO DE AVALIAÇÃO, OU ESTENDER O LEQUE DE INTERPRETAÇÃO QUE CABERIA UMA IMENSIDÃO DE LEIS, DECRETOS OU OUTRAS ESPÉCIES LEGISLATIVAS ACERCA DO TEMA LICITAÇÃO. É NECESSÁRIA DELIMITAÇÃO PRECISA DO CONTEÚDO A SER COBRADO. E O EDITAL ESTÁ VAGO NESSE SENTIDO. SE ERA PARA SER COBRADO O CONTEÚDO DE TAL LEI MENCIONADA, QUE ABORDA UM TEMA, REPITO, DE EXTREMADA ESPECIFICIDADE, QUE FOSSE ELA DESCRITA NO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO, SOB PENA DE TER QUE O CANDIDATO ADIVINHAR O QUE



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

SERÁ COBRADO, DENTRO DE UM EMARANHADO EXTENSO DE ESPÉCIES LEGISLATIVAS ACERCA DO TEMA LICITAÇÕES. SENDO ASSIM, MERECE ANULAÇÃO, POIS NÃO HÁ PREVISÃO EDITALÍCIA DO CONTEÚDO COBRADO. PEDE DEFERIMENTO.

Resposta:

INDEFERIDO. O objeto do presente recurso é a anulação da questão de número 38 sob o fundamento de que a Lei 12. 232/2010 não estava especificada dentro do conteúdo programático do edital, destacando a especificidade da lei, bem como inexistência de delimitação do conteúdo programático no edital.

Pois bem.

Inicialmente cumpre dizer, que o edital foi publicado com tempo hábil para que todos os interessados e sociedade em geral pudessem ter acesso, efetivando assim a publicidade do ato, podendo inclusive ser objeto de recurso. É o que preceitua a cláusula 12.1 do edital 01.2019, senão vejamos: “12.DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS 12.1. Caberá RECURSO ADMINISTRATIVO, **nos 3 dias seguintes à data das respectivas divulgações** através do site www.eplconcursos.com.br, a partir das 09h00min do dia inicial até as 18h00min do dia final, em relação: a) **ao Edital de Abertura do Concurso Público;**” (grifou-se).

O aludido instrumento convocatório foi publicado em 06.12.2019 sexta – feira. Portanto, o prazo derradeiro para recorrer do edital de concurso publico ocorreu ainda em dezembro de 2019.

O que se vislumbra no presente caso é uma irresignação da parte recorrente quanto à ausência de especificação/delimitação do conteúdo programático no edital de concurso e não ataque contra a questão propriamente dita. Assim, caberia ao recorrente interpor seu recurso administrativo contra o edital dentro do prazo legal de 03 dias após a publicação do instrumento convocatório. Ocorre, que o recorrente se manteve inerte, fez normalmente sua inscrição para o certame e apenas em momento posterior à aplicação da prova é que questiona acerca do conteúdo programático descrito no edital. O recurso no que tange a esse ponto é intempestivo, e, portanto, desprovido de fundamentos. Isso porque, acerca do conteúdo programático para o cargo de Procurador o edital 01/2019 constou as seguintes matérias:

“4. MATÉRIA ESPECIFICA POR CARGO [...]N. PROCURADOR GERAL: DIREITO CONSTITUCIONAL: Conceito. Tipos de Constituição. Elementos. Interpretação e Integração da Constituição. Reforma da Constituição. Supremacia da Constituição. Controle de Constitucionalidade das leis e atos normativos. Modalidades: difuso e concentrado. Inconstitucionalidade face à Constituição Estadual. O município na Constituição Federal e na Constituição Estadual. Princípios de organização e competências municipais. Lei Orgânica do Município. Constituição Federal de 1988 e suas emendas: a) Dos princípios fundamentais; b) Dos Direitos e Garantias Fundamentais; c) Da Organização do Estado; d) Da Organização dos Poderes; e) Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas; f) Da Tributação e do Orçamento; g) Da Ordem Econômica e Financeira; h) Da Ordem Social; i) Das Disposições Constitucionais Gerais e Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Mandado de Segurança e Ação Popular. DIREITO TRIBUTÁRIO: Direito Tributário – Tributo: conceito, classificação, espécies e preço público. Princípios gerais do direito tributário. Código Tributário Nacional. Sistema Constitucional Tributário - poder de tributar – competência tributária – princípios constitucionais - repartição de receitas. Legislação tributária - vigência no tempo e no espaço – aplicação – hermenêutica tributária – interpretação e integração. Obrigação Tributária - hipótese de incidência e fato impositivo - elementos - sujeição passiva - responsabilidade tributária. Crédito Tributário - conceito - natureza jurídica - características - CARGO - efeitos - constituição - modalidades de lançamento e alterabilidade. Suspensão da Exigibilidade do Crédito - moratória - depósito do montante integral – reclamações e recursos – mandado de segurança. Extinção do Crédito Tributário - pagamento – consignação em pagamento – compensação – transação – remissão – conversão do depósito em renda – pagamento antecipado e homologação do autolancamento – decisão administrativa – decisão judicial – decadência – prescrição. Exclusão do Crédito Tributário - isenção – anistia - institutos afins. Garantias e privilégios do Crédito Tributário - preferência – cobrança judicial – concurso de credores – falência – recuperação judicial e extrajudicial – inventário ou arrolamento – liquidação de sociedade – dívida ativa – certidão negativa. Imposto Municipal sobre Serviços (ISS). Fato gerador e base cálculo. Sujeito ativo e sujeito passivo. Conceito de serviço. Serviços compreendidos na competência municipal. Contribuição de Melhoria. ITBI. IPTU e TAXAS. DIREITO ADMINISTRATIVO: Direito Administrativo – conceito – princípios explícitos e implícitos. - Administração Pública – atividade e estrutura administrativa — princípios básicos da Administração – poderes e deveres do administrador público – uso e abuso do poder – organização administrativa brasileira. Poderes administrativos - vinculado – discricionário – hierárquico – disciplinar e de polícia – Processo Disciplinar Administrativo. Atos administrativos – conceito – atributos – classificação – espécies – anulação e revogação. **Licitação e contratos.** Serviços públicos – administração direta e administração indireta – serviços delegados – convênios e consórcios. Servidores Públicos – regime jurídico – direito – deveres – responsabilidades. - Domínio público – terras e águas públicas – jazidas, florestas, fauna – espaço aéreo – proteção ambiental – tombamento. Intervenção na propriedade (desapropriação, requisição, servidão administrativa, ocupação temporária e limitação administrativa) – CARGO social da propriedade. Intervenção no domínio econô-



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

mico – repressão ao abuso do poder econômico. Controle da Administração Pública – administrativo – legislativo – controle externo O CARGO do Tribunal de Contas – controle de legalidade e Fazenda Pública em juízo. Responsabilidade Civil do Estado. Mandado de Segurança. Ação Civil Pública. Ação por Improbidade Administrativa. Ação Popular. DIREITO CIVIL: Lei - interpretação, eficácia temporal (retroatividade e irretroatividade). Pessoas - identificação, personalidade, estado, capacidade, incapacidade, representação, assistência, pessoas naturais, pessoas jurídicas, registro, domicílio. Bens Públicos. Ato jurídico. Prescrição e decadência. Direitos reais - posse, propriedade, servidão, enfiteuse. Direitos reais de garantia. Obrigações - modalidades, cláusula penal, extinção, inexecução, juros, correção monetária. Pagamento - sujeitos, objeto, tempo e lugar, mora, pagamento indevido. Formas de pagamento - consignação, sub-rogação, ação em pagamento, compensação, novação, transação. Contrato - normas gerais e classificação - compra e venda - empréstimo - mandato - locação. Responsabilidade civil. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. 1 Da jurisdição: conceito; modalidades; poderes; princípios e órgãos. 2 Da ação: conceito; natureza jurídica; condições; classificação. 3 Competência: conceito; competência territorial, objetiva e funcional; modificação e conflito; conexão e continência. 4 Processo e procedimento: natureza e princípios; formação; suspensão e extinção. 5 Pressupostos processuais; tipos de procedimento. 6 Prazos processuais: disposições gerais, contagem, Realização: preclusão, prescrição, das penalidades (pelo descumprimento). 7 Sujeitos do processo: das partes e dos procuradores; do Juiz; do Ministério Público, dos serventuários da justiça, do oficial de justiça: funções, deveres e responsabilidades. 8 Do intercâmbio processual: da citação, da intimação e da notificação (conceito, forma, requisitos e espécies). 9 Das cartas: precatória, de ordem e rogatória. 10 Capacidade processual. 11 Suspeição e impedimento. 12 Das nulidades. 13 Da competência interna: territorial, funcional e em razão da matéria. 14 Das modificações da competência. 15 Das provas: noções fundamentais e espécies. Testemunhas e peritos: incapacidade, impedimento e suspeição. 16 Procedimento ordinário: petição inicial, resposta do réu, revelia, providências preliminares, julgamento conforme o estado do processo. Dos despachos, das decisões e das sentenças: conceitos e requisitos. 17 Da coisa julgada: conceito; limites objetivos e subjetivos; coisa julgada formal e coisa julgada material. 18 Do mandado de segurança, individual e coletivo. 19 Da ação civil pública e ação popular. 20 Dos recursos: noções fundamentais, fundamentos e pressupostos de admissibilidade, do agravo de instrumento e dos embargos de declaração. 21 Execução Fiscal. 22 Prisão Civil.”

Denota-se, quem em momento algum o edital limitou o conteúdo de Licitações e Contratos apenas à Lei 8666/1993, conforme, interpretado e trazido pelo recorrente. Ao contrário deixou o conteúdo aberto, de modo que seria sim possível ser cobrado qualquer conteúdo dentro do aludido tema, inclusive a Lei específica que trata de contratação de publicidade e propaganda ou qualquer outra legislação pertinente.

Importante destacar, que o edital em comento delimitou o tema às leis específicas para diversos cargos como por exemplo no cargo de Agente de Fiscalização Tributária, Agente Orçamentário e Agente Orçamentário Auxiliar, todavia, não procedeu da mesma forma com o cargo de Procurador. Tal ato é perfeitamente justificável, já que para exercer a função de Procurador Público é necessário conhecimento amplo e principalmente conhecimentos bem específicos, sendo a Lei 12.232/2010 apenas uma pequena porção de todo o conhecimento exigido pela função a ser exercida, de modo que se torna impossível delimitar no dia-a-dia da Administração Pública quais Leis e conhecimentos serão aplicados e ou exigidos. Já que cabe ao ente público garantir o bom e fiel cumprimento e a correta aplicação das leis. Daí a necessidade da amplitude, bem como a impossibilidade de se limitar o conteúdo a ser aplicado num concurso desta natureza à apenas a algumas leis.

Destarte, por todo exposto, **indefiro** o recurso apresentado.

Número do Protocolo: 20191212.015.272048.076.0000002550-38

Cargo: PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA

Questão: 39

Recurso: No gabarito consta a alternativa E- Liberalismo como sendo a correta, porém Liberalismo foi uma doutrina de pensamento econômico, político e social, que surgiu na Europa, no século XVIII, contra o mercantilismo e a intervenção do Estado na economia. Assim, a alternativa E está errada. A alternativa correta é a letra A- Modernismo. Os estudiosos são unânimes em dizer que: A Semana de Arte Moderna foi uma manifestação artístico-cultural que ocorreu no Theatro Municipal de São Paulo entre os dias 11 a 18 de fevereiro de 1922. O evento reuniu diversas apresentações de dança, música, recital de poesias, exposição de obras - pintura e escultura - e palestras. Os artistas envolvidos propunham uma nova visão de arte, a partir de uma estética inovadora inspirada nas vanguardas europeias. Juntos, eles visavam uma renovação social e artística no país e que foi deflagrada pela "Semana de 22". O evento chocou grande parte da população e trouxe à tona uma nova visão sobre os processos artísticos, bem como a apresentação de uma arte "mais brasileira". Houve um ROMPIMENTO com a arte acadêmica, inaugurando assim, uma revolução estética e o Movimento MODERNISTA no Brasil.

Resposta:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

DEFERIDO. A alternativa correta é a letra A. Sendo assim ocorrerá a alteração de gabarito.

Número do Protocolo: 20191212.015.272048.076.0000002551-37

Cargo: PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA

Questão: 21

Recurso: Não há UMA única lei que garante os conteúdos mínimos da BNCC. Além da Constituição Federativa do Brasil, a LDB- nº 9394/ 1996, por exemplo, em seu artigo 9º afirma que " cabe à União estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus CONTEÚDOS MÍNIMOS, de modo a assegurar formação básica comum (BRASIL, 1996); " A própria BNCC, no título "Marcos legais que embasam a BNCC", página 10, comprovam essa argumentação citando várias leis e diretrizes. Por ter mais de uma alternativa correta a questão deve ser anulada. Em anexo os "Marcos legais que embasam a BNCC", retirados da própria BNCC, página 10.

Resposta:

INDEFERIDO.

Tendo em vista que a BNCC está garantida na Constituição Federal de 1988, sendo assim é impossível conhecer e compreender a Base Nacional Comum Curricular se não houver o entendimento dos princípios constitucionais. Pois a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que visa guiar o currículo de todas as escolas públicas e privadas, tomando-se diretriz oficial para o ensino do Brasil. De acordo com o MEC (2019) o documento foi homologado em 2018. Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)1 , e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências, a LDB orienta a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a ser ensinados. BRASIL. BNCC: educação é a base. Brasília: MEC, 2018.

A questão é clara em perguntar "Qual a lei que garanti os conteúdos da BNCC?"

A Única lei que garanti, ou seja, determina conteúdos mínimos para o ensino é a constituição federal através do seu artigo 210. As demais leis tratam do assunto regulamentam o que determina CF.

Número do Protocolo: 20191220.015.272917.076.0000002552-29

Cargo: PROFESSOR HISTÓRIA

Questão: 35

Recurso: É a única possibilidade de resposta. Uma vez que na a diz que Atenas voltava exclusivamente para a guerra está errado. A letra b está incorreta porque mulheres, escravos e crianças não tinham acesso a democracia, pois não tinham direito de escolha. A letra d diz que não havia classes sociais é incorreto, pois havia os cidadãos, os estrangeiros e os escravos. A alternativa e também está incorreta porque Atenas é o berço da democracia.

Resposta:

DEFERIDO. Prospera a legação da candidata, houve erro de indicação do gabarito, sendo a única alternativa correta a contida na letra "C".

Número do Protocolo: 20191220.015.272917.076.0000002553-28

Cargo: PROFESSOR HISTÓRIA

Questão: 39

Recurso: Nesta questão a pergunta não possui alternativa. Pous pergunta refere-se a economia e as questões falam sobre sistema político da república velha

Resposta:

DEFERIDO. Questão anulada por ser prospera a alegação do candidato.

Número do Protocolo: 20191211.015.271849.076.0000002554-72

Cargo: PROFESSOR GEOGRAFIA

Questão: 14

Recurso: A lei Orgânica Municipal de Sarandi/RS estabelece que a administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes do município obedecerá aos princípios de: Legalidade pessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, como consta na alternativa C. Portanto, a resposta do gabarito preliminar está incorreta, sendo cabível o recurso.

Resposta:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

INDEFERIDO. A lei quando constituída não pode ser pessoal e sim impessoal, portando mantenha-se a alternativa A do gabarito.

Número do Protocolo: 20191211.015.271849.076.0000002555-71

Cargo: PROFESSOR GEOGRAFIA

Questão: 21

Recurso: Conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a Base deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil. Portanto, a alternativa correta é a A, pois, a BNCC é regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases 9394/96.

Resposta:

INDEFERIDO.

Tendo em vista que a BNCC está garantida na Constituição Federal de 1988, sendo assim é impossível conhecer e compreender a Base Nacional Comum Curricular se não houver o entendimento dos princípios constitucionais. Pois a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que visa guiar o currículo de todas as escolas públicas e privadas, tornando-se diretriz oficial para o ensino do Brasil. De acordo com o MEC (2019) o documento foi homologado em 2018. Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)1 , e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências, a LDB orienta a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a ser ensinados. BRASIL. BNCC: educação é a base. Brasília: MEC, 2018.

A questão é clara em perguntar "Qual a lei que garanti os conteúdos da BNCC?"

A Única lei que garanti, ou seja, determina conteúdos mínimos para o ensino é a constituição federal através do seu artigo 210. As demais leis tratam do assunto regulamentam o que determina CF.

Número do Protocolo: 20191209.015.271646.076.0000002556-25

Cargo: PROFESSOR ARTES

Questão: 38

Recurso: Seria Claude Monet (pintor), Edgar Degas (pintor e escultor), Pierre Auguste Renoir (pintor) Édouard Manet (pintor) Jean Frédéric Basille (pintor). Essa seria a resposta correta. Faltou completar os nomes dos artistas Pierre-Auguste Renoir (sendo Renoir o sobrenome mais conhecido) e Jean Frédéric Bazille (seria o nome completo) e erro na escrita do artista Edoard Manet (sendo que o correto seria Édouard Manet). Por estes motivos foram de total importância na hora de marcar a alternativa correta, dessa forma a alternativa A está incorreta.

Resposta:

INDEFERIDO. Conteúdo da prova aplicada correspondente com o determinado no Anexo I do Edital de Abertura, estando contida no conteúdo "História da Arte: Impressionismo". Fonte: <http://www.suapesquisa.com/artesliteratura> Acessado em: 23/02/2020 às 22:22 horas. Sendo assim fica indeferido o recurso.

Número do Protocolo: 20191209.015.271504.076.0000002557-55

Cargo: PROFESSOR CIÊNCIAS

Questão: 9

Recurso: A questão pede pra assinalar a alternativa que contém erro de concordância/regência, mas não especifica se é em relação a concordância/regência nominal ou verbal... Se for verbal, por exemplo, a alternativa correta seria a letra D. Todas as alternativas apresentam erro de concordância/regência... Para responder corretamente temos que saber se trata-se da verbal ou da nominal!

Resposta:

DEFERIDO. A questão será anulada.

Número do Protocolo: 20191209.015.271468.076.0000002558-108

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

Questão: 28

Recurso: Na questão 28, lê-se "A avaliação escolar está intrínseca às contradições existentes no sistema educacional, articulada ao processo formativo, de reconhecimento e negação das desigualdades. Para que ocorra o rompi-



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

mento entre o processo avaliativo formativo e o processo lógico seletivo, é necessário que a avaliação formativa não se transforme em:", segundo o gabarito a opção correta é a letra "a": trabalho em situações-problema. Porém, o trabalho com situações problema conduz o aluno para o desenvolvimento das competências que ainda não tem. Dornelas, Silva, César, Oliveira-Barreto e Guedes-Granzotti (2016) afirmam que, na avaliação formativa, "o aluno deixa o papel de receptor passivo e assume o de agente principal responsável pela sua aprendizagem, docentes e discentes envolvem-se de forma diferente com o saber. Possibilita que o tutor redirecione responsabilidades e ofereça espaço para o desenvolvimento da autonomia do aluno, tornando-o capaz de gerenciar a sua formação." (p. 247). Nesse sentido, "As reflexões e discussões sobre as situações-problema (SPs), a que são expostos os discentes, são desencadeadoras da busca de fatores explicativos e a suposição de soluções para o problema. Desta forma, problematizar significa ser capaz de responder ao conflito intrínseco que um problema traz." (idem, p. 246). Além disso, Camargo e Mendes (2013) afirmam que "De acordo com Villas Boas (2011) o professor tem o 'objetivo de orientá-los para a realização do seu trabalho. Ajudando-os a localizar dificuldades e a progredir na aprendizagem' (idem, p. 16), assim como a avaliação que desenvolve tem a 'finalidade de fornecer informações que permitam a reorganização do trabalho pedagógico em atendimento às diferenças individuais observadas' (idem, p. 17). Portanto, a alternativa "a", apontada pelo gabarito, está incorreta, pois as explicações dadas nas fundamentações acima citadas nos remetem a uma explicação de que o trabalho por situações-problema pode ser usado como instrumento para uma avaliação formativa. Além disso, o material citado também destaca a importância de que as diferenças individuais sejam respeitadas, para que a educação formativa não se transforme em um domínio de avanços coletivos, pois não se pode avaliar uma turma coletivamente, e sim individualmente, pois cada criança tem o seu ritmo. Portanto, considera-se correta a alternativa "c" Domínio de avanços coletivos. Fontes e Referências: CAMARGO, C. C. O.; MENDES, O. M. A avaliação formativa como uma política incluyente para a educação escolar. Revista Educação e Políticas em Debate, v. 2, n. 2, 372-390, 2013. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/24825/13797> DORNELAS, R.; SILVA, K.; CÉSAR, C. P. H. A. R.; OLIVEIRA-BARRETO, A. C.; GUEDES-GRANZOTTI, R. B. Da situação-problema por tutores e discentes em um curso de graduação vivenciado em metodologias ativas. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 11, n. 1, p. 245-257, 2016. Disponível em <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/7613/5711>

Resposta:

INDEFERIDO, porém cabe ressaltar que:

A avaliação formativa é uma proposta de avaliar o processo de ensino-aprendizagem, considerando a realidade de professores e alunos, seus princípios estão assentados na perspectiva sociocultural. A principal função da avaliação formativa é não se transformar em uma pedagogia das competências, pois a avaliação formativa demanda que haja a articulação entre realidade e conhecimento teórico possibilitando assim a aprendizagem.

Sendo assim ocorrerá alteração de gabarito da letra "A" para letra "B".

Gomes. S. (2003). *Tessituras Docentes da Avaliação Formativa*. Dissertação de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação,

Universidade Federal de Minas Gerais, MG.

Jorba, J. & Sanmarti, N. (2003). A Função Pedagógica da Avaliação. In *Avaliação como Apoio à Aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed.

Luckesi. C. (2002). *Avaliação da Aprendizagem Escolar*. São Paulo: Cortez.

Número do Protocolo: 20191209.015.271468.076.0000002559-105

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

Questão: 39

Recurso: Na questão 39: "Entre os conceitos desenvolvidos por Vygotsky com o intuito de explicar o processo de aprendizagem, está a Zona de Desenvolvimento Proximal: a distância entre o que a criança consegue fazer sozinha e o que ela consegue realizar de forma assistida por outra pessoa. Assinale a alternativa correta:" Primeiramente, segundo Vygotsky, "a zona de desenvolvimento Proximal é a zona de desenvolvimento Proximal define aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão, mas que estão, presentemente, em estado embrionário." (VYGOTSKY, 1984, p. 97, citado por ZANELLA, 1994). Assim, o conceito apresentado na questão não se refere à Zona de Desenvolvimento Proximal, mas sim à Zona de Desenvolvimento Potencial, o "conjunto de atividades que a criança não consegue realizar sozinha, mas que, com a ajuda de alguém que lhe de algumas orientações adequadas (um adulto ou uma criança mais experiente), ela consegue resolver." (ZANELLA, 1994, p. 98). Assim, o conceito está apresentado na questão de forma incorreta. Além disso, considerando-se o conceito correto de Zona de Desenvolvimento Proximal, identificam-se duas alternativas corretas: a alternativa "b", indicada no gabarito, e a alternativa "e". Nesta última, afirma-se que "A Zona de Desenvolvimento Proximal conduz o educador a fazer as atividades diante das dificuldades do educando". Essa afirmação está de acordo



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

com Zanella (1994), que considera que a Zona de Desenvolvimento Proximal "espaço de comunicação onde o adulto ajusta o suporte dado à criança e está, em contrapartida, ajusta o ritmo de instrução do adulto, conforme suas necessidades." (p. 108). A partir do exposto, solicita-se a anulação desta questão. Fontes/Refêrências: ZANELLA, Andréa Vieira. Zona de desenvolvimento proximal: análise teórica de um conceito em algumas situações variadas. Temas psicol., Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 97-110, ago. 1994. Disponível em . acessos em 03 mar. 2020.

Resposta:

INDEFERIDO

No preambulo da questão foi solicitado aos candidatos que assinalassem a alternativa correta, remetendo-os a atitude do professor em sala de aula.

Todo aprendizado é necessariamente mediado - e isso torna o papel do ensino e do professor mais ativo e determinante.

Fonte:

<https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/a-aprendizagem-na-visao-de-liv-vygotsky/32624>

Número do Protocolo: 20191218.015.272729.076.0000002560-11

Cargo: PROCURADOR GERAL

Questão: 38

Recurso: A questão indica que o "MUNICÍPIO" Y pretende realizar a contratação da empresa de publicidade para divulgação da cultura e desenvolvimento do turismo local. Elenca, então, nas assertivas, possibilidades de alternativa correta, devendo ser aplicada a legislação pertinente. A assertiva indicada pela Banca como sendo correta é a letra "D" que indica que, para o caso em apreço a contratação poderá ser realizada por qualquer uma das modalidades da Lei 8.666, contudo, obrigatoriamente deve ser adotado o tipo melhor técnica ou técnica e preço. Ocorre que a opção não pode ser considerada como correta, analisando-se o caso apresentado no enunciado da questão. Isso porque, o ente licitante é o MUNICÍPIO Y. A instrução normativa n. 3 de 20 de abril de 2018, que claramente foi a utilizada pela Banca para embasar o gabarito, visto ser a única que contém tal previsão, traz como obrigatória a adoção dos tipos de licitação indicados para a contratação de empresa de publicidade a órgão ou entidade do Poder Executivo FEDERAL, assim disciplinando: "INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 20 DE ABRIL DE 2018 Disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo FEDERAL." (G.N.) O enunciado da questão traz como órgão licitante um ENTE MUNICIPAL, o que torna incorreta a assertiva indicada pela Banca, uma vez que os Municípios não estão obrigados a seguir uma Instrução que foi feita para o poder EXECUTIVO FEDERAL. Isso que dizer que os Municípios não estão obrigados a adotar os referidos tipos de licitação, como afirma a assertiva indicada pela Banca. Dessa forma, a questão 38 possui mais de uma assertiva que pode ser considerada correta (exemplo "D" e "E") e a assertiva indicada pela Banca, comprovadamente, não pode ser considerada correta para o caso concreto, razão pela qual a questão merece ser anulada.

Resposta:

INDEFERIDO. Trata de recurso interposto quanto ao gabarito da questão 38. Aduz a recorrente que o gabarito apresentado por esta banca organizadora foi pautado na Instrução Normativa Federal 03/2018, e, portanto, deve ser aplicado somente aos entes públicos da União, não vinculando o Município Y. Por esta razão, haveria duas alternativas corretas "D" e "E", mas não sendo possível considerar como correta a alternativa "C".

Não assiste razão o Recorrente. Explica-se!

O gabarito adotado pela banca está em consonância com a Lei 12.232/2010: "Dispõe sobre as **normas gerais para licitação e contratação pela administração pública** de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda e dá outras providências. [...] Art. 5º **As licitações previstas nesta Lei serão processadas pelos órgãos e entidades responsáveis pela contratação, respeitadas as modalidades definidas no art. 22 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, adotando-se como obrigatórios os tipos "melhor técnica" ou "técnica e preço. Art. 6º [...] I - os documentos de habilitação serão apresentados apenas pelos licitantes classificados no julgamento final das propostas, nos termos do inciso XI do art. 11 desta Lei [...] VIII - serão fixados critérios objetivos e automáticos de identificação da proposta mais vantajosa para a administração, no caso de empate na soma de pontos das propostas técnicas, nas licitações do tipo "melhor técnica;"**". (grifou-se)

Passamos a análise das assertivas que seriam corretas, segundo a Recorrente:

Alternativa "D": o erro desta alternativa está em afirmar que para o desempate das propostas com os planos de publicação publicitária (proposta técnica) será utilizado o critério de menor preço, enquanto, que pelo o art. 6º da Lei Federal 12.232/2010, inciso VIII traz como critério de desempate melhor técnica, devendo ser analisados critérios objetivos na identificação da proposta mais vantajosa. Até mesmo porque, independentemente do objeto o entendimento consolidado nas jurisprudências é que nem sempre o menor preço será a proposta mais vantajosa; Portanto, a alternativa é incorreta.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

Alternativa “E”: o erro desta alternativa está em afirmar que os documentos de habilitação devem ser apresentados por todos os licitantes presentes. Por força do art. 6º, inciso I da Lei 12.232/2010, somente os licitantes classificados no julgamento final das propostas é que devem apresentar os documentos de habilitação. Por fim, no que tange a assertiva indicada como correta no gabarito, qual seja “C” está em perfeita harmonia com o contido no art. 5º da referida lei.

Como demonstrado, utilizou -se como base para fundamentar o gabarito Lei Federal, a qual deve ser aplicada a todo e qualquer ente federado, inclusive aos Municípios.

Por todo o exposto, **indefiro** o recurso apresentado, mantendo-se o gabarito.

Número do Protocolo: 20191213.015.272077.076.0000002561-34

Cargo: PROFESSOR LÍNGUA INGLESA

Questão: 21

Recurso: A lei que garante os conteúdos da BNCC é a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº9394/1996, sendo assim a alternativa (c) dada pelo gabarito não corresponde com a alternativa correta, visto que este recurso foi baseado através de dados disponíveis no site da BNCC.

Resposta:

INDEFERIDO.

Tendo em vista que a BNCC está garantida na Constituição Federal de 1988, sendo assim é impossível conhecer e compreender a Base Nacional Comum Curricular se não houver o entendimento dos princípios constitucionais. Pois a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que visa guiar o currículo de todas as escolas públicas e privadas, tornando-se diretriz oficial para o ensino do Brasil. De acordo com o MEC (2019) o documento foi homologado em 2018. Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)¹, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências, a LDB orienta a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a ser ensinados. BRASIL. BNCC: educação é a base. Brasília: MEC, 2018.

A questão é clara em perguntar "Qual a lei que garanti os conteúdos da BNCC?"

A Única lei que garanti, ou seja, determina conteúdos mínimos para o ensino é a constituição federal através do seu artigo 210. As demais leis tratam do assunto regulamentam o que determina CF.

Número do Protocolo: 20191209.015.271491.076.0000002562-88

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR

Questão: 19

Recurso: Na referida questão acima a alternativa apontada como correta no gabarito preliminar é a C, no entanto a conta elencada em tal alternativa não é a correta, conforme pede o enunciado da questão.

Resposta:

DEFERIDO.

Em resposta ao recurso apresentado, informa-se que o gabarito enviado para divulgação esta com erro, sendo a resposta correta Alternativa B.

Sendo assim ocorrerá a alteração do gabarito.

Número do Protocolo: 20191213.015.272077.076.0000002563-32

Cargo: PROFESSOR LÍNGUA INGLESA

Questão: 40

Recurso: o termo l'll destacado na questão 40, não está com o gabarito correto. Segundo as referências bibliográficas, o termo Will expressa futuro e não passado contínuo, assim como também alguns sites de referências bibliográficos trazem o passado contínuo como um tempo verbal no passado. Dessa forma a alternativa (a) 'futuro' é a correta.

Resposta:

DEFERIDO. A alternativa correta é a letra A. Sendo assim ocorrerá a alteração de gabarito.

Número do Protocolo: 20191209.015.271464.076.0000002564-24

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR

Questão: 2



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

Recurso: A questão pede a única alternativa em que todas as palavras devem ser ACENTUADAS OBRIGATORIAMENTE. O verbo Historiar, tem a conjugação "Historia", que não vai acento, sendo assim NÃO OBRIGATORIAMENTE "historia" vá acento, portanto nenhuma alternativa está correta, segue a conjugação do verbo nos link: <https://pt-bab.la/verbo/portugues/historiar> <http://www.ortografa.com.br/verbo/historiar> <https://dicionario.priberam.org/Conjugar/historiar>

Resposta:

INDEFERIDO.

Lendo-se com cuidado a questão, pode-se observar que o enunciado menciona que os acentos foram omitidos propositalmente, o que aponta para a palavra História, não para a conjugação do verbo historiar. Se assim o fosse, a utilização da forma verbal, esta viria marcada, identificada de alguma forma. Logo, considero **INDEFERIDO** o pedido. 02- Levando em conta as regras de acentuação das palavras da língua portuguesa, assinale a única alternativa em que todas as palavras devem ser acentuadas obrigatoriamente. Atenção: os acentos foram omitidos propositalmente.

- a. Ideia, jacare, bigorna.
- b. Cipo, mandacaru, jacaranda.
- c. Laranja, cafezinho, chocolate.
- d. Pasteis, chale, supositorio.
- e. reu, difficil, historia.

Número do Protocolo: 20191217.015.272486.076.0000002565-310

Cargo: MÉDICO VETERINÁRIO

Questão: 39

Recurso: ALTERNATIVA D: Na afirmativa I, onde diz que "a incidência mede o número total de casos, episódios ou eventos existentes em um determinado ponto no tempo", o conceito correto para a referida explicação é PREVALÊNCIA. (pág. 18 da referência abaixo descrita) Na afirmativa II, está escrito na prova que: "a letalidade refere-se à incidência de mortes entre portadores de uma determinada doença, em um certo período de tempo, dividida pela população total no raio de coleta de dados", o correto seria afirmar que letalidade é incidência de mortes entre portadores de uma determinada doença, dividida pelo número de doentes. (pág. 22 da referência abaixo descrita) Dessa forma, as alternativas em que constam as afirmativas supracitadas não podem ser consideradas corretas, sendo a única alternativa possível de ser correta a alternativa C. O referencial teórico para tal afirmação, pode ser encontrado no livro Epidemiologia básica (R. Bonita, R. Beaglehole, T. Kjellström; 2.ed.; 213p.; São Paulo: Editora Santos, 2010). Link para a edição em PDF: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/43541/9788572888394_por.pdf?sequence=5&isAllowed=y

Resposta:

INDEFERIDO.

INDEFERIDO.

Com relação a opção I: Tanto a prevalência como a incidência são medidas da ocorrência de uma doença em uma população. A diferença é que enquanto a prevalência se refere ao número total de casos de uma doença em um período de tempo, a incidência refere-se apenas aos novos casos. Ocorre que a opção traz apenas o que é a incidência e está correta em sua afirmação, pois não indicou que são para casos novos ou já existentes.

Com relação a opção II: O candidato apenas fez uma transcrição da afirmativa em suas palavras! Ocorre que a afirmativa apresenta-se correta, até mesmo o cálculo para se obter resultado de letalidade segue os ditames da afirmativa, então vejamos:

Letalidade

Letalidade (I)

Número de mortes de uma determinada doença em certo período (NMDDP)

Número de doentes por determinada doença no mesmo período (NDDDP)

A interpretação faz parte da resolução da prova.

O candidato alega ainda que a única alternativa correta é a de letra "C", o que em melhor análise e por diversos conceitos encontrados, a banca concorda que a alternativa também esteja correta, dessa forma não alternativa a ser assinalada, devendo a questão ser anulada.

Fontes: <https://www.diferenca.com/incidencia-e-prevalencia/>
<http://reformadoresdasaude.com/info/index.php/layout/3482-formulas-de-epidemiologia>

Número do Protocolo: 20191217.015.272478.076.0000002566-84



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR

Questão: 19

Recurso: A questão pediu para assinalar a resposta correta, e a correta é a Letra B em que $1 - 1 = 0$, e não a letra C que está no Gabarito em que $- 1 + 1 = 2$, pois, $- 1 + 1 = 0$. Então essa é minha justificativa.

Resposta:

DEFERIDO.

Em resposta ao recurso apresentado, informa-se que o gabarito enviado para divulgação esta com erro, sendo a resposta correta Alternativa B.

Sendo assim ocorrerá a alteração de gabarito.

Número do Protocolo: 20191210.015.271721.076.0000002567-69

Cargo: MOTORISTA

Questão: 6

Recurso: Apresento Recurso Administrativo, conforme item 12.1 c) às Questões e Gabarito Preliminar da Prova Objetiva do edital de abertura. A questão diz o seguinte: "6- Assinale a única alternativa correta em RAÇÃO ao uso dos pronomes." (Grifo nosso) Desta forma, não é possível sequer responder a questão n. 6, pois não está escrita corretamente, pois traz a palavra RAÇÃO que não tem relação com qualquer alternativa. Ademais, mesmo que a questão estivesse escrita corretamente permitindo ao candidato interpretá-la, possibilitando a escolha da alternativa correta, a alternativa correta NÃO PODE SER A ALTERNATIVA que constou no GABARITO, pois no gabarito a alternativa correta é a letra "B" que diz o seguinte: "b) É muito fácil para MIM fazer isso ainda hoje. (Grifo nosso) O pronome "MIM" utilizado está errado, o correto seria o uso do pronome "EU" nesta alternativa. Portanto, há dois motivos para a questão n. 6 ser anulada: pela palavra "RAÇÃO" estar escrita na questão o que tirou o sentido da pergunta que impossibilitou o candidato de responder corretamente e pela alternativa constante no gabarito estar errada, pois na frase "É muito fácil para MIM fazer isso ainda hoje." (Grifo nosso) não ocorreu o uso correto do pronome "MIM". E, por último, pela questão n. 6 não apresentar nenhuma alternativa correta. Por todos os motivos acima elencados, venho por meio deste, apresentar o recurso administrativo a fim de anular a questão n. 6. Nestes termos, peço e espero deferimento.

Resposta:

DEFERIDO.

Considero **DEFERIDO** o pedido, em virtude o erro ortográfico no enunciado.

Número do Protocolo: 20191209.015.271638.076.0000002568-75

Cargo: OPERADOR DE MÁQUINAS

Questão: 4

Recurso: Na referida questão " Assinale a única alternativa incorreta em relação ao plural a seguir." A pergunta esta incoerente ou mal elaborada, pois todas as alternativas estão corretas. O que esta incorreto é a gráfica da palavra "Irlandezes " que deveria ser "Irlandeses". A questão deveria ser : " Assinale a única alternativa incorreta em relação a grafia do plural a seguir " Portanto peço anulação da referida questão .

Resposta:

INDEFERIDO.

Considero **INDEFERIDO** o pedido, visto que a ortografia correta do plural de irlandês é irlandeses. Na formação do plural, via de regra, mantém-se o radical das palavras, apenas acrescentando as desinências nominais de plural. No caso – irlandês – irlandeses. O mesmo ocorre com japonês – japoneses; norueguês – noruegueses; polonês – poloneses. Assim, houve erro, de acordo com os manuais da língua portuguesa, erro na formação do plural.

Número do Protocolo: 20191209.015.271638.076.0000002569-74

Cargo: OPERADOR DE MÁQUINAS

Questão: 4

Recurso: Na referida questão " Assinale a única alternativa incorreta em relação ao plural a seguir." A pergunta esta incoerente ou mal elaborada, pois todas as alternativas estão corretas. O que esta incorreto é a gráfica da palavra "Irlandezes " que deveria ser "Irlandeses". A questão deveria ser : " Assinale a única alternativa incorreta em relação a grafia do plural a seguir " Portanto peço anulação da referida questão .

Resposta:

INDEFERIDO.

Considero **INDEFERIDO** o pedido, visto que a ortografia correta do plural de irlandês é irlandeses. Na formação do plural, via de regra, mantém-se o radical das palavras, apenas acrescentando as desinências nominais de plural. No



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

caso – irlandês – irlandeses. O mesmo ocorre com japonês – japoneses; norueguês – noruegueses; polonês – poloneses. Assim, houve erro, de acordo com os manuais da língua portuguesa, erro na formação do plural

Número do Protocolo: 20191211.015.271825.076.0000002570-18

Cargo: PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA

Questão: 39

Recurso: O Modernismo é uma escola literária que surgiu no início do século XX, após o pré-modernismo, em um momento conturbado. Esse movimento literário representa a ruptura com padrões e a inovação. O modernismo no Brasil teve como marco inicial a Semana de Arte Moderna, em 1922, momento marcado pela efervescência de novas ideias e modelos.

Resposta:

DEFERIDO. A alternativa correta é a letra A. Sendo assim ocorrerá a alteração de gabarito.

Número do Protocolo: 20191217.015.272478.076.0000002571-86

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR

Questão: 21

Recurso: A pergunta em questão pede quantos vereadores compõem a Câmara Municipal de Sarandi e não quantos estão ativos ou/ e inativos, então a resposta correta é a letra B= 11 e não a letra A=13, pois, a Câmara é composta por 11 VEREADORES ATIVOS.

Resposta:

INDEFERIDO. Embora a alegação do candidato esteja correta, há uma inconsistência de informação, em virtude de que no site oficial da Câmara de Vereadores de Sarandi - RS, encontra-se a informação de que há naquela casa de leis, 13 parlamentares, sendo, 10 ativos e 3 inativos. Considerando que as informações disponibilizadas pelas Câmara são informações oficiais e considerando que a mesma está em conflito com a real situação junto ao Tribunal Regional Eleitoral, está banca determina a anulação da questão.

Parlamentar	Partido	Ativo?	Titular?
 Airtón Ortiz	PP	Sim	Sim

Fontes: <https://www.cmsarandi.rs.gov.br/processo-legislativo/parlamentares.html>

Número do Protocolo: 20191213.015.272085.076.0000002572-85

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR

Questão: 21

Recurso: Conforme Lei Orgânica, são 11 vereadores Eleito e não 13 como está no gabarito.

Resposta:

INDEFERIDO. Embora a alegação do candidato esteja correta, há uma inconsistência de informação, em virtude de que no site oficial da Câmara de Vereadores de Sarandi - RS, encontra-se a informação de que há naquela casa de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva


leis, 13 parlamentares, sendo, 10 ativos e 3 inativos. Considerando que as informações disponibilizadas pelas Câmara são informações oficiais e considerando que a mesma está em conflito com a real situação junto ao Tribunal Regional Eleitoral, está banca determina a anulação da questão.

Parlamentares

Selecione o Período

17ª (2017 - 2020) (Atual)

Total de Parlamentares: 13

Parlamentar	Partido	Ativo?	Titular?
 Airton Ortiz	PP	Sim	Sim

Fontes: <https://www.cmsarandi.rs.gov.br/processo-legislativo/parlamentares.html>

Número do Protocolo: 20191213.015.272085.076.0000002573-84

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR

Questão: 19

Recurso: A única alternativa correta é a letra B, 1-1=0

Resposta:

DEFERIDO. Em resposta ao recurso apresentado, informa-se que o gabarito enviado para divulgação está com erro, sendo a resposta correta Alternativa B.

Sendo assim ocorrerá a alteração do gabarito.

Número do Protocolo: 20191219.015.272825.076.0000002574-108

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR

Questão: 19

Recurso: Conforme minha análise, a alternativa b seria a correto, pois acredito que a alternativa C, -1+1=0, e na questão 19 a resposta é 2

Resposta:

DEFERIDO.

Em resposta ao recurso apresentado, informa-se que o gabarito enviado para divulgação está com erro, sendo a resposta correta Alternativa B. Sendo assim ocorrerá alteração do gabarito.

Número do Protocolo: 20191219.015.272825.076.0000002575-105

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR

Questão: 21

Recurso: a questão 21, questiona o numero de vereadores de Sarandi, e conforme Lei Orgânica são 11, e no gabarito preliminar traz com resposta correta a letra A, que seria 13.

Resposta:

INDEFERIDO. Embora a alegação do candidato esteja correta, há uma inconsistência de informação, em virtude de que no site oficial da Câmara de Vereadores de Sarandi - RS, encontra-se a informação de que há naquela casa de leis, 13 parlamentares, sendo, 10 ativos e 3 inativos. Considerando que as informações disponibilizadas pelas Câmara são informações oficiais e considerando que a mesma está em conflito com a real situação junto ao Tribunal Regional Eleitoral, está banca determina a anulação da questão.

Parlamentares

Selecione o Período

17ª (2017 - 2020) (Atual)

Total de Parlamentares: 13

Parlamentar	Partido	Ativo?	Titular?
 Airton Ortiz	PP	Sim	Sim

Página 13 de 109
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS
www.eplconcursos.com.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

Fontes: <https://www.cmsarandi.rs.gov.br/processo-legislativo/parlamentares.html>

Número do Protocolo: 20191213.015.272085.076.0000002576-81

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR

Questão: 2

Recurso: O verbo historiar, tem conjunção historia, que não vai acento, sendo assim nenhuma das alternativas estão todas corretas.

Resposta:

INDEFERIDO.

Lendo-se com cuidado a questão, pode-se observar que o enunciado menciona que os acentos foram omitidos propositalmente, o que aponta para a palavra História, não para a conjugação do verbo historiar. Se assim o fosse, a utilização da forma verbal, esta viria marcada, identificada de alguma forma. Logo, considero **INDEFERIDO** o pedido. 02- Levando em conta as regras de acentuação das palavras da língua portuguesa, assinale a única alternativa em que todas as palavras devem ser acentuadas obrigatoriamente. Atenção: os acentos foram omitidos propositalmente.

- a. Ideia, jacare, bigorna.
- b. Cipo, mandacaru, jacaranda.
- c. Laranja, cafezinho, chocolate.
- d. Pasteis, chale, supositorio.
- e. reu, difficil, historia.

Número do Protocolo: 20191223.015.273362.076.0000002577-97

Cargo: ENFERMEIRO

Questão: 10

Recurso: Se a letra 'i' não acentuada for seguida por outra vogal não acentuada este encontro vocálico pode ser pronunciado de duas maneiras distintas: 1. Como ditongo crescente 'ia', 'ie', 'ii', 'io', 'iu', com a pronúncia das duas vogais em uma mesma sílaba e realização de 'i' como semivogal. Exemplos: fé-rias, a-gên-cia. 2. Como hiato 'i-a', 'i-e', 'i-i', 'i-o', 'i-u', com a separação das duas vogais em duas sílabas distintas e a representação de 'i' como vogal. PORTANTO A PALAVRA ASSUMIU PODE SER DITONGO DECRESCENTE MAS PODE SER HIATO. ISSO ANULARIA A QUESTÃO

Resposta:

INDEFERIDO. De fato, se a alternativa assumiu “pode ser ditongo decrescente” ela traz tal configuração e não pode ser assinalada de acordo com o enunciado da questão.

Número do Protocolo: 20191223.015.273362.076.0000002578-96

Cargo: ENFERMEIRO

Questão: 32



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

Recurso: SEGUNDO O Protocolos da Atenção Básica : Saúde das Mulheres / Ministério da Saúde, Instituto SÍrio-Libanês de Ensino e Pesquisa – Brasília : Ministério da Saúde, 2016. pag 124, Quadro 12: NÃO SE CONSTITUEM INDICAÇÕES DE PARTO CESAREO A DESPROPORÇÃO CÉFALO-PÉLVICA.

Resposta:

INDEFERIDO.

Prezado candidato, temos a esclarecer que:

Portanto, recurso indeferido. Segue gabarito oficial.

5.18.1 Indicações obstétricas de parto cesáreo

- Absolutas: **desproporção céfalo-pélvica**, cicatriz uterina prévia corporal, situação fetal transversa, herpes genital ativo, prolapso de cordão, placenta prévia oclusiva total, morte materna com feto vivo.
- Relativas: feto não reativo em trabalho de parto, gestante HIV positivo (dependendo da carga viral), descolamento prematuro de placenta (dependendo do estágio do parto), apresentação pélvica, gravidez gemelar (depende da relação entre os fetos), cesárea prévia, macrossomia fetal, cérvix desfavorável à indução do parto, psicopatia.

Fonte: <https://central3.to.gov.br/arquivo/404128/>

Número do Protocolo: 20191213.015.272086.076.0000002579-57

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR

Questão: 19

Recurso: A alternativa correta é a alternativa B. 1-1=0

Resposta:

DEFERIDO.

Em resposta ao recurso apresentado, informa-se que o gabarito enviado para divulgação esta com erro, sendo a resposta correta Alternativa B.

Sendo assim ocorrerá a alteração do gabarito.

Número do Protocolo: 20191213.015.272086.076.0000002580-53

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR

Questão: 21

Recurso: A alternativa correta é a alternativa B. São 11 vereadores, conforme consta na Lei Orgânica Municipal de Sarandi/RS, Art. 11, que diz: "A Câmara Municipal de Vereadores é composta por 11 Vereadores eleitos pelo sistema proporcional, como representante do povo, com mandato de 4 (quatro) anos." Anexo a Lei orgânica Municipal.

Resposta:

INDEFERIDO. Embora a alegação do candidato esteja correta, há uma inconsistência de informação, em virtude de que no site oficial da Câmara de Vereadores de Sarandi - RS, encontra-se a informação de que há naquela casa de leis, 13 parlamentares, sendo, 10 ativos e 3 inativos. Considerando que as informações disponibilizadas pelas Câmara são informações oficiais e considerando que a mesma está em conflito com a real situação junto ao Tribunal Regional Eleitoral, esta banca determina a anulação da questão.



Câmara Municipal de Sarandi - RS
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Parlamentares

Pesquisar Parlamentar

Selecione o Período

17ª (2017 - 2020) (Atual)

Total de Parlamentares: 13

Parlamentar	Partido	Ativo?	Titular?
 Airon Ortiz		Sim	Sim

Página 15 de 109
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS
www.eplconcursos.com.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

Fontes: <https://www.cmsarandi.rs.gov.br/processo-legislativo/parlamentares.html>

Número do Protocolo: 20191226.015.273609.076.0000002581-52

Cargo: PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA

Questão: 39

Recurso: Ao ler a questão 39 percebe-se que se trata de uma questão de literatura, pois menciona a Semana de 22. Que também que é chamada de Semana de Arte Moderna de 22, sendo o marco inicial do Modernismo Brasileiro. Não há na literatura brasileira um período chamado “liberalismo”, o mesmo se trata de uma filosofia política e moral baseada na liberdade. Com relação à liberdade presente na semana de 22, trata-se da liberdade de criação que é a liberdade estética mencionada na pergunta, contudo em momento algum isso se chama liberalismo na literatura. Por isso, a alternativa que completa corretamente a questão 39 deve ser a alternativa “a” – modernismo - que o período literário que ficou marcado pela semana de 22. Fonte: AMARAL, Emília. PATROCÍNIO, Mauro Ferreira do. LEITE, Silva Ricardo. BARBOSA, Severino Antônio Moreira. Novas Palavras: 3º ano - 2ª ed. - São Paulo: FTD, 2013. ABAURRE, Maria Luiza M. ABAURRE, MARIA IUIZA M. PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 2ª ed. - São Paulo: Moderna, 2013. Informações disponíveis em: <https://www.infoescola.com/literatura/modernismo-brasileiro/>. Acesso em 03/03/2020.

Resposta:

DEFERIDO. A alternativa correta é a letra A. Sendo assim ocorrerá a alteração de gabarito..

Número do Protocolo: 20191226.015.273609.076.0000002582-51

Cargo: PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA

Questão: 39

Recurso: Ao ler a questão 39 percebe-se que se trata de uma questão de literatura, pois menciona a Semana de 22. Que também que é chamada de Semana de Arte Moderna de 22, sendo o marco inicial do Modernismo Brasileiro. Não há na literatura brasileira um período chamado “liberalismo”, o mesmo se trata de uma filosofia política e moral baseada na liberdade. Com relação à liberdade presente na semana de 22, trata-se da liberdade de criação que é a liberdade estética mencionada na pergunta, contudo em momento algum isso se chama liberalismo na literatura. Por isso, a alternativa que completa corretamente a questão 39 deve ser a alternativa “a” – modernismo - que o período literário que ficou marcado pela semana de 22. Fonte: AMARAL, Emília. PATROCÍNIO, Mauro Ferreira do. LEITE, Silva Ricardo. BARBOSA, Severino Antônio Moreira. Novas Palavras: 3º ano - 2ª ed. - São Paulo: FTD, 2013. ABAURRE, Maria Luiza M. ABAURRE, MARIA IUIZA M. PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 2ª ed. - São Paulo: Moderna, 2013. Informações disponíveis em: <https://www.infoescola.com/literatura/modernismo-brasileiro/>. Acesso em 03/03/2020.

Resposta:

DEFERIDO. A alternativa correta é a letra A. Sendo assim ocorrerá a alteração de gabarito.

Número do Protocolo: 20191209.015.271464.076.0000002583-29

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR

Questão: 34

Recurso: A questão pede a ALTERNATIVA INCORRETA, o gabarito aponta a letra A que diz: Esta Lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União e do Distrito Federal. Ela está incompleta, porque também é do âmbito dos estados e dos municípios. Por tanto como a questão pede a alternativa INCORRETA, e a alternativa está APENAS INCOMPLETA, pois não deixa de ser do âmbito dos poderes da união e do distrito federal. In-tendo que a questão é nula .

Resposta:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

INDEFERIDO. Justamente pela alternativa estar incompleta, ela encontra-se incorreta, pois o art. 1º da Lei em comento, estabelece que a Lei abrange todos os poderes. A preposição "dos" na alternativa, limitou a abrangência da Lei para os âmbitos dos Poderes da União e do Distrito Federal, e como o próprio candidato alega, a Lei abrange os demais poderes.

Número do Protocolo: 20191209.015.271464.076.0000002584-28

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR

Questão: 2

Recurso: O verbo Historiar, tem como conjugação na 3ª pessoa do indicativo PRESENTE, Ele historia, sem acento. Por tanto não obrigatoriamente a palavra "historia" seja acentuada, por tanto nenhuma alternativa está correta, entendendo que a questão seja nula. Conjugação do Verbo Historiar no link: <https://www.conjugacao.com.br/verbo-historiar/>

Resposta:

INDEFERIDO.

Lendo-se com cuidado a questão, pode-se observar que o enunciado menciona que os acentos foram omitidos propositalmente, o que aponta para a palavra História, não para a conjugação do verbo historiar. Se assim o fosse, a utilização da forma verbal, esta viria marcada, identificada de alguma forma. Logo, considero **INDEFERIDO** o pedido. 02- Levando em conta as regras de acentuação das palavras da língua portuguesa, assinale a única alternativa em que todas as palavras devem ser acentuadas obrigatoriamente. Atenção: os acentos foram omitidos propositalmente.

- a. Ideia, jacare, bigorna.
- b. Cipo, mandacaru, jacaranda.
- c. Laranja, cafezinho, chocolate.
- d. Pasteis, chale, supositorio.
- e. reu, dificil, historia

Número do Protocolo: 20191220.015.272936.076.0000002585-34

Cargo: OPERADOR DE MÁQUINAS

Questão: 6

Recurso: pedido para a questão ser anulada devido erro ortográfico em uma palavra do enunciado da questão, deixando a mesma nada clara. onde a mesma dizia: assinale a unica alternativa correta em RAÇÃO ao uso dos pronomes. sendo assim a palavra razão destacada em letra maiúscula nao condiz com o restante do enunciado, deixando a questão incorreta e duvidosa.

Resposta:

DEFERIDO.

Considero **DEFERIDO** o pedido, em virtude o erro ortográfico no enunciado.

Número do Protocolo: 20191220.015.273041.076.0000002586-33

Cargo: PROCURADOR GERAL

Questão: 18

Recurso: A questão nº18 trouxe como gabarito a alternativa "a", conceituando como "vencimentos" a retribuição paga ao servidor pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao valor fixado em lei. Esse é o conceito de "vencimento", consoante se extrai do caput, do art. 63, do Regime Jurídico dos Servidores de Sarandi/RS (https://www.sarandi.rs.gov.br/images/2019/12/Lei_2303-91_Regime_JurYdico_Atualizado_atU_2019.pdf). O parágrafo único, do mesmo artigo, acrescido pela Lei Municipal n.º 4296, de 04 de dezembro de 2013, deixa claro que a definição estabelecida pelo caput deste artigo não se confunde com a definição de Vencimentos, que, para todos os fins e efeitos, é o vencimento acrescido das parcelas pecuniárias incorporadas, incluindo-se anuênios, classes e vantagem pessoal. Portanto, tendo em vista que não há resposta nas alternativas que possa ser considerada correta, a questão precisa ser anulada.

Resposta:

INDEFERIDO.

Porém cabe ressaltar que a questão em tela possui uma alternativa correta, sendo a letra "D" pois a referida alternativa vem de encontro com o enunciado no preâmbulo da questão "Vencimentos" e foi utilizado o "*ipsis litteris*" ou seja "nas mesmas palavras" para fazer referência ao parágrafo único do artigo 63 do Regime Jurídico dos Servidores de Sarandi-RS

Sendo assim ocorrerá a alteração de gabarito.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

Número do Protocolo: 20191213.015.272085.076.0000002587-87

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR

Questão: 34

Recurso: A alternativa está incompleta, não incorreta, a questão não diz que somente são no âmbito dos poderes da união e do distrito federal, estando apenas incompleta porque também são do âmbito dos estados e dos município, entendendo que a questão é nula.

Resposta:

INDEFERIDO. Justamente pela alternativa estar incompleta, ela encontra-se incorreta, pois o art. 1º da Lei em comento, estabelece que a Lei abrange todos os poderes. A preposição "dos" na alternativa, limitou a abrangência da Lei para os âmbitos dos Poderes da União e do Distrito Federal, e como o próprio candidato alega, a Lei abrange os demais poderes.

Número do Protocolo: 20191226.015.273609.076.0000002588-55

Cargo: PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA

Questão: 9

Recurso: Com relação à questão 9, observa-se que a mesma apresenta mais de uma alternativa que contém erro de concordância/regência de acordo com a norma padrão. Já que quando temos um pronome relativo antecedido da expressão "um dos", como no caso da alternativa "d", o verbo deverá estar na 3ª pessoa do singular ou plural, porém neste caso apresenta uma ideia de seletividade, com relação ao trabalho desenvolvido, por isso o verbo deve ficar obrigatoriamente no singular: "Ele foi um dos que mais ajudou no trabalho". E a alternativa "e" do ponto de vista da norma culta padrão também está equivocada. Por isso "certa". Sendo assim, a questão apresenta duas alternativas corretas. Fonte: ABAURRE, Maria Luiza M. ABAURRE, Bernardete M. PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido 2. 2ªed. – São Paulo: Moderna, 2013. SACONNI, Luiz Antônio. Novíssima Gramática Ilustrada Saconni. 24ª ed. – São Paulo: Nova Geração, 2010.

Resposta:

DEFERIDO. A questão será anulada.

Número do Protocolo: 20191220.015.272936.076.0000002589-310

Cargo: OPERADOR DE MÁQUINAS

Questão: 32

Recurso: A Questão pede conforme a NR6 todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador. Onde a alternativa A desta questão condiz claramente com o que está escrito na NR 6. De acordo com a NR 06 item 6.1.1, entende-se como equipamento conjugado de proteção individual todo aquele composto por vários dispositivos, que o fabricante tenha associado contra um ou mais riscos que possam ocorrer, simultaneamente, e que seja suscetível de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho. Exatamente como pede o enunciado da questão, relatasse na alternativa A podendo assim então estar correta a mesma.

Resposta:

DEFERIDO. Questão anulada por apresentar duas questões que podem ser assinaladas como corretas.

Número do Protocolo: 20191210.015.271799.076.0000002590-510

Cargo: PROCURADOR GERAL

Questão: 12

Recurso: Conforme Lei Orgânica Municipal, a data magna do município de Sarandi/RS é 27 de JUNHO (alternativa A). Art. 4.º - São Símbolos do Município, o Brasão e a Bandeira, representativa de sua cultura e história. Parágrafo Único – O dia 27 de junho é a data Magna Municipal.

Resposta:

A resposta da referida questão pelo gabarito publicado é a alternativa "A"

12- O dia _____ é a data magna municipal de Sarandi/RS. Assinale a alternativa CORRETA:
a) 27 de junho

Número do Protocolo: 20191223.015.273400.076.0000002591-810

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR

Questão: 19

Recurso: A questão pede analisar e assinalar a alternativa correta. As alternativas apresentadas foram: a) $235 + 126 + 12 = 333$ b) $1 - 1 = 0$ c) $- 1 + 1 = 2$ d) $0 - 2 = 4$ e) $6 \cdot 6 = 48$ O gabarito indica como correta a alternativa C, no entanto



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

essa resposta não está correta, pois $-1+1 = 0$, e não 2 como está na alternativa. Dessa maneira a alternativa correta é a B, onde $1-1=0$. Portanto, diante do exposto, requer-se a ANULAÇÃO da questão com o deferimento da pontuação equivalente para a Recorrente. Nesses termos, pede deferimento.

Resposta:

INDEFERIDO. pois a questão possui uma alternativa correta, sendo assim ocorrerá a alteração do gabarito.

Número do Protocolo: 20191211.015.271856.076.0000002592-58

Cargo: AGENTE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

Questão: 33

Recurso: À COMISSÃO EXECUTORA. Prezados(as) Senhores(as), O gabarito da questão de número 33 merece ser revisto em virtude dos fatos e fundamentos que seguem: A questão exigiu do candidato que identificasse referente à fiscalização contábil, financeira e orçamentária do Município de acordo com a Lei Orgânica Municipal, a alternativa correta dentre as cinco alternativas propostas. O gabarito da referida questão, conforme consta publicado é a assertiva de letra "A", no entanto à luz da Lei Orgânica Municipal a assertiva em questão encontra-se INCORRETA assim como as demais, senão vejamos: Questão 33 – De acordo com o contido na Lei Orgânica Municipal de Sarandi-RS, sobre a fiscalização contábil, financeira e orçamentária do Município, marque a alternativa correta. a) A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. A alternativa em questão, não se encontra correta uma vez que a letra fria da Lei Orgânica em seu Art. 40, traz a seguinte redação: "Art. 40 – A fiscalização contábil, financeira e orçamentária do Município será exercida pela Câmara, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno de cada um dos Poderes." Nesse sentido, entende-se que o controle interno será exercido pelos sistemas de controle interno de cada um dos poderes e não exclusivamente pelo Poder Executivo Municipal como refere a assertiva, de forma que a torna INCORRETA. A assertiva "B" encontra-se igualmente incorreta pois vai contra ao disposto no Art. 40, § 1º da Lei Orgânica Municipal. A assertiva "C" encontra-se igualmente incorreta pois vai contra ao disposto no Art. 42 da Lei Orgânica Municipal. A assertiva "D" encontra-se igualmente incorreta pois vai contra ao disposto no Art. 40 da Lei Orgânica Municipal. A assertiva "E" encontra-se igualmente incorreta pois vai contra ao disposto no Art. 40, § 3º da Lei Orgânica Municipal. Nesse viés a questão deve ser anulada, visto que não há uma alternativa correta dentre as assertivas propostas na questão. Isso Posto, requer seja anulada a questão de número 33 tendo em vista não conter dentre suas assertivas uma resposta CORRETA, conforme requerido no enunciado da questão. Nestes termos, pede deferimento.

Resposta:

DEFERIDO. Prospera a alegação da candidata, questão deve ser anulada.

Número do Protocolo: 20191223.015.273462.076.0000002593-64

Cargo: AGENTE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

Questão: 34

Recurso: A resposta do gabarito está correta, porém, o enunciado da questão está incompleto, ou seja, não se pode entender o que pedia a questão, por faltar palavras no enunciado tornando a questão ininteligível. Segue o enunciado: "Assinale a alternativa a seguir que corretamente os aspectos sanitários e sociais sob as quais os sistemas de abastecimento de água são concebidos:

Resposta:

INDEFERIDO. O enunciado solicita para assinalar a alternativa correta, o que é perfeitamente entendido com o enunciado, e ainda, como alegado no recurso, possui uma única alternativa correta, qual está indicada no gabarito.

Número do Protocolo: 20191209.015.271464.076.0000002594-25

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR

Questão: 8

Recurso: Na expressão "quando ele vir" está sendo conjugado o verbo ver, como não especifica o verbo sendo utilizado, a questão C também está correta.

Resposta:

INDEFERIDO.

O candidato questiona que o verbo em questão (a sua forma conjugada – vir) deveria ser identificada. Ora, nenhum dos itens o foi, justamente porque a questão exigia o conhecimento do uso das formas verbais. Além disso, o candidato não observou as regras de regência: o verbo VIR é intransitivo, nesse caso, exigindo o uso da preposição. Caso fosse o verbo VER (VTD), como sugere o candidato, não haveria a necessidade o uso do acento indicativo de crase, como aparece na questão, reproduzida a seguir. Assim. Considero o **INDEFERIDO** o pedido.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

08- Assinale a única alternativa em que a forma verbal em destaque foi utilizada de acordo com as normas gramaticais da Língua Portuguesa.

- a. Eu espero que ele seja responsável!
- b. Se ele se mantesse calmo, tudo se resolveria.
- c. **Quando ele vir à cidade, conversamos.**
- d. Quando o sol se puser, fará menos calor.
- e) Eu cabo nesse espaço tranquilamente.

Número do Protocolo: 20191210.015.271757.076.0000002595-55

Cargo: ATENDENTE DE CRECHE

Questão: 32

Recurso: Pela lei crianças em idade de creche, seriam crianças de 0 a 3 anos e pré-escola de 4 e 5 anos de idade? creches e pré-escola seriam a mesma coisa? 6 anos já frequentam o ensino fundamental?

Resposta:

DEFERIDO. Questão anulada. Houve erro na digitação na alternativa a) Onde se lê ... brincar e educar crianças na faixa etária de zero a **seis anos**; o correto realmente é brincar e educar crianças na faixa etária de zero a **três anos**.

Número do Protocolo: 20191223.015.273400.076.0000002596-85

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR

Questão: 21

Recurso: A questão pergunta quantos vereadores compõem a câmara municipal de vereadores. As alternativas apresentadas foram: a) 13 b) 11 c) 09 d) 15 e) 17 O gabarito apresenta como correta a alternativa A. No entanto, conforme o artigo 11 da Lei Orgânica do município de Sarandi, o número de vereadores que compõem a câmara municipal é 11. Vejamos: Art. 11 A Câmara Municipal de Vereadores é composta por 11 Vereadores eleitos pelo sistema proporcional, como representante do povo, com mandato de 4 (quatro) anos. Dessa maneira, a resposta correta é a alternativa B. Portanto, diante do exposto, requer-se a ANULAÇÃO da questão com o deferimento da pontuação equivalente para a Recorrente. Nesses termos, pede deferimento.

Resposta:

INDEFERIDO. Embora a alegação do candidato esteja correta, há uma inconsistência de informação, em virtude de que no site oficial da Câmara de Vereadores de Sarandi - RS, encontra-se a informação de que há naquela casa de leis, 13 parlamentares, sendo, 10 ativos e 3 inativos. Considerando que as informações disponibilizadas pelas Câmara são informações oficiais e considerando que a mesma está em conflito com a real situação junto ao Tribunal Regional Eleitoral, está banca determina a anulação da questão.

Parlamentar	Partido	Ativo?	Titular?
 Airton Ortiz	PP	Sim	Sim



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

Fontes: <https://www.cmsarandi.rs.gov.br/processo-legislativo/parlamentares.html>

Número do Protocolo: 20191220.015.272932.076.0000002597-53

Cargo: PROFESSOR GEOGRAFIA

Questão: 40

Recurso: A questão de numero 40 pede para marcar a alternativa CORRETA, porem nenhuma das alternativas con- diz como o que pede no enunciado, muito mesmo a alternativa que se diz certa no gabarito (alternativa B) pois a mesma fala da economia da China que é um dos países do mundo com maior tecnologia existente, acompanhamos diariamente em sites, jornais, telejornais, manchetes de diversos tipos relatando sobre a alta tecnologia desse país. Além dos dados divulgados pela OCDE, uma recente pesquisa da empresa internacional de contabilidade KPMG chegou à mesma conclusão: a China tem, junto com os Estados Unidos, os maiores potenciais de inovação tecnoló- gica do mundo. Assim também em vários sites de pesquisa na internet apontam a China como uma potencia tecnoló- gica. O gabarito preliminar destaca a alternativa B como certa, indicando assim a China um país de tecnologia baixa, não condizendo com o que se vê em sites de noticias de confiança e noticiários de televisão, pois todos relatam alta tecnologia chinesa.

Resposta:

DEFERIDO. Questão anulada por inconsistência na contextualização.

Número do Protocolo: 20191213.015.272077.076.0000002598-38

Cargo: PROFESSOR LÍNGUA INGLESA

Questão: 9

Recurso: Com relação a questão número 9, em caso de pronome relativo antecedido da expressão " um dos" verbo pode ser na terceira pessoa do singular ou do plural, contudo a regra diz que quando apresenta uma ideia de seletivi- dade fica obrigatório no singular.

Resposta:

DEFERIDO. A questão será anulada.

Número do Protocolo: 20191211.015.271856.076.0000002599-51

Cargo: AGENTE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

Questão: 2

Recurso: À COMISSÃO EXECUTORA. Prezados(as) Senhores(as), O gabarito da questão de número 02 merece ser revisto em virtude dos fatos e fundamentos que seguem: A questão exigiu do candidato que identificasse qual a resposta correta referente ao uso das aspas na língua portuguesa. O gabarito da referida questão, conforme consta publicado é a assertiva de letra "E", no entanto a luz das regras gramaticais de pontuação o gabarito correto é letra "D", senão vejamos: Conforme consta no site TODA MATÉRIA, endereço: <https://www.todamateria.com.br/uso-das-aspas/> - Professora Daniela Diane O uso das aspas duplas em citações serve para citar algo. No caso em tela, a au- tora utilizou como título do texto a citação direta de uma frase dita pelo Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Público, Carlos Ari Sundfeld. Logo, infere-se que as aspas duplas utilizadas no título do texto, iniciam uma citação di- reta feita, proferida, pela própria autora do texto. Visto que o uso das aspas é justamente para enfatizar que o que foi dito por outra pessoa isto é citação. Seja de frases de outras pessoas, seja de obras, seja de títulos quaisquer. Nesse viés o gabarito da questão deve ser retificado para letra "D", visto que apresenta o conceito adequado para o uso das aspas duplas, conforme se evidencia pelas regras gramaticais de pontuação. Isso Posto, requer seja retificado o ga- barito da questão de número 02 de "E" para "D" tendo em vista conter o conceito correto do uso das aspas, conforme requerido no enunciado da questão. Nestes termos, pede deferimento.

Resposta:

DEFERIDO. A argumentação do candidato procede será alterada a alternativa no gabarito sendo correta a letra "D".

Número do Protocolo: 20191209.015.271638.076.0000002600-710

Cargo: OPERADOR DE MÁQUINAS

Questão: 4

Recurso: Na referida questão diz "Assinale a única alternativa incorreta em relação ao plural das palavras a seguir " a questão está incoerente, pois todas as alternativas estão corretas, o que esta incorreto é a grafia da palavra que esta no plural "Irlandezes " isso colocou os candidatos em duvida . A questão deveria ser elaborada de outra maneira como : "Assinale a única alternativa incorreta em relação a grafia no plural das palavras a seguir".Por esse motivo a questão tem que ser anulada.

Resposta:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

INDEFERIDO.

Considero **INDEFERIDO** o pedido, visto que a ortografia correta do plural de irlandês é irlandeses. Na formação do plural, via de regra, mantém-se o radical das palavras, apenas acrescentando as desinências nominais de plural. No caso – irlandês – irlandeses. O mesmo ocorre com japonês – japoneses; norueguês – noruegueses; polonês – poloneses. Assim, houve erro, de acordo com os manuais da língua portuguesa, erro na formação do plural.

Número do Protocolo: 20191218.015.272704.076.0000002601-86

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 29

Recurso: A questão 29 mostra-se confusa, dificultando a compreensão, já que lança a ideia inicial, “O objetivo central é estudar os processos mentais, ou seja, como são construídos ao longo da vida do indivíduo,” porém essa ideia não é concluída na sequência, sendo lançada outra ideia, o que dificulta a compreensão do todo, além da ausência de elementos de ligação ao fim da questão: “... sendo que o início acontece...” Há a necessidade de reformulação da questão, como: “O objetivo central da teoria é estudar os processos mentais, ou seja, como ocorre a passagem dos estados inferiores do conhecimento aos estados mais complexos ou rigorosos. Ressalta-se ainda que, o conhecimento resulta em interação entre sujeito e objeto, e da ação do sujeito sobre o objeto.”

Resposta:

INDEFERIDO, conforme tema proposto em edital, no enunciado a Banca Examinadora já apresenta os conceitos relacionados a perspectiva da Epistemologia Genética. Piaget ao longo de sua obra discute questões relacionadas a interação e construção do conhecimento. Para a epistemologia genética a construção ocorre a partir da ação do sujeito sob a interação com o objeto de conhecimento. Dessa maneira, a construção do conhecimento refere-se a construção do sujeito que conhece o objeto a ser conhecido, para Coll (1987, p. 186) ambos “aparecem como resultado de um processo permanente de construção”.

Coll, C. (1987). As Contribuições da Psicologia para a Educação: Teoria Genética e Aprendizagem Escolar. Em L. Banks-Leite (Org). Piaget e a Escola de Genebra. (pp. 164-197). São Paulo: Cortez.

Piaget, J. (1970b). Psicologia e Pedagogia. (Lindoso, D.A. e da Silva, R.M.R., Trad.). Rio de Janeiro: Forense. (Original publicado em 1969)

Número do Protocolo: 20191218.015.272704.076.0000002602-85

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 29

Recurso: A questão 29 mostra-se confusa, dificultando a compreensão, já que lança a ideia inicial, “O objetivo central é estudar os processos mentais, ou seja, como são construídos ao longo da vida do indivíduo,” porém essa ideia não é concluída na sequência, sendo lançada outra ideia, o que dificulta a compreensão do todo, além da ausência de elementos de ligação ao fim da questão: “... sendo que o início acontece...” Há a necessidade de reformulação da questão, como: “O objetivo central da teoria é estudar os processos mentais, ou seja, como ocorre a passagem dos estados inferiores do conhecimento aos estados mais complexos ou rigorosos. Ressalta-se ainda que, o conhecimento resulta em interação entre sujeito e objeto, e da ação do sujeito sobre o objeto.”

Resposta:

INDEFERIDO, conforme tema proposto em edital, no enunciado a Banca Examinadora já apresenta os conceitos relacionados a perspectiva da Epistemologia Genética. Piaget ao longo de sua obra discute questões relacionadas a interação e construção do conhecimento. Para a epistemologia genética a construção ocorre a partir da ação do sujeito sob a interação com o objeto de conhecimento. Dessa maneira, a construção do conhecimento refere-se a construção do sujeito que conhece o objeto a ser conhecido, para Coll (1987, p. 186) ambos “aparecem como resultado de um processo permanente de construção”.

Coll, C. (1987). As Contribuições da Psicologia para a Educação: Teoria Genética e Aprendizagem Escolar. Em L. Banks-Leite (Org). Piaget e a Escola de Genebra. (pp. 164-197). São Paulo: Cortez.

Piaget, J. (1970b). Psicologia e Pedagogia. (Lindoso, D.A. e da Silva, R.M.R., Trad.). Rio de Janeiro: Forense. (Original publicado em 1969)

Número do Protocolo: 20191218.015.272704.076.0000002603-84

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 37

Recurso: Na questão 37, a qual destaca dois tipos de sanções abordadas na teoria de Piaget, encontra-se elaborada de forma equivocada, já que a teoria de Piaget, traz os termos punição expiatória e a sanção por reciprocidade, enfatizando que as duas questões seguem por caminhos bem diferentes. A punição expiatória quase sempre aplicada



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

pela desobediência às regras impostas pelos adultos possui natureza arbitrária. Esse caráter coercitivo se explica pela evidência de que a punição não possui nenhuma ligação com a ofensa então cometida; ou seja, não oferece à pessoa infratora oportunidade para a reflexão sobre sua transgressão. Por exemplo: Um menino é proibido de ir ao cinema por ter brigado com seu irmão. O fato de ter sido privado da diversão não o leva a avaliar sua atitude, ao contrário, poderá inclusive, responsabilizar o irmão pelo castigo que lhe foi imposto. Já a punição denominada sanção por reciprocidade, considerada por Piaget como mais educativa, leva à adesão das regras por caminhos bem diferentes daqueles utilizados na punição expiatória. Na punição por reciprocidade a pessoa que desobedece as regras é levada a perceber que sua conduta compromete o contrato social que fundamenta a cooperação. Neste caso, ainda que haja necessidade de uma penalidade material ou social, esta não será considerada arbitrária, por possibilitar a reflexão sobre o ato cometido. Ou, ainda, a pessoa infratora terá consciência do porquê está sendo castigada. E isso, porque o adulto travou com ela um diálogo, oportunizando-lhe falar sobre as razões que a levaram a tal comportamento. Paralelamente, o infrator é levado a ouvir a apreciação da pessoa com a qual está conversando. A troca de ponto de vista sobre a situação é mútua. Daí, a natureza educativa desta punição. Na sanção por reciprocidade sempre haverá um vínculo explicativo entre o erro e a punição. (Disponível em: <http://periodicosibepes.org.br/index.php/reped/article/viewFile/322/227>)

Resposta:

INDEFERIDO.

No preambulo da questão, foi solicitado aos candidatos que assinalassem a alternativa correta referente aos mecanismos do desenvolvimento da autonomia, para Jean Piaget, e não aos conceitos das sanções.

Fonte: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/a-interacao-social-na-teoria-de-piaget/32629>

Em sua obra "O julgamento moral da criança" (1930), Piaget estabelece que a moral se desenvolve em um processo crescente que vai da dependência moral à autonomia moral. O desenvolvimento da autonomia, por sua vez, é um processo mediado pelos adultos, crianças e adolescentes, com os quais a criança se relaciona cotidianamente. No desenvolvimento da autonomia, há dois mecanismos fundamentais, a **cooperação e a reciprocidade**, que comportam dois tipos de sanções: as sanções expiatórias, e as sanções de reciprocidade.

Número do Protocolo: 20191221.015.273060.076.0000002604-45

Cargo: PROFESSOR GEOGRAFIA

Questão: 33

Recurso: Presado examinador, entendo que na questão 33, referente aos conhecimentos específicos de Geografia há equívoco no gabarito da mesma. O gabarito aponta a letra "A" como afirmativa correta. Essa afirmativa está correta em sua primeira parte no que tange à Região Nordeste bem como a direção dos ventos. Porém, quando refere que o Brasil detém a décima capacidade de geração deste tipo de energia, o número não condiz com a realidade, no caso encontra-se defasado esse dado. Segundo dados da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) que congrega e representa a indústria de energia eólica no País, incluindo empresas de toda a cadeia produtiva, o Brasil encontra-se na OITAVA posição. Conforme pode ser visto no link que segue: http://abeeolica.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Boletim-Anual_2018.pdf Ainda segundo dados da Agência Brasil, a mesma aponta a mesma posição (oitava): Conforme cita: "O Brasil subiu uma posição, passando o Canadá, e agora ocupa o oitavo lugar no ranking mundial que afere a capacidade instalada de produção de energia eólica, segundo o Global Wind Statistic 2017, documento anual com dados mundiais de energia eólica produzido pelo Global Wind Energy Council (GWEC)." Disponível em : <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-02/brasil-e-o-oitavo-pais-do-mundo-em-producao-de-energia-eolica> Neste sentido, como não há nesta questão uma referencia á fonte ou então em relação ao ano em que estes dados foram computados, solicito a anulação da mesma. Desde já grato pela atenção.

Resposta:

INDEFERIDO. Embora prospere a legação do candidato, que a alternativa "A" indicada pelo Gabarito não seja uma opção correta, a questão possui uma única alternativa correta, sendo a letra "C", houve erro no momento de marcação no Edital de Gabarito, devendo a questão ter seu gabarito alterado para letra "C". Fonte: http://www2.aneel.gov.br/arquivos/pdf/livro_atlas.pdf

Número do Protocolo: 20191209.015.271504.076.0000002605-51

Cargo: PROFESSOR CIÊNCIAS

Questão: 30

Recurso: Segundo Oliveira (2010), Soares (2016) e Vygotsky (1979) o princípio que rege o ensino da escrita é o FONEMA, ou seja, os sons, a oralidade!

Resposta:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

INDEFERIDO, pois o princípio que rege o ensino da escrita centra-se na ação e interação com a linguagem escrita nas práticas sociais. Como o sistema de escrita alfabética é um processo de apropriação, sendo necessário concebê-lo como um sistema notacional e não como um código.

BRASIL, Secretaria de Educação Básica. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A Aprendizagem do Sistema de Escrita Alfabética. Ano 1: unidade 3. Brasília: MEC, SEB, 2012.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. Psicogênese da Língua Escrita. Porto Alegre: Artmed, 1986.

MORAIS, A. Sistema de Escrita Alfabética. São Paulo: Melhoramentos, 2012

Número do Protocolo: 20191223.015.273283.076.0000002606-74

Cargo: PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA

Questão: 21

Recurso: A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, estabelece os conteúdos mínimos para o âmbito nacional e específicos para o âmbito regional e local, por ex.: no seu art. 26. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

Resposta:

INDEFERIDO.

Tendo em vista que a BNCC está garantida na Constituição Federal de 1988, sendo assim é impossível conhecer e compreender a Base Nacional Comum Curricular se não houver o entendimento dos princípios constitucionais. Pois a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que visa guiar o currículo de todas as escolas públicas e privadas, tornando-se diretriz oficial para o ensino do Brasil. De acordo com o MEC (2019) o documento foi homologado em 2018. Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)¹, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências, a LDB orienta a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a ser ensinados. BRASIL. BNCC: educação é a base. Brasília: MEC, 2018.

A questão é clara em perguntar "Qual a lei que garanti os conteúdos da BNCC?"

A Única lei que garanti, ou seja, determina conteúdos mínimos para o ensino é a constituição federal através do seu artigo 210. As demais leis tratam do assunto regulamentam o que determina CF.

Número do Protocolo: 20191220.015.273003.076.0000002607-11

Cargo: ATENDENTE DE CRECHE

Questão: 1

Recurso:

Resposta:

INDEFERIDO por falta de argumentação previsto no item 12.2.4 do edital de abertura.

Número do Protocolo: 20191220.015.273003.076.0000002608-110

Cargo: ATENDENTE DE CRECHE

Questão: 25

Recurso:

Resposta:

INDEFERIDO por falta de argumentação previsto no item 12.2.4 do edital de abertura.

Número do Protocolo: 20191209.015.271468.076.0000002609-107

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

Questão: 29

Recurso: Na questão 29, lê-se: "O objetivo central é estudar os processos mentais, ou seja, como são construídos ao longo da vida do indivíduo, todo o conhecimento precisa ser entendido como uma construção que promove interação ao longo da vida. Ressalta-se ainda que, o conhecimento resulta em interação entre o sujeito e o objeto, sendo o início acontece por meio da ação do sujeito. Nesse caso, estamos falando de qual teoria?" Além da má formulação da questão, estando confusa e sem a devida pontuação, o que dificulta a interpretação da mesma, há duas respostas corretas: a letra b (epistemologia genética - resposta do gabarito) e a letra c (histórico-cultural), pois as teorias de Piaget e de Vygotsky se cruzam nesse sentido. Sendo assim, Souza (2011), explica que "Os pesquisadores da teoria



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

histórico-cultural deram prosseguimento ao trabalho de Vygotsky, principalmente dois dos seus discípulos: Alexander Romanovich Luria (1902-1977) e Alexei Nikolaievich Leontiev (1904-1977). Luria desenvolveu pesquisas neuropsicológicas, na busca de identificar os processos mentais resultantes da atividade humana, ou seja, da relação dos seres humanos com os objetos sociais com os quais interagem, para Vygotsky, “um dos principais mecanismos a serem compreendidos no estudo do ser humano (OLIVEIRA, 1997, P. 38), pois constitui um “processo em que as atividades externas e as funções interpessoais transformam-se em atividades internas, intrapsicológicas” (OLIVEIRA, 1997, p. 38).” Dessa forma, percebemos que a teoria histórico-cultural, assim como a epistemologia genética tem como objetivo estudar os processos mentais, entendendo-os como um construção que promove interação ao longo da vida. Além disso, de acordo com Libâneo (2004) sobre a teoria histórico-cultural, “A interação sujeito–objeto implica o uso de mediações simbólicas (sistemas, esquemas, mapas, modelos, isto é, signos, em sentido amplo) encontradas na cultura e na ciência. A reconstrução e reestruturação do objeto de estudo constituem o processo de internalização, a partir do qual se reestrutura o próprio modo de pensar dos alunos, assegurando, com isso, seu desenvolvimento.”. O que nos faz perceber mais uma vez que a resposta da questão acima mencionada tem duas respostas: “b” e “c”, sendo assim, solicita-se que a questão seja anulada. SOUZA, Gilcênio Vieira. Teoria Histórico-Cultural e aprendizagem contextualizada. Blog Psicologia da Educação Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2011. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/psicoeduc/gilvieira/2011/02/02/teoria-historico-cultural-e-aprendizagem-contextualizada/> LIBÂNEO, José Carlos. A didática e a aprendizagem do pensar e do aprender: a teoria histórico-cultural da atividade e a contribuição de Vasili Davydov. Rev. Bras. Educ. no.27 Rio de Janeiro Sept./Oct./Nov./Dec. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782004000300002&script=sci_arttext#autorb

Resposta:

INDEFERIDO, conforme tema proposto em edital, no enunciado a Banca Examinadora já apresenta os conceitos relacionados a perspectiva da Epistemologia Genética. Piaget ao longo de sua obra discute questões relacionadas a interação e construção do conhecimento. Para a epistemologia genética a construção ocorre a partir da ação do sujeito sob a interação com o objeto de conhecimento. Dessa maneira, a construção do conhecimento refere-se a construção do sujeito que conhece o objeto a ser conhecido, para Coll (1987, p. 186) ambos “aparecem como resultado de um processo permanente de construção”.

Coll, C. (1987). As Contribuições da Psicologia para a Educação: Teoria Genética e Aprendizagem Escolar. Em L. Banks-Leite (Org). Piaget e a Escola de Genebra. (pp. 164-197). São Paulo: Cortez.

Piaget, J. (1970b). Psicologia e Pedagogia. (Lindoso, D.A. e da Silva, R.M.R., Trad.). Rio de Janeiro: Forense. (Original publicado em 1969)

Número do Protocolo: 20191223.015.273283.076.0000002610-77

Cargo: PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA

Questão: 22

Recurso: O enunciado foi mal construído, não há coesão nem coerência, além disso, possui erros de concordância e de ortografia etc., esses problemas induzem o candidato a erro e comprometem a credibilidade do certame, devido a esses fatos a questão deve ser anulada.

Resposta:

INDEFERIDO, tendo em vista que a tendência pedagógica que trata da pedagogia crítica-social dos conteúdos traz uma abordagem de emancipação humana, a alternativa E é a correta. Pois, de acordo com Saviani (2003) a pedagogia crítica social dos conteúdos visa superar pedagogias de vertentes de essência e existência, sendo um dos grandes desafios é efetivar a educação como um instrumento que auxilie na transformação da sociedade. A educação tem plenas condições de construir uma sociedade mais cidadã e democrática. Logo a pedagogia crítico-social dos conteúdos visa construir uma teoria pedagógica que articule realidade histórica e social, tornando o papel do professor mediador da educação no processo de transformação social. Assim, essa tendência pedagógica visa produzir direta e intencionalmente métodos de ensino eficazes estimulando o interesse dos alunos. A função social da escola é promover acesso aos conhecimentos historicamente, socialmente e sistematicamente produzidos pela humanidade possibilitando aos educandos e a classe trabalhadora condições de emancipação humana.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

Número do Protocolo: 20191209.015.271639.076.0000002611-45

Cargo: PROFESSOR MATEMÁTICA

Questão: 22

Recurso: A alternativa apresentada pela banca como correta, alternativa “e”, não está de acordo com as normas padrão do português. A alternativa não apresenta coerência, por isso não dá possibilidade de ser escolha para a ques-



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

tão. A alternativa está redigida assim: QUE A FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DA ESCOLA PRECISA ASSEGURAR, POR MEIO DO CONHECIMENTO HISTORICAMENTE SISTEMATIZADO E CONSTRUÍDO PELO HOMEM, POSSIBILITANDO O ACESSO DAS CLASSES POPULARES. Na período “QUE A FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DA ESCOLA PRECISA ASSEGURAR”; o verbo assegurar exige um complemento, ou seja, a função social e política da escola precisa assegurar o que? ; e este complemento não existe, pois seguido deste período a afirmativa explica os meios de assegurar e completa afirmando que se isso ocorrer será possibilitado o acesso das classes populares. Assim, em momento algum na alternativa, está especificado o que a função social e política da escola precisa assegurar; impossibilitando assim o leitor à entender esta afirmativa no seu sentido completo. Por este motivo, a alternativa não pode ser escolhida como resposta correta à questão proposta.

Resposta:

INDEFERIDO, tendo em vista que a tendência pedagógica que trata da pedagogia crítica-social dos conteúdos traz uma abordagem de emancipação humana, a alternativa E é a correta. Pois, de acordo com Saviani (2003) a pedagogia crítica social dos conteúdos visa superar pedagogias de vertentes de essência e existência, sendo um dos grandes desafios é efetivar a educação como um instrumento que auxilie na transformação da sociedade. A educação tem plenas condições de construir uma sociedade mais cidadã e democrática. Logo a pedagogia crítico-social dos conteúdos visa construir uma teoria pedagógica que articule realidade histórica e social, tornando o papel do professor mediador da educação no processo de transformação social. Assim, essa tendência pedagógica visa produzir direta e intencionalmente métodos de ensino eficazes estimulando o interesse dos alunos. A função social da escola é promover acesso aos conhecimentos historicamente, socialmente e sistematicamente produzidos pela humanidade possibilitando aos educandos e a classe trabalhadora condições de emancipação humana.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

Número do Protocolo: 20191211.015.271881.076.000002612-75

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

Questão: 29

Recurso: Na questão 29, lê-se: "O objetivo central é estudar os processos mentais, ou seja, como são construídos ao longo da vida do indivíduo, todo o conhecimento precisa ser entendido como uma construção que promove interação ao longo da vida. Ressalta-se ainda que, o conhecimento resulta em interação entre o sujeito e o objeto, sendo o início acontece por meio da ação do sujeito. Nesse caso, estamos falando de qual teoria?" Além da má formulação da questão, estando confusa e sem a devida pontuação, o que dificulta a interpretação da mesma, há duas respostas corretas: a letra b (epistemologia genética - resposta do gabarito) e a letra c (histórico-cultural), pois as teorias de Piaget e de Vygotsky se cruzam nesse sentido. Sendo assim, Souza (2011), explica que "Os pesquisadores da teoria histórico-cultural deram prosseguimento ao trabalho de Vygotsky, principalmente dois dos seus discípulos: Alexander Romanovich Luria (1902-1977) e Alexei Nikolaievich Leontiev (1904-1977). Luria desenvolveu pesquisas neuropsicológicas, na busca de identificar os processos mentais resultantes da atividade humana, ou seja, da relação dos seres humanos com os objetos sociais com os quais interagem, para Vygotsky, "um dos principais mecanismos a serem compreendidos no estudo do ser humano (OLIVEIRA, 1997, P. 38), pois constitui um "processo em que as atividades externas e as funções interpessoais transformam-se em atividades internas, intrapsicológicas" (OLIVEIRA, 1997, p. 38)." Dessa forma, percebemos que a teoria histórico-cultural, assim como a epistemologia genética tem como objetivo estudar os processos mentais, entendendo-os como um construção que promove interação ao longo da vida. Além disso, de acordo com Libâneo (2004), "A interação sujeito–objeto implica o uso de mediações simbólicas (sistemas, esquemas, mapas, modelos, isto é, signos, em sentido amplo) encontradas na cultura e na ciência. A reconstrução e reestruturação do objeto de estudo constituem o processo de internalização, a partir do qual se reestrutura o próprio modo de pensar dos alunos, assegurando, com isso, seu desenvolvimento.". O que nos faz perceber mais uma vez que a resposta da questão acima mencionada tem duas respostas: "b" e "c". SOUZA, Gilcênio Vieira. Teoria Histórico-Cultural e aprendizagem contextualizada. Blog Psicologia da Educação Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2011. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/psicoeduc/gilvieira/2011/02/02/teoria-historico-cultural-e-aprendizagem-contextualizada/> LIBÂNEO, José Carlos. A didática e a aprendizagem do pensar e do aprender: a teoria histórico-cultural da atividade e a contribuição de Vasili Davydov. Rev. Bras. Educ. no.27 Rio de Janeiro Sept./Oct./Nov./Dec. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782004000300002&script=sci_arttext#autorb

Resposta:

INDEFERIDO, conforme tema proposto em edital, no enunciado a Banca Examinadora já apresenta os conceitos relacionados a perspectiva da Epistemologia Genética. Piaget ao longo de sua obra discute questões relacionadas a interação e construção do conhecimento. Para a epistemologia genética a construção ocorre a partir da ação do sujeito sob a interação com o objeto de conhecimento. Dessa maneira, a construção do conhecimento refere-se a constru-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

ção do sujeito que conhece o objeto a ser conhecido, para Coll (1987, p. 186) ambos “aparecem como resultado de um processo permanente de construção”.

Coll, C. (1987). *As Contribuições da Psicologia para a Educação: Teoria Genética e Aprendizagem Escolar*. Em L. Banks-Leite (Org). Piaget e a Escola de Genebra. (pp. 164-197). São Paulo: Cortez.

Piaget, J. (1970b). *Psicologia e Pedagogia*. (Lindoso, D.A. e da Silva, R.M.R., Trad.). Rio de Janeiro: Forense. (Original publicado em 1969)

Número do Protocolo: 20191223.015.273283.076.0000002613-74

Cargo: PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA

Questão: 28

Recurso: A questão é confusa, pois a avaliação formativa é componente indispensável e indissociável na prática pedagógica e está ligada diretamente ao ensino -aprendizagem, já processo lógico seletivo é caso de interpretação, raciocínio lógico, além disso a questão também possui erro na alternativa "d". <https://www.pedagogia.com.br/artigos/avaliacaoformativa/index.php?pagina=2>

Resposta:

INDEFERIDO. Porém cabe ressaltar que:

A avaliação formativa é uma proposta de avaliar o processo de ensino-aprendizagem, considerando a realidade de professores e alunos, seus princípios estão assentados na perspectiva sociocultural. A principal função da avaliação formativa é não se transformar em uma pedagogia das competências, pois a avaliação formativa demanda que haja a articulação entre realidade e conhecimento teórico possibilitando assim a aprendizagem.

Sendo assim ocorrerá alteração de gabarito da letra “A” para letra “B”.

Gomes. S. (2003). *Tessituras Docentes da Avaliação Formativa*. Dissertação de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação,

Universidade Federal de Minas Gerais, MG.

Jorba, J. & Sanmarti, N. (2003). *A Função Pedagógica da Avaliação*. In *Avaliação como Apoio à Aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed.

Luckesi. C. (2002). *Avaliação da Aprendizagem Escolar*. São Paulo: Cortez.

Número do Protocolo: 20191223.015.273277.076.0000002614-66

Cargo: PROCURADOR GERAL

Questão: 15

Recurso: Conforme dispõe o artigo 63 da Lei Orgânica do Município de Sarandi, são estáveis após dois anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso. Desse modo, requer a retificação do gabarito para constar a alternativa "b" como correta. Art. 63 – São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os Servidores nomeados em virtude de concurso público. § 1.º - O Servidor Público estável somente perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que seja assegurada ampla defesa.

Resposta:

DEFERIDO. A alternativa em questão será retificada passando a ter a letra "B" como correta.

Número do Protocolo: 20191223.015.273283.076.0000002615-72

Cargo: PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA

Questão: 39

Recurso: O Modernismo iniciou com a Semana de Arte Moderna em 1922 e refletiu-se na busca de meios de expressão autenticamente brasileiros, fugindo dos tradicionais modelos europeus, procurando romper com o academicismo e desconstruir os sistemas estéticos da arte tradicional. <https://www.google.com/amp/s/www.todamateria.com.br/modernismo-no-brasil/amp/>

Resposta:

DEFERIDO. A alternativa correta é a letra A.

Sendo assim ocorrerá a alteração de gabarito.

Número do Protocolo: 20191223.015.273277.076.0000002616-64

Cargo: PROCURADOR GERAL

Questão: 33

Recurso: O gabarito da questão de número 33 merece retificação, pois o artigo 4º da Lei Orgânica do Município de Sarandi é clara quanto aos símbolos serem o Brasão e a Bandeira. Transcrevo a íntegra do artigo 4º da Lei Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

Art. 4.º - São Símbolos do Município, o Brasão e a Bandeira, representativa de sua cultura e história. Parágrafo Único – O dia 27 de junho é a data Magna Municipal.

Resposta:

INDEFERIDO.

O recurso apresentado não merece prosperar. Isso porque, a Lei Orgânica do Município de Sarandi – RS, promulgada em 02.04.1990, inicialmente tinha como símbolo do Município apenas a Bandeira e o Brasão. Contudo, com a Emenda à Lei Orgânica do Município de Sarandi-RS de nº 4 de 23 de agosto de 2011, houve alteração do artigo 4º, o qual passou a conter a seguinte redação: “Art. 4.º - São símbolos do município, **o Brasão, a Bandeira e o Hino**, representativa de sua cultura e história. Parágrafo Único - O dia 27 de junho é a data magna municipal.” (grifou-se) [disponível em: < http://www1.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50202:4::NO:RP:P4_CD_LEGISLACAO:409369 >. Portanto, a alternativa que traz corretamente todos os símbolos do Município é a letra “A”.

TCE TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Detalhes da Legislação

Voltar Nova Pesquisa Ver Documento

Lei Orgânica Municipal - 0 / 1990 Orgão : 60101 - CM DE SARANDI
Data do Ato: 02/04/1990 Publicação: 02/04/1990
Ementa: Os vereadores da Câmara Municipal de Sarandi, reunidos em assembleia, no uso das prerrogativas conferidas pela Constituição Federal, afirmado a autonomia política e administrativa de que é investido o município como integrante da Federação Brasileira, invocando a proteção de Deus, promulga a seguinte: LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SARANDI.

Anexos
Não há anexos informados para esta legislação.

Ir Linhas 15 Ações

Referências	Ação	Tipo	Número/Ano	Órgão	Observação
	Alterado(a) por	Emenda à Lei Orgânica Municipal	4 / 2011	CM DE SARANDI	-

1 - 1 de 1

Recurso conhecido porque tempestivo e no que tange ao mérito desprovido, mantendo -se a alternativa indicada no gabarito preliminar.

Número do Protocolo: 20191216.015.272347.076.0000002617-710

Cargo: PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA

Questão: 21

Recurso: AO EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL LEONIR CARDOZO Assunto: Recurso contra Gabarito Preliminar referente ao Concurso Público para o Cargo de Professor de Língua Portuguesa – Edital de Abertura nº01 ALDA GRACIELA FABRIS, brasileira, divorciada, professora, residente e domiciliada na linha Jacutinga, interior, Município de Sarandi – RS, portadora do CPF nº 557 322 910 91, inscrição no certame de nº 639, vem perante Vossa Excelência apresentar Recurso contra Gabarito Preliminar referente ao Concurso Público para o Cargo de Professor de Língua Portuguesa – Edital de Abertura nº01, pelos motivos que passa a expor. Senhor Prefeito! Questão número 21, Conhecimento Gerais, da Prova Objetiva de Professor de Língua Portuguesa. 21 – A Base Nacional Comum curricular (BNCC) é um documento que tem caráter normativo, seu principal objetivo é definir um conjunto de ações que possibilitem a aprendizagem de todos os alunos que frequentam a Educação Básica por meio da elaboração do currículo. No entanto, a demanda da BNCC é apresentada em Lei que estabelece conteúdos mínimos para o âmbito nacional e específicos para o âmbito regional e local. Qual a lei que garante os conteúdos da BNCC? a) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/1996. b) Plano Nacional de Educação – Lei 13.005/2014. c) Constituição Federativa do Brasil de 1988. d) Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. e) Estatuto da Criança e Adolescente – Lei 8.069/1990. Em face do gabarito apresentado pela Banca, no que tange a questão número 21, Conhecimento Gerais, da Prova Objetiva de Professor de Língua Portuguesa, no gabarito preliminar consta como a alternativa correta a letra "c)Constituição Federativa do Brasil de 1988", porém consultando a legislação fica evidenciado que a Lei que garante os conteúdos mínimos é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-9394/96, alternativa "a)", conforme segue: "Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. ("Caput" do artigo com redação dada pela Lei nº 12.796, de 4/4/2013) § 1º Os currículos a que se refere o caput devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil. § 2º O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica. (Parágrafo com reda-



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

ção dada pela Lei nº 13.415, de 16/2/2017) § 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: I - que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; II - maior de trinta anos de idade; III - que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; IV - amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969; V - (VETADO) VI - que tenha prole. (Parágrafo com redação dada pela Lei nº 10.793, de 1/12/2003, em vigor no ano letivo seguinte) § 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia. § 5º No currículo do ensino fundamental, a partir do sexto ano, será ofertada a língua inglesa. (Parágrafo com redação dada pela Medida Provisória nº 746, de 22/9/2016, convertida na Lei nº 13.415, de 16/2/2017) § 6º As artes visuais, a dança, a música e o teatro são as linguagens que constituirão o componente curricular de que trata o § 2º deste artigo. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 11.769, de 18/8/2008 e com redação dada pela Lei nº 13.278, de 2/5/2016) § 7º A integralização curricular poderá incluir, a critério dos sistemas de ensino, projetos e pesquisas envolvendo os temas transversais de que trata o caput. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.608, de 10/4/2012, com redação dada pela Lei nº 13.415, de 16/2/2017) § 8º A exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, 2 (duas) horas mensais. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.006, de 26/6/2014) § 9º Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente serão incluídos, como temas transversais, nos currículos escolares de que trata o caput deste artigo, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observada a produção e distribuição de material didático adequado. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.010, de 26/6/2014 e retificado no DOU de 4/4/2014) § 10. A inclusão de novos componentes curriculares de caráter obrigatório na Base Nacional Comum Curricular dependerá de aprovação do Conselho Nacional de Educação e de homologação pelo Ministro de Estado da Educação. (Parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 746, de 22/9/2016, convertida e com redação dada pela Lei nº 13.415, de 16/2/2017) Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (Artigo acrescido pela Lei nº 10.639, de 9/1/2003 e com nova redação dada pela Lei nº 11.645, de 10/3/2008) Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes: I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e a ordem democrática; II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento; III - orientação para o trabalho; IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais. Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (Parágrafo único acrescido pela Lei nº 12.960, de 27/3/2014) (Consulta efetuada em 03.03.2020, às 20h15min, no site da CÂMARA DOS DEPUTADOS Centro de Documentação e Informação, endereço eletrônico: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-normaatualizada-pl.html>) (grifo nosso) Questão número 39, Conhecimento Específico, Prova de Professor de Língua Portuguesa. 39 – O _____ ficou marcado pela semana de 22, rompimento com o academicismo e o tradicionalismo, além liberdade estética. a) Modernismo b) Barroco c) Realismo d) Naturalismo e) Liberalismo No que tange a questão de número 39, Conhecimento Específico, ainda da Prova de Professor de Língua Portuguesa, que consta no gabarito preliminar como alternativa correta a letra "e) Liberalismo"; o site Wikipédia traz a seguinte definição para Liberalismo: "Liberalismo é uma filosofia política e moral baseada na liberdade, consentimento dos governados e igualdade diante da lei. Os liberais defendem uma ampla gama de pontos de vista, dependendo da sua compreensão desses princípios, mas em geral, apoiam ideias como um governo limitado, direitos individuais (incluindo direitos civis e direitos humanos), capitalismo (livre mercado), democracia, secularismo, igualdade de gênero, igualdade racial, internacionalismo, liberdade de expressão, liberdade de imprensa e liberdade religiosa. Amarelo é a cor política mais comumente associada com o liberalismo." (endereço



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

eletrônico: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Liberalismo> pesquisado em: 03.03.20, às 19h50min) (grifo nosso) E Modernismo o mesmo site define conforme segue: “O modernismo brasileiro, que surgiu graças a influência da Europa, foi um amplo movimento cultural que repercutiu fortemente sobre a cena artística e a sociedade brasileira na primeira metade do século XX, sobretudo no campo da literatura e das artes plásticas. O Modernismo no Brasil foi desencadeado a partir da assimilação de tendências culturais e artísticas lançadas no continente europeu no período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial. Essas tendências denominavam-se de vanguardas europeias, cujas principais delas foram o Cubismo, o Futurismo, o Dadaísmo, o Expressionismo e o Surrealismo. Essas novas linguagens modernas trazidas pelos movimentos artísticos e literários europeus foram sendo aos poucos assimiladas pelo contexto artístico brasileiro, mas colocando em enfoque elementos da cultura do país, pois havia uma necessidade de valorização do que era nacional. Considera-se a Semana de Arte Moderna, realizada em São Paulo, em 1922, como ponto de partida do Modernismo no Brasil. Porém, nem todos os participantes desse evento eram modernistas: Graça Aranha, um pré-modernista, por exemplo, foi um dos oradores. Não sendo dominante desde o início, o modernismo, com o tempo, suplantou os anteriores: eram “ataques constantes ao passado, ao romantismo, ao realismo, ao parnasianismo [...]”[1]; foi marcado, sobretudo, pela liberdade de estilo e aproximação com a linguagem falada, sendo os da primeira fase mais radicais em relação a esse marco.” (endereço eletrônico: https://pt.wikipedia.org/wiki/Modernismo_no_Brasil pesquisado em: 03.03.20, às 19h47min) (grifo nosso) Ou seja, a alternativa correta é a letra “a)Modernismo” e não a letra “e)Liberalismo” conforme constou no gabarito preliminar, salvo melhor juízo. Ante ao exposto, REQUER: Seja dado provimento as alegações acima e feita a alteração no gabarito preliminar, como medida de melhor justiça em relação ao certame, Nestes Termos Pede e Espera Deferimento, Sarandi/RS, 03 de março de 2020. Alda Graciela Fabris Professora

Resposta:

INDEFERIDO.

Tendo em vista que a BNCC está garantida na Constituição Federal de 1988, sendo assim é impossível conhecer e compreender a Base Nacional Comum Curricular se não houver o entendimento dos princípios constitucionais. Pois a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que visa guiar o currículo de todas as escolas públicas e privadas, tornando-se diretriz oficial para o ensino do Brasil. De acordo com o MEC (2019) o documento foi homologado em 2018. Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)1, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências, a LDB orienta a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a ser ensinados. BRASIL. BNCC: educação é a base. Brasília: MEC, 2018.

A questão é clara em perguntar "Qual a lei que garanti os conteúdos da BNCC?"

A Única lei que garanti, ou seja, determina conteúdos mínimos para o ensino é a constituição federal através do seu artigo 210. As demais leis tratam do assunto regulamentam o que determina CF.

Número do Protocolo: 20191216.015.272347.076.0000002618-79

Cargo: PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA

Questão: 39

Recurso: AO EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL LEONIR CARDOZO Assunto: Recurso contra Gabarito Preliminar referente ao Concurso Público para o Cargo de Professor de Língua Portuguesa – Edital de Abertura nº01 ALDA GRACIELA FABRIS, brasileira, divorciada, professora, residente e domiciliada na linha Jacutinga, interior, Município de Sarandi – RS, portadora do CPF nº 557 322 910 91, inscrição no certame de nº 639, vem perante Vossa Excelência apresentar Recurso contra Gabarito Preliminar referente ao Concurso Público para o Cargo de Professor de Língua Portuguesa – Edital de Abertura nº01, pelos motivos que passa a expor. Senhor Prefeito! Questão número 21, Conhecimento Gerais, da Prova Objetiva de Professor de Língua Portuguesa. 21 – A Base Nacional Comum curricular (BNCC) é um documento que tem caráter normativo, seu principal objetivo é definir um conjunto de ações que possibilitem a aprendizagem de todos os alunos que frequentam a Educação Básica por meio da elaboração do currículo. No entanto, a demanda da BNCC é apresentada em Lei que estabelece conteúdos mínimos para o âmbito nacional e específicos para o âmbito regional e local. Qual a lei que garante os conteúdos da BNCC? a) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/1996. b) Plano Nacional de Educação – Lei 13.005/2014. c) Constituição Federativa do Brasil de 1988. d) Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. e) Estatuto da Criança e Adolescente – Lei 8.069/1990. Em face do gabarito apresentado pela Banca, no que tange a questão número 21, Conhecimento Gerais, da Prova Objetiva de Professor de Língua Portuguesa, no gabarito preliminar consta como a alternativa correta a letra "c)Constituição Federativa do Brasil de 1988", porém consultando a legislação fica evidenciado que



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

a Lei que garante os conteúdos mínimos é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-9394/96, alternativa "a)", conforme segue: "Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. ("Caput" do artigo com redação dada pela Lei nº 12.796, de 4/4/2013) § 1º Os currículos a que se refere o caput devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil. § 2º O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica. (Parágrafo com redação dada pela Lei nº 13.415, de 16/2/2017) § 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: I - que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; II - maior de trinta anos de idade; III - que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; IV - amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969; V - (VETADO) VI - que tenha prole. (Parágrafo com redação dada pela Lei nº 10.793, de 1/12/2003, em vigor no ano letivo seguinte) § 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia. § 5º No currículo do ensino fundamental, a partir do sexto ano, será ofertada a língua inglesa. (Parágrafo com redação dada pela Medida Provisória nº 746, de 22/9/2016, convertida na Lei nº 13.415, de 16/2/2017) § 6º As artes visuais, a dança, a música e o teatro são as linguagens que constituirão o componente curricular de que trata o § 2º deste artigo. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 11.769, de 18/8/2008 e com redação dada pela Lei nº 13.278, de 2/5/2016) § 7º A integralização curricular poderá incluir, a critério dos sistemas de ensino, projetos e pesquisas envolvendo os temas transversais de que trata o caput. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.608, de 10/4/2012, com redação dada pela Lei nº 13.415, de 16/2/2017) § 8º A exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, 2 (duas) horas mensais. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.006, de 26/6/2014) § 9º Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente serão incluídos, como temas transversais, nos currículos escolares de que trata o caput deste artigo, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observada a produção e distribuição de material didático adequado. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.010, de 26/6/2014 e retificado no DOU de 4/4/2014) § 10. A inclusão de novos componentes curriculares de caráter obrigatório na Base Nacional Comum Curricular dependerá de aprovação do Conselho Nacional de Educação e de homologação pelo Ministro de Estado da Educação. (Parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 746, de 22/9/2016, convertida e com redação dada pela Lei nº 13.415, de 16/2/2017) Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (Artigo acrescido pela Lei nº 10.639, de 9/1/2003 e com nova redação dada pela Lei nº 11.645, de 10/3/2008) Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes: I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e a ordem democrática; II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento; III - orientação para o trabalho; IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais. Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (Parágrafo único acrescido pela Lei nº 12.960, de 27/3/2014) (Consulta efetuada em 03.03.2020, às 20h15min, no site da CÂMARA DOS DEPUTADOS Centro de Documentação e Informação, endereço eletrônico: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-norma-actualizada-pl.html>) (grifo nosso) Questão número 39, Conhecimento Específico, Prova de Professor de Língua Portuguesa. 39 – O _____ ficou marcado pela semana de 22, rompimento com o academicismo e o tradicionalismo, além liberdade estética. a) Modernismo b)



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

Barroco c) Realismo d) Naturalismo e) Liberalismo No que tange a questão de número 39, Conhecimento Específico, ainda da Prova de Professor de Língua Portuguesa, que consta no gabarito preliminar como alternativa correta a letra “e) Liberalismo”; o site Wikipédia traz a seguinte definição para Liberalismo: “Liberalismo é uma filosofia política e moral baseada na liberdade, consentimento dos governados e igualdade diante da lei. Os liberais defendem uma ampla gama de pontos de vista, dependendo da sua compreensão desses princípios, mas em geral, apoiam ideias como um governo limitado, direitos individuais (incluindo direitos civis e direitos humanos), capitalismo (livre mercado), democracia, secularismo, igualdade de gênero, igualdade racial, internacionalismo, liberdade de expressão, liberdade de imprensa e liberdade religiosa. Amarelo é a cor política mais comumente associada com o liberalismo.” (endereço eletrônico: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Liberalismo> pesquisado em: 03.03.20, às 19h50min) (grifo nosso) E Modernismo o mesmo site define conforme segue: “O modernismo brasileiro, que surgiu graças a influência da Europa, foi um amplo movimento cultural que repercutiu fortemente sobre a cena artística e a sociedade brasileira na primeira metade do século XX, sobretudo no campo da literatura e das artes plásticas. O Modernismo no Brasil foi desencadeado a partir da assimilação de tendências culturais e artísticas lançadas no continente europeu no período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial. Essas tendências denominavam-se de vanguardas europeias, cujas principais delas foram o Cubismo, o Futurismo, o Dadaísmo, o Expressionismo e o Surrealismo. Essas novas linguagens modernas trazidas pelos movimentos artísticos e literários europeus foram sendo aos poucos assimiladas pelo contexto artístico brasileiro, mas colocando em enfoque elementos da cultura do país, pois havia uma necessidade de valorização do que era nacional. Considera-se a Semana de Arte Moderna, realizada em São Paulo, em 1922, como ponto de partida do Modernismo no Brasil. Porém, nem todos os participantes desse evento eram modernistas: Graça Aranha, um pré-modernista, por exemplo, foi um dos oradores. Não sendo dominante desde o início, o modernismo, com o tempo, suplantou os anteriores: eram “ataques constantes ao passado, ao romantismo, ao realismo, ao parnasianismo [...]”[1]; foi marcado, sobretudo, pela liberdade de estilo e aproximação com a linguagem falada, sendo os da primeira fase mais radicais em relação a esse marco.” (endereço eletrônico: https://pt.wikipedia.org/wiki/Modernismo_no_Brasil pesquisado em: 03.03.20, às 19h47min) (grifo nosso) Ou seja, a alternativa correta é a letra “a) Modernismo” e não a letra “e) Liberalismo” conforme constou no gabarito preliminar, salvo melhor juízo. Ante ao exposto, REQUER: Seja dado provimento as alegações acima e feita a alteração no gabarito preliminar, como medida de melhor justiça em relação ao certame, Nestes Termos Pede e Espera Deferimento, Sarandi/RS, 03 de março de 2020. Alda Graciela Fabris Professora

Resposta:

INDEFERIDO. Argumentação não condiz com a questão selecionada.

Número do Protocolo: 20191213.015.272130.076.0000002619-54

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 28

Recurso: Na questão 28, o enunciado é "A avaliação escolar está intrínseca às contradições existentes no sistema educacional, articulada ao processo formativo, de reconhecimento e negação das desigualdades. Para que ocorra o rompimento entre o processo avaliativo formativo e o processo lógico seletivo, é necessário que a avaliação formativa não se transforme em:", no gabarito preliminar a opção correta é a letra "a": trabalho em situações-problema. Porém, o trabalho com situações problema conduz o aluno para o desenvolvimento das competências que ainda não tem. Dornelas, Silva, César, Oliveira-Barreto e Guedes-Granzotti (2016) afirmam que, na avaliação formativa, "o aluno deixa o papel de receptor passivo e assume o de agente principal responsável pela sua aprendizagem, docentes e discentes envolvem-se de forma diferente com o saber. Possibilita que o tutor redirecione responsabilidades e ofereça espaço para o desenvolvimento da autonomia do aluno, tornando-o capaz de gerenciar a sua formação." (p. 247). Além disso, ainda pode-se afirmar que, "As reflexões e discussões sobre as situações-problema (SPs), a que são expostos os discentes, são desencadeadoras da busca de fatores explicativos e a suposição de soluções para o problema. Desta forma, problematizar significa ser capaz de responder ao conflito intrínseco que um problema traz." (idem, p. 246). Ainda, Camargo e Mendes (2013) afirmam que "De acordo com Villas Boas (2011) o professor tem o 'objetivo de orientá-los para a realização do seu trabalho. Ajudando-os a localizar dificuldades e a progredir na aprendizagem' (idem, p. 16), assim como a avaliação que desenvolve tem a 'finalidade de fornecer informações que permitam a reorganização do trabalho pedagógico em atendimento às diferenças individuais observadas' (idem, p. 17). Portanto, a alternativa "a", apontada pelo gabarito, está incorreta, pois as explicações dadas nas fundamentações acima citadas nos remete a uma explicação de que o trabalho por situações-problema pode ser usado como instrumento para uma avaliação formativa. Além disso, o material citado também destaca a importância de que as diferenças individuais sejam respeitadas, para que a educação formativa não se transforme em um domínio de avanços coletivos, pois não se pode avaliar uma turma coletivamente, e sim individualmente, pois cada criança tem o seu ritmo. Dessa forma, peço a revisão desta questão. CAMARGO, C. C. O.; MENDES, O. M. A avaliação formativa como uma



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

política includente para a educação escolar. Revista Educação e Políticas em Debate, v. 2, n. 2, 372-390, 2013. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/24825/13797> DORNELAS, R.; SILVA, K.; CÉSAR, C. P. H. A. R.; OLIVEIRA-BARRETO, A. C.; GUEDES-GRANZOTTI, R. B. Da situação-problema por tutores e discentes em um curso de graduação vivenciado em metodologias ativas. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 11, n. 1, p. 245-257, 2016. Disponível em <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/7613/5711>

Resposta:

INDEFERIDO. Porém cabe ressaltar que:

A avaliação formativa é uma proposta de avaliar o processo de ensino-aprendizagem, considerando a realidade de professores e alunos, seus princípios estão assentados na perspectiva sociocultural. A principal função da avaliação formativa é não se transformar em uma pedagogia das competências, pois a avaliação formativa demanda que haja articulação entre realidade e conhecimento teórico possibilitando assim a aprendizagem.

Sendo assim ocorrerá alteração de gabarito da letra A para a letra B.

Gomes. S. (2003). *Tessituras Docentes da Avaliação Formativa*. Dissertação de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação,

Universidade Federal de Minas Gerais, MG.

Jorba, J. & Sanmarti, N. (2003). A Função Pedagógica da Avaliação. *In Avaliação como Apoio à Aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed.

Luckesi. C. (2002). *Avaliação da Aprendizagem Escolar*. São Paulo: Cortez.

Número do Protocolo: 20191209.015.271639.076.0000002620-43

Cargo: PROFESSOR MATEMÁTICA

Questão: 39

Recurso: A questão proposta traz as seguintes afirmações: • Uma loja adquire um tipo de artesanato por R\$ 10,00 cada unidade; • Estima que se vender este artesanato por x reais a unidade, o total de $5(36 - x)$ unidades serão vendidas por mês na loja. Logo, de acordo com as afirmações, o lucro de cada unidade é $x - 10,00$. A questão pede o NÚMERO DE UNIDADES DO ARTESANATO que o proprietário da loja deve vender para que o lucro seja máximo. A alternativa apresentada pela banca como correta é a letra "e" maior que 20". Porém, se testarmos um valor (quantidade de unidades) maior que 20, temos: Teste para 25 unidades : $5(36-x)=25 \cdot 180 - 5x = 25 \cdot 180 - 5x + 5x = 25 + 5x \cdot 180 = 25 + 5x \cdot 180 - 25 = 25 + 5x - 25 \cdot 155 = 5x \cdot 155 : 5 = 5x : 5 \cdot 31 = x \cdot X=31$ Ou seja, se vender 25 unidades o lucro da loja é de $31,00 - 10,00 = 21,00$. Agora, testando com um valor menor que 5, que se encaixa na alternativa a, temos: Teste para 4 unidades: $5(36-x)=4 \cdot 180 - 5x = 4 \cdot 180 - 5x + 5x = 4 + 5x \cdot 180 = 4 + 5x \cdot 180 - 4 = 4 + 5x - 4 \cdot 176 = 5x \cdot 176 : 5 = 5x : 5 \cdot 35,20 = x \cdot X= 35,20$ Ou seja, se vender 4 unidades o lucro da loja é $35,20 - 10,00 = 25,20$. Logo, de acordo com os procedimentos matemáticos desenvolvidos acima, se a loja vender 4 unidades terá lucro maior do que se vender 25 unidades. Assim, fica evidente que se considerarmos quantidades acima de 20 unidades não temos lucro máximo, uma vez que o lucro é dado por $x - 10,00$. A alternativa correta para a questão é letra a= menor que 5.

Resposta:

INDEFERIDO.

Tendo em vista o recurso interposto, manifesta-se a Banca Examinadora conforme segue: Preliminarmente, é importante salientar que o conteúdo da presente questão está contemplado no edital do certame no tópico "Funções quadráticas e equações quadráticas", sendo que a mesma foi elaborada com base na obra de Projeto Múltiplo: Matemática – Ensino médio de autoria de Luiz Roberto Dante, Editora Ática, 2014. De acordo com a referida obra e teoria, tem-se a seguir a resolução da questão:

1. i) A função receita é

2. ii) A função custo é

Assim, a função lucro $L(x)$ é

Logo, usando a fórmula de Bháskara temos que o lucro é zero quando $x = 10$ e $x = 36$ e é máximo quando $x = 23$.

Portanto, responde a questão a alternativa (e).

Número do Protocolo: 20191209.015.271468.076.0000002621-109

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

Questão: 30

Recurso: Na questão número 30: "Desde a mais tenra idade a criança é inserida no mundo da cultura escrita, e a partir desse momento tende a decifrar os signos que a representam utilizando para comunicar-se. Assim, o princípio que rege o ensino da escrita é:" No gabarito, a opção correta é a letra "e" (agir e interagir com a escrita), porém a letra "b" (apropriar-se primeiramente da oralidade para desenvolver a escrita) também pode ser considerada correta.



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

De acordo com Teixeira, "A professora acredita na contribuição da leitura para a alfabetização e o letramento, pois, segundo ela, quando se incentiva a criança a ler, na contação, por exemplo, ela já quer recontar a história, quer escrever mesmo sendo pré-silábica. A partir daí vai tendo vontade e o prazer de aprender, de escrever, de falar aos colegas. A linguagem das crianças vai se tornando cada vez mais próxima da dos adultos, através da imitação e comparação. Trabalha para que as crianças alcancem de forma significativa os outros níveis da compreensão leitora, que consistem na compreensão do material utilizado no meio social e finalmente escrever, saber como se representa a fala no papel.". Outra hipótese que nos mostra que para desenvolver a escrita é preciso primeiramente apropriar-se da oralidade, é a hipótese de Emilia Ferreiro e Ana Teberosky, quando afirmam, por exemplo, que "A fase silábico-alfabética caracteriza-se pelas hipóteses muito próximas da escrita alfabética. Aqui as crianças já conseguem fazer uma relação entre grafemas e fonemas na maioria das palavras que escrevem.", sendo assim, se a criança faz relação entre grafemas e fonemas é porque já se apropriou da oralidade para compreender e reproduzir tais fonemas. Vale também mencionar que, de acordo com Marcuschi, "Seria um excelente início se a escola desse mais atenção para a língua falada como ponto de partida e tomasse a escrita como o ponto de chegada. Respeitar a fala do aluno é ter sensibilidade para sua realidade, para seu mundo e para seus conhecimentos lingüísticos. Não importa o dialeto (ou a variedade de língua) que a criança traz de casa, pois todos os dialetos são igualmente bons para os fins comunicativos a que se destinam.", o autor também menciona que "quando o aluno chega à escola, seja ele uma criança de 6 ou 7 anos, ou um adolescente de 14-15 anos ou um adulto, já sabe sua língua e a usa com proficiência. A escola não vai ensinar-lhe novamente a língua que ele já apreendeu em casa. Ela apenas mostrará novas formas de uso da língua. Vai dar uma série de suportes úteis ao aluno. Sob este aspecto as aulas de Língua Portuguesa, enquanto língua materna, não são a mesma coisa que as aulas de matemática ou história. Quase nunca aprendemos matemática ou história em casa quando pequenos, mas sempre aprendemos, desde a mais tenra idade, a língua que falamos. Portanto, é de se indagar o que é que resta a um professor de Português ensinar ao aluno que já sabe muito bem falar sua língua. Certamente, resta-lhe ensinar a escrita e com isto, propiciar novas formas de desempenho lingüístico.". Dessa forma, fica provado que, a alternativa "b" (apropriar-se primeiramente da oralidade para desenvolver a escrita) está correta, bem como a "e" (agir e interagir com a língua escrita). TEIXEIRA, F. S.; AMARO, M.; VIANA, V. Alfabetização e linguagem: refletindo sobre oralidade, leitura e escrita. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/LinguaPortuguesa/artigos/oralidade_leitura_escrita.pdf MARCUSCHI, Luiz Antônio. Nove teses para uma reflexão sobre a valorização da fala no ensino da língua: a propósito dos Parâmetros Curriculares no ensino da língua portuguesa de 1º a 4º série de grau menor. Revista da ANPOLL, nº 4, p. 137-156, jan./jun. 1998. Disponível em: <http://www.ufjf.br/projetodeoralidade/files/2018/06/OLE-Nove-teses-para-incluir-a-fala-no-ensino-MARCUSCHILuiz-Antonio.pdf>

Resposta:

INDEFERIDO, pois o princípio que rege o ensino da escrita centra-se na ação e interação com a linguagem escrita nas práticas sociais. Como o sistema de escrita alfabética é um processo de apropriação, sendo necessário concebê-lo como um sistema notacional e não como um código.

BRASIL, Secretaria de Educação Básica. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A Aprendizagem do Sistema de Escrita Alfabética. Ano 1: unidade 3. Brasília: MEC, SEB, 2012.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. Psicogênese da Língua Escrita. Porto Alegre: Artmed, 1986.

MORAIS, A. Sistema de Escrita Alfabética. São Paulo: Melhoramentos, 2012

Número do Protocolo: 20191209.015.271504.076.0000002622-58

Cargo: PROFESSOR CIÊNCIAS

Questão: 28

Recurso: Segundo Luckesi e Hoffmann a avaliação formativa considera a bagagem que o aluno traz para a escola, a sua realidade (conflitos, situações problemas...) afirmando que o aluno não se resume em uma nota. Então ela critica a avaliação tradicional (Pedagogia Liberal Social) que classifica o aluno com notas, levando em consideração somente os acertos e erros da prova.

Resposta:

INDEFERIDO. porém cabe ressaltar que:

A avaliação formativa é uma proposta de avaliar o processo de ensino-aprendizagem, considerando a realidade de professores e alunos, seus princípios estão assentados na perspectiva sociocultural. A principal função da avaliação formativa é não se transformar em uma pedagogia das competências, pois a avaliação formativa demanda que haja a articulação entre realidade e conhecimento teórico possibilitando assim a aprendizagem.

Sendo assim ocorrerá alteração de gabarito da letra "A" para letra "B".

Gomes. S. (2003). *Tessituras Docentes da Avaliação Formativa*. Dissertação de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

Universidade Federal de Minas Gerais, MG.

Jorba, J. & Sanmarti, N. (2003). A Função Pedagógica da Avaliação. *In Avaliação como Apoio à Aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed.

Luckesi. C. (2002). *Avaliação da Aprendizagem Escolar*. São Paulo: Cortez.

Número do Protocolo: 20191220.015.272923.076.0000002623-33

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 9

Recurso: Prezado examinador entendo que na questão nove (9) a um equívoco na elaboração, visto que o objetivo era marcar a alternativa que apontava erro de regência/ concordância, porem na alternativa "A" o termo ESTADOS UNIDOS , unidos está com a inicial minúscula , e como trata-se de um nome próprio composto deve ser escrito com letra inicial maiúscula em ambos os termos (acordo ortográfico). Logo possuímos duas alternativas com erro de regência/ concordância. Peço a anulação da questão.

Resposta:

DEFERIDO. A questão será anulada.

Número do Protocolo: 20191220.015.272923.076.0000002624-32

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 21

Recurso: Prezado examinador entendo que a um equívoco na elaboração da questão número vinte e um (21). A LDB (Lei de Diretrizes e Bases) é a lei mais importante do Brasil no que se refere a educação. Como afirma Benigno Núñez Novo, Doutor em direito internacional pela Universidad Autónoma de Asunción, mestre em ciências da educação pela Universidad Autónoma de Asunción, especialista em educação: área de concentração: ensino pela Faculdade Piauiense e bacharel em direito pela Universidade Estadual da Paraíba: "A LDB é a mais importante lei brasileira que se refere à educação. Esta lei foi aprovada em dezembro de 1996 com o número 9394/96, foi criada para garantir o direito a toda população de ter acesso à educação gratuita e de qualidade, para valorizar os profissionais da educação, estabelecer o dever da União, do Estado e dos Municípios com a educação pública. Um marco na regulamentação do ensino no país, trouxe importantes inovações e permitiu colher avanços significativos." A LDB está presente na Constituição Federativa do Brasil, porém a questão era QUAL A LEI QUE GARANTE OS CONTEÚDOS DA BNCC? Logo a lei que garante os conteúdos é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Peço que o gabarito seja revisto, pois a alternativa correta é a "A".

Resposta:

INDEFERIDO.

Tendo em vista que a BNCC está garantida na Constituição Federal de 1988, sendo assim é impossível conhecer e compreender a Base Nacional Comum Curricular se não houver o entendimento dos princípios constitucionais. Pois a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que visa guiar o currículo de todas as escolas públicas e privadas, tomando-se diretriz oficial para o ensino do Brasil. De acordo com o MEC (2019) o documento foi homologado em 2018. Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)1 , e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências, a LDB orienta a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a ser ensinados. BRASIL. BNCC: educação é a base. Brasília: MEC, 2018.

A questão é clara em perguntar "Qual a lei que garanti os conteúdos da BNCC?"

A Única lei que garanti, ou seja, determina conteúdos mínimos para o ensino é a constituição federal através do seu artigo 210. As demais leis tratam do assunto regulamentam o que determina CF.

Número do Protocolo: 20191222.015.273185.076.0000002625-48

Cargo: PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA

Questão: 39

Recurso: De acordo com Faraco e Moura, em 1922 ocorreu a Semana da Arte Moderna, marco inicial de nosso Modernismo.

Resposta:

DEFERIDO. A alternativa correta é a letra A.

Sendo assim ocorrerá a alteração de gabarito.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

Número do Protocolo: 20191217.015.272590.076.0000002626-78

Cargo: PROCURADOR GERAL

Questão: 18

Recurso: Prezada Banca Examinadora, A questão nº 18 em referência tem em sua redação no caderno de questões, especificamente na página 3, a indagação sobre o que se considera “vencimentos”. Pois bem, segundo o que está explicitamente escrito na Lei 2.303/91 – Regime Jurídico único do Município de Sarandi, com sua atualizada redação, conforme divulgação no material de apoio ao Concurso, divulgado no Portal de Notícias da Prefeitura, no endereço= https://sarandi.rs.gov.br/images/2019/12/Lei_2303-91_Regime_JurYdico_Atualizado_atU_2019.pdf, na mesma consta a seguinte redação= “Art. 63 - Vencimento é a retribuição paga ao servidor pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao valor fixado em lei. Parágrafo Único: A definição estabelecida pelo caput deste artigo não se confunde com a definição de Vencimentos, que, para todos os fins e efeitos, é o vencimento acrescido das parcelas pecuniárias incorporadas, incluindo-se anuênios, classes e vantagem pessoal.” Nas alternativas apostas na prova, a única que se aproxima da definição explícita da lei é a alternativa “d”, na qual está escrito= “É o vencimento acrescido das peculiaridades variáveis, estabelecidas em lei”. Conferindo o gabarito preliminar da prova em comento, verifica-se o equívoco da Banca Examinadora, ao considerar na alternativa “a” o conceito legal de VENCIMENTO, e não ao que está sendo questionado, que é o conceito de VENCIMENTOS. Na resposta alternativamente escolhida pelo candidato, a alternativa “d” foi o que considerou a mais próxima. Portanto, solicita o mesmo que seja atribuído acerto à questão em referência na alternativa “d”, e, se acaso assim a Banca Examinadora não entender, subsidiariamente solicita a anulação da questão, com a respectiva atribuição de pontos a todos os candidatos presentes no certame.

Resposta:

DEFERIDO. Pois na questão em tela foi utilizado “*ipsis litteris*” ou seja “nas mesmas palavras” a alternativa correta é a letra “D”.

Sendo assim ocorrerá a alteração de gabarito.

Número do Protocolo: 20191227.015.273712.076.0000002627-22

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR

Questão: 19

Recurso: A banca apresenta a alternativa C como correta “-1+1=2”, mas fica claro o equívoco já que o resultado correto da operação é ZERO! Já a operação da letra B se encontra correta como pede a questão: “1-1=0”. Segue em arquivo print da calculadora online de ambos calculos.

Resposta:

DEFERIDO. Em resposta ao recurso apresentado, informa-se que o gabarito enviado para divulgação esta com erro, sendo a resposta correta Alternativa B.

Sendo assim ocorrerá a alteração do gabarito.

Número do Protocolo: 20191213.015.272130.076.0000002628-52

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 21

Recurso: A questão 21, há 3 respostas corretas, quais sejam: a letra A, B e C, sendo que: A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), institui em seu artigo 26, que “Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela”. Logo, há previsão na lei, que rege a educação brasileira como um todo, do fomento de um currículo comum a todo o território nacional. Sendo esta, a lei maior no que tange à educação brasileira. O Plano Nacional de Educação, é uma lei que prevê a elaboração do currículo comum no Brasil, tendo inclusive em sua redação, na meta 7, prazos para o currículo ser feito e vigência. Assim, ele também, em forma de lei, garante a efetivação do currículo comum brasileiro. A Constituição Federal, foi o primeiro documento a prever um currículo comum, em seu artigo 210, com a seguinte redação: “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”. No entanto, o documento regulamentador da educação como um todo, é a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e não a Constituição. Nesse sentido, as opções A, B e C estariam corretas.

Resposta:

INDEFERIDO.

Tendo em vista que a BNCC está garantida na Constituição Federal de 1988, sendo assim é impossível conhecer e compreender a Base Nacional Comum Curricular se não houver o entendimento dos princípios constitucionais. Pois a



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que visa guiar o currículo de todas as escolas públicas e privadas, tornando-se diretriz oficial para o ensino do Brasil. De acordo com o MEC (2019) o documento foi homologado em 2018. Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)1, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências, a LDB orienta a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a ser ensinados. BRASIL. BNCC: educação é a base. Brasília: MEC, 2018.

A questão é clara em perguntar "Qual a lei que garanti os conteúdos da BNCC?"

A Única lei que garanti, ou seja, determina conteúdos mínimos para o ensino é a constituição federal através do seu artigo 210. As demais leis tratam do assunto regulamentam o que determina CF.

Número do Protocolo: 20191213.015.272130.076.0000002629-51

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 26

Recurso: A questão 26 está confusa por não apresentar os termos outrora pedidos na questão, os quais irão aparecer diferentes nas opções de marcar. "No que tange a diferença entre processos elementares psicológicos e os processos superiores, podemos dizer que": Na resposta A, B, C, D e E o termo "processos elementares" vem sem o acréscimo da palavra "psicológicos" e os processos superiores vem acrescido da palavra "elementares", gerando assim, confusão com o que deveria ser marcado, não tendo nenhuma das opções com os termos pedidos na questão.

Resposta:

INDEFERIDO, o enunciado da questão apresenta conceitos que são próprios da teoria histórico-cultural, logo ao solicitar a diferença entre os processos psicológicos elementares e os processos superiores já está intrínseco a perspectiva de Vygotsky, as alternativas apresentam elementos que permitem assinalar a alternativa correta. Pois, as bases teóricas que envolvem o desenvolvimento humano e a educação está assentada na perspectiva de Lev Vygotsky. O psicólogo bielorusso chama a atenção para o processo de desenvolvimento, pois segundo o teórico o homem atua sobre o mundo em que está inserido, agindo assim nas relações sociais. Logo, os processos elementares psicológicos são controlados pelo meio e os processos elementares superiores obedecem a autorregulação.

SILVA, Daniela Regina da. Psicologia da Educação e Aprendizagem. Associação Educacional Leonardo da Vinci (ASSELVI). – Indaial: Ed. ASSELVI, 2006.

VGOTSKY, L.S. A Construção do Pensamento e da Linguagem. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.

_____, Lev S. Aprendizado e desenvolvimento Um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1998.

Número do Protocolo: 20191220.015.272964.076.0000002630-64

Cargo: PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA

Questão: 22

Recurso: Ilustríssima banca examinadora, a questão objeto deste recurso deve ser anulada, pois a questão E não está corretamente redigida, em sentido completo. Assim designa: " Que a função social e política da escola precisa assegurar, por meio do conhecimento historicamente sistematizado e construído pelo homem, possibilitando o acesso das classes populares." Destaco que o verbo ASSEGURAR é transitivo direto, exigindo, portanto, complementação. A afirmativa E não deixa claro o que a escola precisa assegurar. Estando, portanto, semanticamente incompreensível e não podendo ser o gabarito da questão. Caso estivesse redigida de outra forma, condiz com os princípios da teoria crítico-social: acesso das classes populares à escola pública significativa e de qualidade, citando Freire (2011, em Pedagogia do Oprimido), Saviani, (1987), que aborda a democratização da sociedade, e Libâneo (1994), sobre a função social da escola. A questão deve ser anulada também, por: Não trazer referências explícitas sobre a tendência pedagógica crítico-social; conter erro de concordância nominal no termo "crítico-social" e não "crítica-social"; a alternativa A também apresenta erro de concordância no fragmento "onde o professor realizar o papel de coordenar as atividades dos alunos", sendo o adequado: realiza.

Resposta:

INDEFERIDO, tendo em vista que a tendência pedagógica que trata da pedagogia crítica-social dos conteúdos traz uma abordagem de emancipação humana, a alternativa E é a correta. Pois, de acordo com Saviani (2003) a pedagogia crítica social dos conteúdos visa superar pedagogias de vertentes de essência e existência, sendo um dos grandes desafios é efetivar a educação como um instrumento que auxilie na transformação da sociedade. A educação tem plenas condições de construir uma sociedade mais cidadã e democrática. Logo a pedagogia crítico-social dos conteúdos visa construir uma teoria pedagógica que articule realidade histórica e social, tornando o papel do profes-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

sor mediador da educação no processo de transformação social. Assim, essa tendência pedagógica visa produzir direta e intencionalmente métodos de ensino eficazes estimulando o interesse dos alunos. A função social da escola é promover acesso aos conhecimentos historicamente, socialmente e sistematicamente produzidos pela humanidade possibilitando aos educandos e a classe trabalhadora condições de emancipação humana.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

Número do Protocolo: 20191220.015.272964.076.0000002631-63

Cargo: PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA

Questão: 28

Recurso: Segundo Perrenoud (1999, p.76) a avaliação formativa é uma proposta avaliativa, que inclui a avaliação, no processo ensino-aprendizagem. Ela se materializa nos contextos vividos pelos professores e alunos e possui como função, a regulação das aprendizagens. Para ocorrer essa regulação, é necessário que ela trabalhe com procedimentos que estimulem a participação dos autores do processo. Ela baseia-se em princípios, que decorrem do cognitivismo, do construtivismo, do interacionismo, das teorias socioculturais e das sociocognitivas. Ela trabalha sob a ótica das aprendizagens significativas. A alternativa apontada à questão, assinala como que a AVALIAÇÃO FORMATIVA NÃO PODE SE TRANSFORMAR EM TRABALHO POR SITUAÇÕES-PROBLEMA. O que torna-se contraditório, uma vez que as situações-problema são uma forma de contextualizar e significar o processo educativo. É importante considerar que “o planejamento deve ser organizado para a efetivação de uma avaliação formativa e, assim, guiar as ações do professor. Essas ações devem incluir tarefas contextualizadas, que levem os alunos a estabelecerem relações para solucioná-las, conduzindo-os ao desenvolvimento de suas competências. Tarefas que proponham problemas complexos para os mesmos resolverem, aplicando os conhecimentos veiculados pelos conteúdos curriculares.” O que pode ser concretizado por meio de situações-problema. A avaliação formativa possibilita aos professores acompanhar as aprendizagens dos alunos, ajudando-os no seu percurso escolar. É uma modalidade de avaliação fundamentada no diálogo, que possui como objetivo, o reajuste constante do processo de ensino. Exige muito envolvimento por parte do professor; exige-lhe uma disponibilidade de tempo, que vai além do dispensado no momento das aulas, pois entre suas atividades, passa a ser necessária, a construção de um registro sobre cada aluno e a atualização desse registro, sempre que novos dados surgirem. É fundamental planejar, diariamente, as atividades que serão desenvolvidas pelos alunos e elaborar estratégias individualizadas, o que abre possibilidade de compreensão para a alternativa C, que afirma que a avaliação formativa não pode ser transformar em domínio de avanços coletivos, uma vez que precisa considerar as individualidades do processo de aprendizagem. O aluno também é um agente ativo no processo avaliativo, portanto, possui algumas responsabilidades, que devem ser observadas, para que as aprendizagens ocorram de maneira satisfatória. Eles precisam participar dos processos de aprendizagem, utilizando os instrumentos de avaliação, como uma forma de perceberem como seus conhecimentos estão sendo construídos, realizando todas as atividades que lhes forem propostas, demonstrando interesse e buscando novas atividades, por iniciativa própria, que levem à aprendizagem. Eles precisam, também, utilizar o feedback oferecido pelo professor e regular suas aprendizagens por intermédio da análise de seus processos cognitivos e metacognitivos. Os alunos precisam, ainda, conduzir processos de auto-avaliação e serem autores de sua própria aprendizagem, demonstrando iniciativa e autonomia.

Resposta:

INDEFERIDO. Porém cabe ressaltar que:

A avaliação formativa é uma proposta de avaliar o processo de ensino-aprendizagem, considerando a realidade de professores e alunos, seus princípios estão assentados na perspectiva sociocultural. A principal função da avaliação formativa é não se transformar em uma pedagogia das competências, pois a avaliação formativa demanda que haja a articulação entre realidade e conhecimento teórico possibilitando assim a aprendizagem.

Sendo assim ocorrerá alteração de gabarito da letra “A” para letra “B”.

Gomes, S. (2003). *Tessituras Docentes da Avaliação Formativa*. Dissertação de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação,

Universidade Federal de Minas Gerais, MG.

Jorba, J. & Sanmarti, N. (2003). A Função Pedagógica da Avaliação. In *Avaliação como Apoio à Aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed.

Luckesi, C. (2002). *Avaliação da Aprendizagem Escolar*. São Paulo: Cortez.

Número do Protocolo: 20191220.015.272964.076.0000002632-62

Cargo: PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

Questão: 39

Recurso: Solicito a modificação do gabarito, uma vez que a Semana de Arte Moderna, de 1922, marca o início do período artístico-literário do Modernismo e não do Liberalismo, como aponta o gabarito preliminar. “A Semana de Arte Moderna, também chamada de “Semana de 22”, aconteceu no Teatro Municipal de São Paulo, de 11 a 18 de fevereiro de 1922. Foi um encontro de novas ideias estéticas, que mudaram a arte e a literatura brasileiras.”, e marca o rompimento do academicismo, pregando uma liberdade estética e artística.

Resposta:

DEFERIDO. A alternativa correta é a letra A.
Sendo assim ocorrerá a alteração de gabarito.

Número do Protocolo: 20191220.015.272964.076.0000002633-61

Cargo: PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA

Questão: 40

Recurso: Augusto dos Anjos, na alternativa I - tem sua obra incluída no período literário do Simbolismo. Portanto, abrindo interpretação para que todas as alternativas estejam corretas. Solicito a anulação da questão. A obra de Augusto dos Anjos retrata um mundo que se desagrega, em contraposição a um outro, que surge das ruínas. Pode ser dividida, não com rigor, em três fases: - A PRIMEIRA FASE muito influenciada pelo simbolismo e sem a originalidade que marcaria as posteriores (a essa fase pertencem "Saudade" e "Versos Íntimos" que transcrevemos aqui: Vês! Ninguém assistiu ao formidável Enterro de tua última quimera. Somente a Ingratidão – esta pantera – Foi tua companheira inseparável! Solicito, portanto a modificação de gabarito, para a letra D, estando todas as alternativas corretas. Já que na alternativa I - Augusto dos Anjos, Alphonsus de Guimaraes e Cruz e Souza pertencem ao Simbolismo, sendo que Augusto dos Anjos apresenta características pré-modernistas; as assertivas II e III estão corretas. Sendo o gabarito adequado, letra D, todas estão corretas.

Resposta:

Indeferido. A assertiva III trata do Realismo e está errada. Apenas I e II estão corretas.

Número do Protocolo: 20191209.015.271584.076.0000002634-77

Cargo: PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA

Questão: 39

Recurso: A resposta certa é a letra A, pois a Semana de Arte Moderna, de 22 faz parte do Modernismo.

Resposta:

DEFERIDO. A alternativa correta é a letra A. Sendo assim ocorrerá a alteração de gabarito.

Número do Protocolo: 20191210.015.271767.076.0000002635-45

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

Questão: 22

Recurso: A questão 22 apresenta muitos equívocos de ortografia que dificultam o entendimento da resposta, ademais de ter duas opções corretas de resposta, tais como a letra A e E: Questões ortográficas Na opção A, o verbo “realizar” está no infinitivo, quando deveria estar conjugado para haver concordância com o sujeito professor, desse jeito, ele deveria estar conjugado em “realiza”. Na opção B, a palavra “direcional” apresenta um “l” quando deveria estar conjugado como “direcionam” com o intuito de concordar com o sujeito “professores” As respostas corretas seriam a letra A e E, uma vez que na letra A, aparece a concepção de que é o professor que coordena as atividades e discute com seu grupo temas sociais e políticos, sendo as discussões o centro do planejamento das aulas, as quais são atribuições da Pedagogia Libertadora de Paulo Freire, bem como a letra E, cuja define que a função da escola na visão de Paulo Freire, é o acesso das massas populares ao conhecimento. Tais concepções defendidas nas letras A e E, encontram-se nos estudos de Paulo Freire em sua obra Pedagogia Libertadora, portanto, corretas.

Resposta:

INDEFERIDO, tendo em vista que a tendência pedagógica que trata da pedagogia crítica-social dos conteúdos traz uma abordagem de emancipação humana, a alternativa E é a correta. Pois, de acordo com Saviani (2003) a pedagogia crítica social dos conteúdos visa superar pedagogias de vertentes de essência e existência, sendo um dos grandes desafios é efetivar a educação como um instrumento que auxilie na transformação da sociedade. A educação tem plenas condições de construir uma sociedade mais cidadã e democrática. Logo a pedagogia crítico-social dos conteúdos visa construir uma teoria pedagógica que articule realidade histórica e social, tornando o papel do professor mediador da educação no processo de transformação social. Assim, essa tendência pedagógica visa produzir direta e intencionalmente métodos de ensino eficazes estimulando o interesse dos alunos. A função social da escola é



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

promover acesso aos conhecimentos historicamente, socialmente e sistematicamente produzidos pela humanidade possibilitando aos educandos e a classe trabalhadora condições de emancipação humana.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

Número do Protocolo: 20191210.015.271767.076.0000002636-44

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

Questão: 26

Recurso: A questão 26 está confusa por não apresentar os termos outrora pedidos na questão, os quais irão aparecer diferentes nas opções de marcar. “No que tange a diferença entre processos elementares psicológicos e os processos superiores, podemos dizer que”: Na resposta A, B, C, D e E o termo “processos elementares” vem sem o acréscimo da palavra “psicológicos” e os processos superiores vem acrescido da palavra “elementares”, gerando assim, confusão com o que deveria ser marcado, não tendo nenhuma das opções com os termos pedidos na questão.

Resposta:

INDEFERIDO, o enunciado da questão apresenta conceitos que são próprios da teoria histórico-cultural, logo ao solicitar a diferença entre os processos psicológicos elementares e os processos superiores já está intrínseco a perspectiva de Vygotsky, as alternativas apresentam elementos que permitem assinalar a alternativa correta. Pois, as bases teóricas que envolvem o desenvolvimento humano e a educação está assentada na perspectiva de Lev Vygotsky. O psicólogo bielorusso chama a atenção para o processo de desenvolvimento, pois segundo o teórico o homem atua sobre o mundo em que está inserido, agindo assim nas relações sociais. Logo, os processos elementares psicológicos são controlados pelo meio e os processos elementares superiores obedecem a autorregulação.

SILVA, Daniela Regina da. Psicologia da Educação e Aprendizagem. Associação Educacional Leonardo da Vinci (ASSELVI). – Indaial: Ed. ASSELVI, 2006.

YVYOTSKY, L.S. A Construção do Pensamento e da Linguagem. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.

_____, Lev S. Aprendizado e desenvolvimento Um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1998.

Número do Protocolo: 20191210.015.271767.076.0000002637-43

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

Questão: 28

Recurso: Apenas marquei alternativas nas questões 26 e 28 para não deixar de marcar! A opção A (tida como correta), “Trabalho por situações-problemas” é uma concepção ligada ao processo avaliativo formativo, logo, ao se fazer situações-problemas em sala de aula, você não irá se transformar em processo avaliativo seletivo. No entanto, a questão pedia quais atitudes deveriam ser evitadas para que a avaliação formativa não se transformasse em seletiva. Assim, nenhuma das respostas poderiam ser marcadas!

Resposta:

INDEFERIDO. Porém cabe ressaltar:

A avaliação formativa é uma proposta de avaliar o processo de ensino-aprendizagem, considerando a realidade de professores e alunos, seus princípios estão assentados na perspectiva sociocultural. A principal função da avaliação formativa é não se transformar em uma pedagogia das competências, pois a avaliação formativa demanda que haja a articulação entre realidade e conhecimento teórico possibilitando assim a aprendizagem.

Sendo assim ocorrerá alteração de gabarito da letra “A” para letra “B”.

Gomes. S. (2003). *Tessituras Docentes da Avaliação Formativa*. Dissertação de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação,

Universidade Federal de Minas Gerais, MG.

Jorba, J. & Sanmarti, N. (2003). A Função Pedagógica da Avaliação. *In Avaliação como Apoio à Aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed.

Luckesi. C. (2002). *Avaliação da Aprendizagem Escolar*. São Paulo: Cortez.

Número do Protocolo: 20191220.015.272964.076.0000002638-66

Cargo: PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA

Questão: 21

Recurso: A questão pede qual a lei que garante os conteúdos da BNCC. Precisaria, pois, estar mais clara e melhor elaborada. Do modo como foi apresentada, permite mais de uma resposta correta, solicito, portanto à banca examinadora, que anule a questão, pelos motivos elencados abaixo: Pedindo qual A LEI que garante os conteúdos da BNCC e apresentando o gabarito correto como a Constituição Federal, não considera o fato interpretativo de que a Constituição é um Conjunto de Leis; Ademais, informações oficiais do site da BNCC consideram: “A existência de



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

uma base curricular comum foi prevista na Constituição Federal, de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, e no Plano Nacional de Educação (PNE), de 2014. Em 2015 começou a construção do documento. Ao longo dos últimos dois anos, três versões do documento foram redigidas e levadas à consulta pública. Uma terceira versão revisada foi produzida pelo MEC em parceria com o CNE para aprovação do órgão.” o que abre possibilidades para que as alternativas A e B estejam corretas. Solicito, deste modo, a anulação da questão.

Resposta:

INDEFERIDO.

Tendo em vista que a BNCC está garantida na Constituição Federal de 1988, sendo assim é impossível conhecer e compreender a Base Nacional Comum Curricular se não houver o entendimento dos princípios constitucionais. Pois a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que visa guiar o currículo de todas as escolas públicas e privadas, tornando-se diretriz oficial para o ensino do Brasil. De acordo com o MEC (2019) o documento foi homologado em 2018. Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)1, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências, a LDB orienta a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a ser ensinados. BRASIL. BNCC: educação é a base. Brasília: MEC, 2018.

A questão é clara em perguntar "Qual a lei que garanti os conteúdos da BNCC?"

A Única lei que garanti, ou seja, determina conteúdos mínimos para o ensino é a constituição federal através do seu artigo 210. As demais leis tratam do assunto regulamentam o que determina CF.

Número do Protocolo: 20191221.015.273060.076.0000002639-34

Cargo: PROFESSOR GEOGRAFIA

Questão: 22

Recurso: Cara banca examinadora, a presente questão apresenta falhas e lacunas, a afirmativa E, que foi designada como correta no gabarito está confusa. A afirmativa traz que a “função social e política da escola é assegurar...”, mas em nenhum momento está descrito o que a escola deve assegurar, tornando-se assim incompleta e incompreensiva. Além do que, falta um embasamento teórico para sustentar a questão, não há em momento algum uma referência quanto á algum autor, ou pensador que defenda a teoria critica-social. (Quando na realidade existem autores que abordam essa temática, como Paulo Freire, por exemplo). No decorrer das demais alternativas, como na afirmativa A, por exemplo, há ainda um erro no verbo realizar que no caso o professor não “realizar” e sim o professor realiza. Sendo assim, devido a estes equívocos, solicito a anulação desta questão.

Resposta:

Indeferido, tendo em vista que a tendência pedagógica que trata da pedagogia crítica-social dos conteúdos traz uma abordagem de emancipação humana, a alternativa E é a correta. Pois, de acordo com Saviani (2003) a pedagogia crítica social dos conteúdos visa superar pedagogias de vertentes de essência e existência, sendo um dos grandes desafios é efetivar a educação como um instrumento que auxilie na transformação da sociedade. A educação tem plenas condições de construir uma sociedade mais cidadã e democrática. Logo a pedagogia crítico-social dos conteúdos visa construir uma teoria pedagógica que articule realidade histórica e social, tornando o papel do professor mediador da educação no processo de transformação social. Assim, essa tendência pedagógica visa produzir direta e intencionalmente métodos de ensino eficazes estimulando o interesse dos alunos. A função social da escola é promover acesso aos conhecimentos historicamente, socialmente e sistematicamente produzidos pela humanidade possibilitando aos educandos e a classe trabalhadora condições de emancipação humana.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

Número do Protocolo: 20191221.015.273060.076.0000002640-310

Cargo: PROFESSOR GEOGRAFIA

Questão: 21

Recurso: Prezada banca examinadora, a questão 21 que se refere a lei que estabelece conteúdos da Base Nacional Comum Curricular está elaborada de maneira a abrir possibilidades para mais de uma afirmativa como correta. Primeiramente é importante destacar que de fato questões atreladas a Base Nacional Comum Curricular estão contemplada na constituição de 1988, porém esta temática também foi explanada na LDB de 1996 e posteriormente no Plano Nacional de Educação de 2014. Sendo assim as possibilidades de respostas estariam enquadradas em outras duas afirmativas que são A e B. Além do que, a pergunta inicial refere-se a: “Qual a LEI que garante os conteúdos da



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

BNCC?" no caso da resposta apontada no gabarito, letra C, a constituição não se enquadraria como UMA LEI e sim, UM CONJUNTO DE LEIS, neste sentido sendo passível de anulação.

Resposta:

INDEFERIDO.

Tendo em vista que a BNCC está garantida na Constituição Federal de 1988, sendo assim é impossível conhecer e compreender a Base Nacional Comum Curricular se não houver o entendimento dos princípios constitucionais. Pois a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que visa guiar o currículo de todas as escolas públicas e privadas, tornando-se diretriz oficial para o ensino do Brasil. De acordo com o MEC (2019) o documento foi homologado em 2018. Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)1 , e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências, a LDB orienta a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a ser ensinados. BRASIL. BNCC: educação é a base. Brasília: MEC, 2018.

A questão é clara em perguntar "Qual a lei que garanti os conteúdos da BNCC?"

A Única lei que garanti, ou seja, determina conteúdos mínimos para o ensino é a constituição federal através do seu artigo 210. As demais leis tratam do assunto regulamentam o que determina CF.

Número do Protocolo: 20191209.015.271508.076.0000002641-22

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 21

Recurso: 3 respostas corretas.

Resposta:

INDEFERIDO.

Tendo em vista que a BNCC está garantida na Constituição Federal de 1988, sendo assim é impossível conhecer e compreender a Base Nacional Comum Curricular se não houver o entendimento dos princípios constitucionais. Pois a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que visa guiar o currículo de todas as escolas públicas e privadas, tornando-se diretriz oficial para o ensino do Brasil. De acordo com o MEC (2019) o documento foi homologado em 2018. Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)1 , e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências, a LDB orienta a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a ser ensinados. BRASIL. BNCC: educação é a base. Brasília: MEC, 2018.

A questão é clara em perguntar "Qual a lei que garanti os conteúdos da BNCC?"

A Única lei que garanti, ou seja, determina conteúdos mínimos para o ensino é a constituição federal através do seu artigo 210. As demais leis tratam do assunto regulamentam o que determina CF.

Número do Protocolo: 20191209.015.271508.076.0000002642-21

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 22

Recurso: Dificulta o entendimento, sendo que tem 2 respostas corretas.

Resposta:

Indeferido, tendo em vista que a tendência pedagógica que trata da pedagogia crítica-social dos conteúdos traz uma abordagem de emancipação humana, a alternativa E é a correta. Pois, de acordo com Saviani (2003) a pedagogia crítica social dos conteúdos visa superar pedagogias de vertentes de essência e existência, sendo um dos grandes desafios é efetivar a educação como um instrumento que auxilie na transformação da sociedade. A educação tem plenas condições de construir uma sociedade mais cidadã e democrática. Logo a pedagogia crítico-social dos conteúdos visa construir uma teoria pedagógica que articule realidade histórica e social, tornando o papel do professor mediador da educação no processo de transformação social. Assim, essa tendência pedagógica visa produzir direta e intencionalmente métodos de ensino eficazes estimulando o interesse dos alunos. A função social da escola é promover acesso aos conhecimentos historicamente, socialmente e sistematicamente produzidos pela humanidade possibilitando aos educandos e a classe trabalhadora condições de emancipação humana.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

Número do Protocolo: 20191209.015.271508.076.0000002643-210

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 31

Recurso: 2 respostas corretas sendo D e E.

Resposta:

INDEFERIDO. por não cumprir o estabelecido em edital, para argumentação da questão em tela, porém cabe ressaltar que no preâmbulo da questão, foi solicitado aos candidatos que assinalassem a alternativa correta de acordo com o texto da Lei.

A alternativa: "D", indicada pelo candidato como correta, está em desacordo com os princípios estabelecidos no texto da Lei.

Fonte:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

Número do Protocolo: 20191209.015.271508.076.0000002644-29

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 28

Recurso: Erro de formulação.

Resposta:

INDEFERIDO. Por falta de argumentação conforme edital de abertura, 12.2.4. Serão indeferidos os recursos interpostos, **aqueles que não apresentarem fundamentação e embasamento.**

Número do Protocolo: 20191209.015.271465.076.0000002645-810

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR

Questão: 19

Recurso: No gabarito consta que a resposta correta para a questão 19 é a letra C, mas a resposta não está correta, pois $-1+1=0$ e não $-1+1=2$, ou seja, a única resposta que está correta na questão 19 é a letra B, onde $1-1=0$.

Resposta:

DEFERIDO.

Em resposta ao recurso apresentado, informa-se que o gabarito enviado para divulgação esta com erro, sendo a resposta correta Alternativa B.

Sendo assim ocorrerá a alteração do gabarito.

Número do Protocolo: 20191218.015.272613.076.0000002646-27

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR

Questão: 19

Recurso: A banca indicou com resposta assertiva a alternativa letra (C) $-1+1=2$. Uma vez que essa esta incorreta pois $-1+1=0$. Afirmando assim que a alternativa correta se da pela letra (B) onde $1-1=0$ Em resumo: Sinais iguais, soma e conserva o sinal. Sinais diferentes, subtrai e conserva o sinal do maior. Sinais iguais, o resultado é positivo. Sinais diferentes, o resultado é negativo. <https://matematicabasica.net/subtracao/>

Resposta:

DEFERIDO.

Em resposta ao recurso apresentado, informa-se que o gabarito enviado para divulgação esta com erro, sendo a resposta correta Alternativa B.

Sendo assim ocorrerá alteração do gabarito.

Número do Protocolo: 20191213.015.272115.076.0000002647-19

Cargo: PROFESSOR HISTÓRIA

Questão: 35

Recurso: Em Atenas, somente os cidadãos participavam da democracia. Para ser cidadão, era necessário: ser homem; ter, pelo menos, dezoito anos; ser livre; ser filho de pai ateniense e neto de ateniense por parte de mãe. Assim, eram excluídos da democracia: mulheres, escravos e estrangeiros. Maria Dulce Reis (2018), em seu artigo "Democracia grega: A Antiga Atenas (Séc V a. C.)" cita vários filósofos que confirmam que nem todos os atenienses participavam da democracia. REIS, Maria Dulce. Democracia Grega: A Antiga Atenas (Séc. V a. C.). Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/17648>. Acesso em: 4 mar. 2020

Resposta:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

DEFERIDO. Prospera a legação da candidata, houve erro de indicação do gabarito, sendo a única alternativa correta a contida na letra "C", devendo o gabarito ser alterado.

Número do Protocolo: 20191218.015.272613.076.0000002648-25

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR

Questão: 21

Recurso: A banca indicou com assertiva verdadeira a letra A, uma vez indicando que a quantidade de vereadores que compõem a câmara municipal de Sarandi é 13. SENDO QUE NA SEÇÃO I DA CÂMARA MUNICIPAL Art. 11 A Câmara Municipal de Vereadores é composta por 11 Vereadores eleitos pelo sistema proporcional, como representante do povo, com mandato de 4 (quatro) anos. SENDO ASSIM A ASSERTIVA CORRETA E A LETRA (B). 1 EDSON TADEU CEZIMBRA 15555 PMDB 858 2 AIRTON ORTIZ 11495 PP 837 3 ALEX ANTONIO RODRIGUES 18000 REDE 674 4 NORMA SCHU EWERLING 11234 PP 642 5 JOAO CARLOS DA SILVA ALVES 11442 PP 607 6 ELOIR CARPENEDO 11614 PP 586 7 WILMAR JOSE DE AZEREDO 12456 PDT 575 8 DENISE GELAIN 12361 PDT 559 9 CLAUDINOR ALBERTO LORINI 13123 PT 538 10 ERNI MACIEL DA SILVA 12608 PDT 486 11 RUDIMAR SIGNOR 12369 PDT 467 fonte/<http://capa.tre-rs.jus.br/eleicoes/2016/1turno/RS89036.html>

Resposta:

INDEFERIDO. Embora a alegação do candidato esteja correta, há uma inconsistência de informação, em virtude de que no site oficial da Câmara de Vereadores de Sarandi - RS, encontra-se a informação de que há naquela casa de leis, 13 parlamentares, sendo, 10 ativos e 3 inativos. Considerando que as informações disponibilizadas pelas Câmara são informações oficiais e considerando que a mesma está em conflito com a real situação junto ao Tribunal Regional Eleitoral, está banca determina a anulação da questão.

Parlamentar	Partido	Ativo?	Titular?
 Airton Ortiz	PP	Sim	Sim

Fontes: <https://www.cmsarandi.rs.gov.br/processo-legislativo/parlamentares.html>

Número do Protocolo: 20191213.015.272115.076.0000002649-17

Cargo: PROFESSOR HISTÓRIA

Questão: 39

Recurso: A pergunta é sobre "mercadoria que não foi produzida no Brasil" durante o período da República Velha. Entretanto, nenhuma resposta comenta sobre mercadorias. Todas falam sobre relações políticas da época.

Resposta:

DEFERIDO. Questão anulada por ser prospera a alegação do candidato.

Número do Protocolo: 20191220.015.272954.076.0000002650-68

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 21



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

Recurso: A) A questão 21, há 3 respostas corretas, quais sejam: a letra A, B e C, sendo que: A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), institui em seu artigo 26, que “Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela”. Logo, há previsão na lei, que rege a educação brasileira como um todo, do fomento de um currículo comum a todo o território nacional. Sendo esta, a lei maior no que tange à educação brasileira. O Plano Nacional de Educação, é uma lei que prevê a elaboração do currículo comum no Brasil, tendo inclusive em sua redação, na meta 7, prazos para o currículo ser feito e vigência. Assim, ele também, em forma de lei, garante a efetivação do currículo comum brasileiro. A Constituição Federal, foi o primeiro documento a prever um currículo comum, em seu artigo 210, com a seguinte redação: “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”. No entanto, o documento regulamentador da educação como um todo, é a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e não a Constituição. Nesse sentido, as opções A, B e C estariam corretas.

Resposta:

INDEFERIDO.

Tendo em vista que a BNCC está garantida na Constituição Federal de 1988, sendo assim é impossível conhecer e compreender a Base Nacional Comum Curricular se não houver o entendimento dos princípios constitucionais. Pois a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que visa guiar o currículo de todas as escolas públicas e privadas, tornando-se diretriz oficial para o ensino do Brasil. De acordo com o MEC (2019) o documento foi homologado em 2018. Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)¹, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências, a LDB orienta a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a ser ensinados. BRASIL. BNCC: educação é a base. Brasília: MEC, 2018.

A questão é clara em perguntar "Qual a lei que garanti os conteúdos da BNCC?"

A Única lei que garanti, ou seja, determina conteúdos mínimos para o ensino é a constituição federal através do seu artigo 210. As demais leis tratam do assunto regulamentam o que determina CF.

Número do Protocolo: 20191220.015.272954.076.0000002651-67

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 22

Recurso: A questão 22 apresenta muitos equívocos de ortografia que dificultam o entendimento da resposta, ademais de ter duas opções corretas de resposta, tais como a letra A e E: Questões ortográficas Na opção A, o verbo “realizar” está no infinitivo, quando deveria estar conjugado para haver concordância com o sujeito professor, desse jeito, ele deveria estar conjugado em “realiza”. Na opção B, a palavra “direcional” apresenta um “l” quando deveria estar conjugado como “direcionam” com o intuito de concordar com o sujeito “professores” As respostas corretas seriam a letra A e E, uma vez que na letra A, aparece a concepção de que é o professor que coordena as atividades e discute com seu grupo temas sociais e políticos, sendo as discussões o centro do planejamento das aulas, as quais são atribuições da Pedagogia Libertadora de Paulo Freire, bem como a letra E, cuja define que a função da escola na visão de Paulo Freire, é o acesso das massas populares ao conhecimento. Tais concepções defendidas nas letras A e E, encontram-se nos estudos de Paulo Freire em sua obra Pedagogia Libertadora, portando, corretas. C) A questão 26 está confusa por não apresentar os termos outrora pedidos na questão, os quais irão aparecer diferentes nas opções de marcar. “No que tange a diferença entre processos elementares psicológicos e os processos superiores, podemos dizer que”: Na resposta A, B, C, D e E o termo “processos elementares” vem sem o acréscimo da palavra “psicológicos” e os processos superiores vem acrescido da palavra “elementares”, gerando assim, confusão com o que deveria ser marcado, não tendo nenhuma das opções com os termos pedidos na questão.

Resposta:

Indeferido, tendo em vista que a tendência pedagógica que trata da pedagogia crítica-social dos conteúdos traz uma abordagem de emancipação humana, a alternativa E é a correta. Pois, de acordo com Saviani (2003) a pedagogia crítica social dos conteúdos visa superar pedagogias de vertentes de essência e existência, sendo um dos grandes desafios é efetivar a educação como um instrumento que auxilie na transformação da sociedade. A educação tem plenas condições de construir uma sociedade mais cidadã e democrática. Logo a pedagogia crítico-social dos conteúdos visa construir uma teoria pedagógica que articule realidade histórica e social, tornando o papel do professor mediador da educação no processo de transformação social. Assim, essa tendência pedagógica visa produzir direta e



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

intencionalmente métodos de ensino eficazes estimulando o interesse dos alunos. A função social da escola é promover acesso aos conhecimentos historicamente, socialmente e sistematicamente produzidos pela humanidade possibilitando aos educandos e a classe trabalhadora condições de emancipação humana.

SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

Número do Protocolo: 20191220.015.272954.076.0000002652-66

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 28

Recurso: A questão 28 há erro de formulação da questão, pois ao se ler mais atentamente, nota-se uma negação no final da frase (é necessário que a avaliação formativa NÃO se transforme em:), o que direciona a marcar aquela que deverá ser evitada de se fazer, para que assim, ocorra o rompimento entre os processos avaliativos. Note, que ao dizer que a avaliação formativa não deve se transformar em algo, as opções de respostas deveriam ter concepções de avaliações lógicas seletivas, no entanto, as opções são todas afirmações do processo formativo, não sobrando questões a serem marcadas. “Para que ocorra o rompimento entre o processo avaliativo formativo e o processo lógico seletivo, é necessário que a avaliação formativa NÃO se transforme em:” A opção A (tida como correta), “Trabalho por situações-problemas” é uma concepção ligada ao processo avaliativo formativo, logo, ao se fazer situações-problemas em sala de aula, você não irá se transformar em processo avaliativo seletivo. No entanto, a questão pedia quais atitudes deveriam ser evitadas para que a avaliação formativa não se transformasse em seletiva. Assim, nenhuma das respostas poderiam ser marcadas.

Resposta:

INDEFERIDO. Porém cabe ressaltar que:

A avaliação formativa é uma proposta de avaliar o processo de ensino-aprendizagem, considerando a realidade de professores e alunos, seus princípios estão assentados na perspectiva sociocultural. A principal função da avaliação formativa é não se transformar em uma pedagogia das competências, pois a avaliação formativa demanda que haja a articulação entre realidade e conhecimento teórico possibilitando assim a aprendizagem.

Sendo assim ocorrerá alteração de gabarito da letra A para a letra B.

Gomes. S. (2003). *Tessituras Docentes da Avaliação Formativa*. Dissertação de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação,

Universidade Federal de Minas Gerais, MG.

Jorba, J. & Sanmarti, N. (2003). *A Função Pedagógica da Avaliação*. In *Avaliação como Apoio à Aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed.

Luckesi. C. (2002). *Avaliação da Aprendizagem Escolar*. São Paulo: Cortez.

Número do Protocolo: 20191220.015.272954.076.0000002653-65

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 28

Recurso: A questão 28 há erro de formulação da questão, pois ao se ler mais atentamente, nota-se uma negação no final da frase (é necessário que a avaliação formativa NÃO se transforme em:), o que direciona a marcar aquela que deverá ser evitada de se fazer, para que assim, ocorra o rompimento entre os processos avaliativos. Note, que ao dizer que a avaliação formativa não deve se transformar em algo, as opções de respostas deveriam ter concepções de avaliações lógicas seletivas, no entanto, as opções são todas afirmações do processo formativo, não sobrando questões a serem marcadas. “Para que ocorra o rompimento entre o processo avaliativo formativo e o processo lógico seletivo, é necessário que a avaliação formativa NÃO se transforme em:” A opção A (tida como correta), “Trabalho por situações-problemas” é uma concepção ligada ao processo avaliativo formativo, logo, ao se fazer situações-problemas em sala de aula, você não irá se transformar em processo avaliativo seletivo. No entanto, a questão pedia quais atitudes deveriam ser evitadas para que a avaliação formativa não se transformasse em seletiva. Assim, nenhuma das respostas poderiam ser marcadas.

Resposta:

INDEFERIDO, porém cabe ressaltar que:

A avaliação formativa é uma proposta de avaliar o processo de ensino-aprendizagem, considerando a realidade de professores e alunos, seus princípios estão assentados na perspectiva sociocultural. A principal função da avaliação formativa é não se transformar em uma pedagogia das competências, pois a avaliação formativa demanda que haja a articulação entre realidade e conhecimento teórico possibilitando assim a aprendizagem.

Sendo assim ocorrerá alteração de gabarito da letra A para a letra B.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

Gomes, S. (2003). *Tessituras Docentes da Avaliação Formativa*. Dissertação de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação,

Universidade Federal de Minas Gerais, MG.

Jorba, J. & Sanmarti, N. (2003). A Função Pedagógica da Avaliação. In *Avaliação como Apoio à Aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed.

Luckesi, C. (2002). *Avaliação da Aprendizagem Escolar*. São Paulo: Cortez.

Número do Protocolo: 20191220.015.272954.076.0000002654-64

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 26

Recurso: A questão 26 está confusa por não apresentar os termos outrora pedidos na questão, os quais irão aparecer diferentes nas opções de marcar. "No que tange a diferença entre processos elementares psicológicos e os processos superiores, podemos dizer que": Na resposta A, B, C, D e E o termo "processos elementares" vem sem o acréscimo da palavra "psicológicos" e os processos superiores vem acrescido da palavra "elementares", gerando assim, confusão com o que deveria ser marcado, não tendo nenhuma das opções com os termos pedidos na questão.

Resposta:

INDEFERIDO, o enunciado da questão apresenta conceitos que são próprios da teoria histórico-cultural, logo ao solicitar a diferença entre os processos psicológicos elementares e os processos superiores já está intrínseco a perspectiva de Vygotsky, as alternativas apresentam elementos que permitem assinalar a alternativa correta. Pois, as bases teóricas que envolvem o desenvolvimento humano e a educação está assentada na perspectiva de Lev Vygotsky. O psicólogo bielorusso chama a atenção para o processo de desenvolvimento, pois segundo o teórico o homem atua sobre o mundo em que está inserido, agindo assim nas relações sociais. Logo, os processos elementares psicológicos são controlados pelo meio e os processos elementares superiores obedecem a autorregulação.

SILVA, Daniela Regina da. *Psicologia da Educação e Aprendizagem*. Associação Educacional Leonardo da Vinci (ASSELVI). – Indaial: Ed. ASSELVI, 2006.

YVOTSKY, L.S. *A Construção do Pensamento e da Linguagem*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.

_____, Lev S. *Aprendizado e desenvolvimento Um processo sócio-histórico*. São Paulo: Scipione, 1998.

Número do Protocolo: 20191220.015.272960.076.0000002655-710

Cargo: ATENDENTE DE CRECHE

Questão: 32

Recurso: No enunciado da questão nº 32 refere-se a (creches) e pergunta qual alternativa incorreta sobre as responsabilidades de um auxiliar de creche, o gabarito pré eliminar indicou a letra "b" nesta questão, entende-se que esta questão possui duas alternativas incorretas pois a alternativa "A" Auxiliar nas atividades docentes de cuidar, brincar e educar crianças na faixa etária de (zero a seis anos) Lei nº 9.394/96 Artg. A Educação infantil será oferecida em: I- creches, ou entidades equivalentes, para crianças até 3 anos de idade II- Pré-escolas para as crianças de 4 a 5 anos de idade. (Redação dada pela lei nº 12.796 de 2013) Lei nº 8.069/90 Artg. 54. IV- atendimento em creches e pré-escolas as crianças de zero a cinco anos de idade. Portanto pede-se a anulação desta questão, pois a alternativa "A" também não condiz com as leis pedidas para estudo neste concurso, as idades não estão corretas conforme leis atualizadas. por isso peço que a reavaliem, desde já agradeço.

Resposta:

DEFERIDO. Questão anulada. Houve erro na digitação na alternativa a) Onde se lê ... brincar e educar crianças na faixa etária de zero a **seis anos**; o correto realmente é brincar e educar crianças na faixa etária de zero a **três anos**.

Número do Protocolo: 20191221.015.273077.076.0000002656-17

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR

Questão: 19

Recurso: A alternativa correta na questão 19 é a letra B, pois $1-1$ é igual a zero. No gabarito foi dado como a questão C a correta, porém $-1+1$ não é igual a dois e sim igual a 0.

Resposta:

DEFERIDO.

Em resposta ao recurso apresentado, informa-se que o gabarito enviado para divulgação esta com erro, sendo a resposta correta Alternativa B.

Sendo assim ocorrerá a alteração do gabarito.

Número do Protocolo: 20191210.015.271808.076.0000002657-310



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

Cargo: PROFESSOR ED. FÍSICA

Questão: 34

Recurso: Peça anulação da questão, pois a mesma, segundo o gabarito surgiu na Inglaterra em 1944, porém a origem o basquete sobre rodas é controversa, muitos autores trazendo que o mesmo surgiu nos EUA apenas em 1945, para prática de soldados feridos na guerra, sendo assim por não ter encontrado nenhum documento garantido o seu início na Inglaterra e ainda no mesmo a incompatibilidade do ano de início do esporte no país em questão, peça a anulação da questão!

Resposta:

INDEFERIDO. Conteúdo da prova aplicada correspondente com o determinado no Anexo I do Edital de Abertura, estando contida no conteúdo "Educação Física: Educação Inclusiva". Referência: "O Dinamismo da Imagem Corporal" – TAVARES, Maria da Consolação G. Cunha F. página 173. Sendo assim fica indeferido o recurso.

Número do Protocolo: 20191209.015.271502.076.0000002658-105

Cargo: PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA

Questão: 39

Recurso: Conforme pesquisa realizada, o modernismo ficou marcado pela semana de 22 Início da consolidação do modernismo no Brasil e ruptura com movimentos anteriores. A Semana de Arte Moderna, também chamada de Semana de 22, ocorreu em São Paulo, entre os dias 11 e 18 de fevereiro de 1922, no Teatro Municipal da cidade.

Resposta:

DEFERIDO. A alternativa correta é a letra A.
Sendo assim ocorrerá a alteração de gabarito.

Número do Protocolo: 20191209.015.271502.076.0000002659-102

Cargo: PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA

Questão: 39

Recurso: Conforme pesquisa realizada, o modernismo ficou marcado pela semana de 22 Início da consolidação do modernismo no Brasil e ruptura com movimentos anteriores. A Semana de Arte Moderna, também chamada de Semana de 22, ocorreu em São Paulo, entre os dias 11 e 18 de fevereiro de 1922, no Teatro Municipal da cidade.

Resposta:

DEFERIDO. A alternativa correta é a letra A.
Sendo assim ocorrerá a alteração de gabarito.

Número do Protocolo: 20191221.015.273077.076.0000002660-110

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR

Questão: 21

Recurso: De acordo com a lei orgânica de Sarandi, a Câmara de Vereadores deve ser composta por 11 vereadores, logo a alternativa correta seria a B e não a A como foi colocado no gabarito.

Resposta:

INDEFERIDO. Embora a alegação do candidato esteja correta, há uma inconsistência de informação, em virtude de que no site oficial da Câmara de Vereadores de Sarandi - RS, encontra-se a informação de que há naquela casa de leis, 13 parlamentares, sendo, 10 ativos e 3 inativos. Considerando que as informações disponibilizadas pelas Câmara são informações oficiais e considerando que a mesma está em conflito com a real situação junto ao Tribunal Regional Eleitoral, esta banca determina a anulação da questão



Câmara Municipal de Sarandi - RS
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Parlamentares

Pesquisar Parlamentar

Selecione o Período

17º (2017 - 2020) (Atual)

Total de Parlamentares: 13

Parlamentar	Partido	Ativo?	Titular?
		Sim	Sim

Página 48 de 109
REALIZAÇÃO: EPL CONCURSOS
www.eplconcursos.com.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

Fontes: <https://www.cmsarandi.rs.gov.br/processo-legislativo/parlamentares.html>

Número do Protocolo: 20191209.015.271502.076.0000002661-105

Cargo: PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA

Questão: 33

Recurso: no gabarito preliminar a letra B está como correta, mas a questão pede qual não contém erro de português e única é a palavra canjica, sendo a alternativa C

Resposta:

Indeferido. O gabarito aponta a alternativa C como correta.

Número do Protocolo: 20191221.015.273100.076.0000002662-63

Cargo: PROCURADOR GERAL

Questão: 35

Recurso: o gabarito considerou como correta a questão "B", porém conforme previsão legal contida no art. 5º, inciso LXXIII, A QUESTÃO CORRETA DEVE SER A ALTERNATIVA "C", conforme artigo colacionado; Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência; Assim deverá ser considerada correta a alternativa "C">

Resposta:

INDEFERIDO.

O objeto do presente recurso é a alteração do gabarito, que segundo o Recorrente considerou como correta a letra "B", contudo, deveria ser considerada correta a letra "C". Pois bem, vejamos abaixo imagem do gabarito:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 14 – Gabarito Preliminar
da Prova Objetiva

OPERÁRIO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
E	C	A	D	B	B	C	D	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
E	A	B	A	B	D	A	A	B	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	C	D	D	A	B	D	C	E	A
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	D	D	D	B	E	A	E	B	D

PROCURADOR GERAL									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
D	E	A	B	C	A	A	E	B	E
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	E	D	C	B	D	A	D	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	D	A	B	E	C	A	B	C	E
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
E	E	A	C	C	A	B	C	D	B



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

Conforme se extrai do gabarito publicado pela banca no site da EPL Concursos a questão 35 considerou como correta exatamente a alternativa “C”. Inexistindo, portanto, retificações a serem feitas na aludida questão, já que se trata da alternativa que está em consonância com o texto constitucional. Portanto, **indeferido** o recurso apresentado por ausência de objeto, já que não se vislumbra a alteração apresentada pelo candidato (a).

Número do Protocolo: 20191221.015.273100.076.0000002663-62

Cargo: PROCURADOR GERAL

Questão: 35

Recurso: A PROVA CONSIDEROU COMO CORRETA A ALTERNATIVA "B", POREM CONFORME PREVISÃO LEGAL DA CC/88, NO ART. 5º, INCISO LXXIII, ORA COLACIONADO, A ALTERNATIVA CORRETA PARA A RESPOSTA É A ALTERNATIVA "C". Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

Resposta:

INDEFERIDO.

O objeto do presente recurso é a alteração do gabarito, que segundo o Recorrente considerou como correta a letra “B”, contudo, deveria ser considerada correta a letra “C”. Pois bem, vejamos abaixo imagem do gabarito:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 14 – Gabarito Preliminar
da Prova Objetiva

OPERÁRIO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
E	C	A	D	B	B	C	D	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
E	A	B	A	B	D	A	A	B	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	C	D	D	A	B	D	C	E	A
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	D	D	D	B	E	A	E	B	D

PROCURADOR GERAL									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
D	E	A	B	C	A	A	E	B	E
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	E	D	C	B	D	A	D	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	D	A	B	E	C	A	B	C	E
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
E	E	A	C	C	A	B	C	D	B

Conforme se extrai do gabarito publicado pela banca no site da EPL Concursos a questão 35 considerou como correta exatamente a alternativa “C”. Inexistindo, portanto, retificações a serem feitas na aludida questão, já que se trata da alternativa que está em consonância com o texto constitucional. Portanto, **indeferido** o recurso apresentado por ausência de objeto, já que não se vislumbra a alteração apresentada pelo candidato (a).

Número do Protocolo: 20191223.015.273251.076.0000002664-54

Cargo: ATENDENTE DE CRECHE

Questão: 1

Recurso: Nao foi feita a pergunta de forma clara e objetiva,onde claramente pessoas da escolaridade que foi pedida no edital nao conseguiriam responder,muito confusa

Resposta:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

INDEFERIDO. A questão pede para assinalar a alternativa que não seria correta de acordo com a leitura do texto. Há 4 alternativas que são corretas de acordo com o texto e 1 incorreta.

Número do Protocolo: 20191221.015.273100.076.0000002665-610

Cargo: PROCURADOR GERAL

Questão: 26

Recurso: A PARCERIA MENCIONADA NA QUESTÃO 26, FOI ESTABELECIDADA ENTRE BRASIL E CHINA E NÃO ENTRE BRASIL E PARAGUAI, PORTANTO A ALTERNATIVA CORRETA É A "C" E NÃO AQUELA DO GABARITO QUE CONSIDEROU CORRETA A ALTERNATIVA "D", CONFORME LINK DA MATÉRIA <https://youtu.be/SelFZro-OnkM>, e no sítio www.capes.gov.br, ONDE O PRESIDENTE DA CAPS ESCLARECE A MATÉRIA, A QUAL COLACIONO: "A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) assinou hoje (25) um acordo de colaboração internacional com a National Natural Science Foundation of China (NSFC). Esta é a primeira parceria acadêmica com a China. O convênio com a agência de fomento à pesquisa e inovação chinesa foi celebrado durante a visita do presidente Jair Bolsonaro ao país. A parceria também vai beneficiar o programa Future-se, segundo a Capes. "Eu e a NSFC assinamos [o acordo] na presença dos dois presidentes. Como a Capes é a principal agência brasileira para internacionalização das universidades, é importante este novo acordo com o país que é o segundo produtor de ciência no mundo", disse Anderson Correia, presidente da Capes. A parceria prevê intercâmbio acadêmico, educacional e científico entre professores, pesquisadores e pós-doutorandos de instituições brasileiras e chinesas. Também será apoiada a realização de seminários, workshops e conferências. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou que a parceria vai trazer mais recursos para o país: "O objetivo é fechar uma série de parcerias com a China, país que hoje é a locomotiva de crescimento do mundo, para trazer para o Brasil mais recursos, mais oportunidades e mais áreas de pesquisa para os estudantes buscarem um futuro melhor." Pelo Programa Institucional de Internacionalização da Capes, 11 instituições brasileiras têm projetos com 18 universidades chinesas. O edital com detalhes da parceria deve sair em até 90 dias para as áreas Ciências da Vida, Biodiversidade e Engenharias. "Além de promover projetos conjuntos, devemos incentivar cátedras nas universidades dos dois países, facilitando a permanência de professores de alto nível nas melhores instituições de ensino e pesquisa", completou Anderson Correia."ASSIM A ALTERNATIVA CORRETA DEVERÁ SER A LETRA "C".

Resposta:

INDEFERIDO. Acredito que o candidato se equivocou a elaborar o referido recurso pois no Edital nº 14 – Gabarito Preliminar - da Prova Objetiva.

A questão 26 já está com a alternativa "C" como correta. para não ficar nenhuma dúvida segue a imagem do gabarito divulgado no site da empresa.

PROCURADOR GERAL									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
D	E	A	B	C	A	A	E	B	E
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	E	D	C	B	D	A	D	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	D	A	B	E	C	A	B	C	E
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
E	E	A	C	C	A	B	C	D	B

Número do Protocolo: 20191223.015.273251.076.0000002666-52

Cargo: ATENDENTE DE CRECHE

Questão: 40

Recurso: Citou o estatuto da criança e do adolescente p e o numero da lei porem nao citou o artigo no qual ele per-tencia deixando ,a confusa

Resposta:

INDEFERIDO - A questão é bem clara e específica quando diz ..." De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/90), quando este versa sobre o direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, é dever do Estado assegurar."

Número do Protocolo: 20191221.015.273100.076.0000002667-68

Cargo: PROCURADOR GERAL



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

Questão: 39

Recurso: A QUESTÃO 39 EM MOMENTO ALGUM FALA DA RELAÇÃO DE TERCEIROS COM A VÍTIMA MORTA PELO SERVIDOR. EM TODO O MOMENTO A QUESTÃO MENCIONA O DIREITO DOS FILHOS EM PLEITEAREM A INDENIZAÇÃO PELA MORTE. ASSIM SENDO ESTES, OS FILHOS, PARTE LEGÍTIMA PARA PLEITEAREM INDENIZAÇÃO, NÃO HÁ QUE SE FALAR EM EFEITO RICOCHETE, DEVENDO A QUESTÃO SER ANULADA. OU CASO NÃO SEJA ANULADA DEVERÁ SER CONSIDERADA COMO CORRETA A QUESTÃO "A", MAIS ADEQUADA, CONSIDERANDO O 37, §6º da CF/88.

Resposta:

INDEFERIDO.

A questão recorrida pede do candidato uma análise e atenção especial no que tange à responsabilidade civil, trazendo à baila a responsabilidade civil do Estado.

Sobre a responsabilidade civil do estado a Constituição Federal preceitua:

“Art. 37 [...] § 6º **As pessoas jurídicas de direito público** e as de direito privado prestadoras de serviços públicos **responderão pelos danos que seus agentes**, nessa qualidade, causarem a terceiros, **assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.**”

É cediço e pacificado em nosso ordenamento jurídico que a responsabilidade do Estado é objetiva, ou seja, independentemente de culpa.

Nesse diapasão, Ana Cláudia Nascimento Gomes (p. 908), em comentários ao § 6º do art. 37 da CF, na obra *Comentários à Constituição do Brasil*, organizadas por J.J. Gomes Canotilho; Gilmar Ferreira Mendes; Ingo W. Salert e Lenio Luiz Streck ensina:

“A inadequação da ideia de “culpabilidade” para os serviços públicos acaba por desenvolver a **teoria do risco administrativo**, na qual o requisito subjetivo torna-se irrelevante para a configuração da responsabilidade civil do Estado [...]. Trata-se da **responsabilidade objetiva**.

Pelo contido no texto constitucional, bem como diante do entendimento consolidado tanto doutrinário como jurisprudencial, não restam dúvidas que a responsabilidade do Estado é objetiva, de modo que pouco importa se o Estado por meio de seu agente agiu ou não com culpa, visto estar intrinsecamente vinculado ao risco do Estado no desenvolvimento de suas atividades. Assim, por estes fundamentos facilmente podemos identificar o erro da questão “A” que segundo o recorrente seria a mais adequada. O erro da alternativa apontada pelo recorrente consiste em afirmar que deve ser comprovada a culpa do Estado, sendo, portanto, responsabilidade civil subjetiva.

Referente à assertiva dada como correta no gabarito o dano moral em ricochete colaciono o conceito de dano reflexo ou ricochete trazido por Pablo Stolze Gagliano (p. 45): “Conceitualmente, consiste no prejuízo que atinge reflexamente pessoa próxima, ligada à vítima direta da atuação ilícita. É o caso por exemplo da família que vem a perecer por descuido de um segurança de banco inábil, em uma troca de tiros. Note-se que, a despeito do dano haver sido sofrido diretamente pelo sujeito que pereceu, os seus filhos, alimentandos, sofreram os seus reflexos, por conta da ausência do sustento paterno.

Acerca do dano moral em ricochete colaciono os seguintes julgados do Superior Tribunal de Justiça:

DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. LEGITIMIDADE ATIVA. PAIS DA VÍTIMA DIRETA. RECONHECIMENTO. DANO MORAL POR RICOCHETE. DEDUÇÃO. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO JUDICIAL. SÚMULA 246/STJ IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO DE SÚMULA. DESCABIMENTO. DENUNCIAÇÃO À LIDE. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ E 283/STF. 1. A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de súmula, de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, a da CF/88. 2. Reconhece-se a legitimidade ativa dos pais de vítima direta para, conjuntamente com essa, pleitear a compensação por dano moral por ricochete, porquanto experimentaram, comprovadamente, os efeitos lesivos de forma indireta ou reflexa. Precedentes. 3. Recurso especial não provido. (STJ - REsp: 1208949 MG 2010/0152911-3, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 07/12/2010, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 15/12/2010)

RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL REFLEXO OU POR RICOCHETE. MORTE DA VÍTIMA. PRESCINDIBILIDADE PARA A CONFIGURAÇÃO DO DANO. LEGITIMIDADE ATIVA PARA AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. **NÚCLEO FAMILIAR.**

IRMÃOS. AVÓS. ILEGITIMIDADE PASSIVA DOS GENITORES DE FILHOS MAIORES DE IDADE.

1. **O dano moral por ricochete é aquele sofrido por um terceiro (vítima indireta) em consequência de um dano inicial sofrido por outrem (vítima direta), podendo ser de natureza patrimonial ou extrapatrimonial.**

Trata-se de relação triangular em que o agente prejudica uma vítima direta que, em sua esfera jurídica própria, sofre um prejuízo que resultará em um segundo dano, próprio e independente, observado na esfera jurídica da vítima reflexa. [...] 3. O evento morte não é exclusivamente o que dá ensejo ao dano por ricochete. Tendo em vista a existência da cláusula geral de responsabilidade civil, todo aquele que tem seu direito violado por dano causado



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

por outrem, de forma direta ou reflexa, ainda que exclusivamente moral, titulariza interesse juridicamente tutelado (art. 186, CC/2002). 4. O dano moral reflexo pode se caracterizar ainda que a vítima direta do evento danoso sobreviva. É que o dano moral em ricochete não significa o pagamento da indenização aos indiretamente lesados por não ser mais possível, devido ao falecimento, indenizar a vítima direta. É indenização autônoma, por isso devida independentemente do falecimento da vítima direta. [...] 9. Recurso especial parcialmente provido. (REsp 1734536/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/08/2019, DJe 24/09/2019)
Portanto, no caso do enunciado da questão recorrida de nº 39 trata na verdade de dano moral por ricochete ou reflexo, conforme afirma a assertiva “D”, já que os filhos de João sofreram os reflexos do evento danoso, cujo fato atingiu diretamente seus direitos da personalidade, pois o ato imprudente do policial ceifou a vida do provedor familiar, ceifando também direitos básicos da formação do indivíduo como por exemplo o de convívio familiar com a figura paterna, abalando a paz de espírito dos filhos, caracterizando, assim, o dano moral por ricochete.
Por todo o exposto, **indefiro** o recurso apresentado, mantendo inalterado o gabarito preliminar.

Número do Protocolo: 20191221.015.273079.076.0000002668-510

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR

Questão: 19

Recurso: A questão supracitada apresenta no gabarito como resposta correta a letra “C”. A parte do enunciado apresenta “Análise e assinale a alternativa correta”. Logo a opção C ($-1 + 1 = 2$) não pode ser a resposta correta do gabarito. Sendo assim, solicito, encarecidamente, alteração de gabarito letra C ($-1 + 1 = 2$) para letra B ($1 - 1 = 0$)

Resposta:

DEFERIDO.

Em resposta ao recurso apresentado, informa-se que o gabarito enviado para divulgação esta com erro, sendo a resposta correta Alternativa B.

Sendo assim ocorrerá a alteração do gabarito.

Número do Protocolo: 20191221.015.273079.076.0000002669-59

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR

Questão: 19

Recurso: A questão supracitada apresenta no gabarito como resposta correta a letra “C”. A parte do enunciado apresenta “Análise e assinale a alternativa correta”. Logo a opção C ($-1 + 1 = 2$) não pode ser a resposta correta do gabarito. Sendo assim, solicito, encarecidamente, alteração de gabarito letra C ($-1 + 1 = 2$) para letra B ($1 - 1 = 0$)

Resposta:

DEFERIDO.

Em resposta ao recurso apresentado, informa-se que o gabarito enviado para divulgação esta com erro, sendo a resposta correta Alternativa B.

Sendo assim ocorrerá a alteração do gabarito.

Número do Protocolo: 20191222.015.273223.076.0000002670-24

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR

Questão: 30

Recurso: A questão supracitada apresenta como resposta no gabarito a letra B (China), porém em 13 de Novembro de 2019 o Brasil tentou firmar um acordo comercial com a China, mas esbarrou nos regulamentos da Mercosul, bloco econômico no qual o Brasil ainda faz parte. O regulamento deste bloco determina que os países pertencentes a ele devem negociar em conjunto e não individualmente. Além disso, para negociar individualmente sem depender do aval da Mercosul, o Brasil deveria deixar de fazer parte do bloco, o que não aconteceu. Sendo assim, o acordo comercial entre Brasil e China não foi fechado. Houve uma tentativa de se fazer um acordo e não um acordo firmado em si. O que torna o gabarito uma inverdade. O enunciado induz o candidato ao erro afirmando “...o Brasil fez um acordo...” e não apresentando uma alternativa correta. Não há país nas alternativas que tenham firmado um acordo comercial com o Brasil em novembro de 2019. Por isso tudo, solicito, encarecidamente, alteração de gabarito letra B (China) para ANULAÇÃO. Referencias: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,acordo-comercial-com-a-china-esbarra-em-regulamento-do-mercosul,70003088676> <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/11/acordo-de-livre-comercio-entre-brasil-e-china-depender-do-mercosul.shtml> <https://folhape.com.br/economia/economia/brasil/2019/11/13/NWS,122534,10,1103,ECONOMIA,2373-ACORDO-LIVRE-COMERCIO-ENTRE-BRASIL-CHINA-DEPENDENTE-PARCEIROS-MERCOSUL.aspx> <https://www.terra.com.br/economia/acordo-comercial-com-a-china-esbarra-em-regulamento-do-mercosul,089904f9b6e634c8759016c983e67b8ffcto3j83n.html> <https://jornalggn.com.br/noticia/brasil-depender-do-mercosul-para-livre-comercio-com-a-china/> <https://www.brasil247.com/blog/acordo-de-gue->



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

des-com-a-china-e-factoide-contra-o-mercosul <https://diariodocomercio.com.br/economia/acordo-com-china-depende-de-parceiros/> <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50425050>

Resposta:

INDEFERIDO.

Em 13-11-2019 o senhor presidente Jair Messias Bolsonaro assina acordo com o presidente chinês, Xi Jinping,
Brasil e China firmam acordos em áreas como política, comércio e saúde
Bolsonaro se reuniu hoje com presidente Xi Jinping em Brasília

Publicado em 13/11/2019 - 14:39 Por Andreia Verdélio – Repórter da Agência Brasil - Brasília

Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-11/brasil-e-china-firmam-acordos-em-areas-como-politica-comercio-e-saude>

Número do Protocolo: 20191209.015.271592.076.0000002671-16

Cargo: MOTORISTA

Questão: 1

Recurso: Analisando com mais calma a questão eu percebi que a mesma não apresenta alternativa correta. Letra a: é o homem que faz a pintura e não o leão Letra b: não fala sobre força de ambos (apesar de que a pintura poderia ser a força do homem, mas não fica claro a questão pintura=força) Letra c: a fábula fala sobre sepultura, mas não é por se tratar de uma sepultura que estão em um cemitério. Letra d: pelo meu ver a mais perto de estar certa, demonstra de forma implícita no diálogo linhas 8 e 9 “pois é melhor medirmos nossas forças um contra o outro” implicitamente seria um combate físico, mas também não ficou claro essa idéia. Letra e: nas falas finais da fábula, é o leão falando “ele agora descobriu que eu era mais forte”, por ser uma fala do leão, quem está descobrindo que o leão é mais forte após a morte do homem seria o próprio homem e não o leão.

Resposta:

DEFERIDO.

Considero válido o questionamento do candidato, pois o fato haver uma sepultura não prova a existência de um cemitério. Considero **DEFERIDO** o pedido.

Número do Protocolo: 20191217.015.272427.076.0000002672-53

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR

Questão: 19

Recurso: No que tange a questão nº 19 do gabarito oficial para os candidatos da vaga de AGENTE AUXILIAR ADMINISTRATIVO, requer-se a anulação da mesma pois, no gabarito oficial consta como alternativa correta a opção (C). Entretanto, opção correta deve ser a (B) cujo cálculo matemático é $- 1 + 1 = 0$. Desta forma, fica claro e indiscutível o erro que traz o gabarito oficial.

Resposta:

INDEFERIDO. Pois a questão em tela possui uma alternativa correta, sendo assim ocorrerá a alteração do gabarito.

Número do Protocolo: 20191217.015.272427.076.0000002673-52

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR

Questão: 21

Recurso: No que tange a questão nº 21 do gabarito oficial para os candidatos da vaga de AGENTE AUXILIAR ADMINISTRATIVO, requer-se a anulação da mesma pois, no gabarito oficial consta como alternativa correta a opção (A). Entretanto, opção correta deve ser a (B) cuja quantidade de vereadores que compõem a câmara municipal de Sarandi é 11. Desta forma, fica claro e indiscutível o erro que traz o gabarito oficial. Requer-se a anulação da questão. Como consta no Artigo 29, inciso IV, alínea "b" Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos: IV - para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de: b) 11 (onze) Vereadores, nos Municípios de mais de 15.000 (quinze mil) habitantes e de até 30.000 (trinta mil) habitantes;

Resposta:

INDEFERIDO. Embora a alegação do candidato esteja correta, há uma inconsistência de informação, em virtude de que no site oficial da Câmara de Vereadores de Sarandi - RS, encontra-se a informação de que há naquela casa de leis, 13 parlamentares, sendo, 10 ativos e 3 inativos. Considerando que as informações disponibilizadas pelas Câmara são informações oficiais e considerando que a mesma está em conflito com a real situação junto ao Tribunal Regional Eleitoral, está banca determina a anulação da questão.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

Parlamentares

Selecione o Período

17º (2017 - 2020) (Atual)

Total de Parlamentares: 13

Parlamentar	Partido	Ativo?	Titular?
 Airton Ortiz	PP	Sim	Sim

Fontes: <https://www.cmsarandi.rs.gov.br/processo-legislativo/parlamentares.html>

Número do Protocolo: 20191221.015.273103.076.0000002674-75

Cargo: PROFESSOR HISTÓRIA

Questão: 35

Recurso: A alternativa correta para a questão de Nº 35 é a alternativa C, e não a alternativa B segundo o gabarito veiculado. Isso porque, na pergunta a Banca pede que aponte a característica que mais identifica a sociedade ateniense, cuja resposta preponderante, é a de que os atenienses valorizavam muito a democracia, as manifestações artísticas e a Filosofia.

Resposta:

DEFERIDO. Prospera a alegação da candidata, houve erro de indicação do gabarito, sendo a única alternativa correta a contida na letra "C".

Número do Protocolo: 20191211.015.271831.076.0000002675-12

Cargo: PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA

Questão: 39

Recurso: A questão 39 faz referência a Semana de Arte Moderna de 1922, a qual preconiza o rompimento do estilo literário anterior, dando início ao MODERNISMO no Brasil, equivocadamente a banca coloca como gabarito a alternativa E, sendo que o correto é a alternativa A. O início do MODERNISMO com a Semana de Arte moderna de 1922 é algo básico, é pacificamente aceito por todos os estudiosos da Literatura Brasileira, como é possível observar nos arquivos abaixo e em suas bibliografias. Por isso pede-se que seja modificado a alternativa da letra E para a alternativa correta A.

Resposta:

DEFERIDO. A alternativa correta é a letra A. Sendo assim ocorrerá a alteração de gabarito.

Número do Protocolo: 20191221.015.273103.076.0000002676-73

Cargo: PROFESSOR HISTÓRIA

Questão: 39

Recurso: A única mercadoria ou situação não produzida no Brasil, no contexto da República Velha, foi uma oligarquia coronelística ofuscada e secundária do poder político. Portanto, a alternativa correta é a alternativa C e não a alternativa D, conforme publicado no gabarito oficial.

Resposta:

DEFERIDO. Questão anulada por ser prospera a alegação do candidato.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

Número do Protocolo: 20191211.015.271831.076.0000002677-110

Cargo: PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA

Questão: 21

Recurso: A BNCC têm diversos marcos legais, entre eles LDB, CF/88, PNE e outros. É verdade que já na CF no seu Art. 210 reconhece a necessidade de que sejam "fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. Porém, é na LDB que fica claro como LEI que garante os conteúdos a ser inseridos na BNCC, como diz em seu Art 26 "os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos." Assim, fica claro em leitura básica que a Constituição Federal, embora seja o CONJUNTO de leis mais importantes do País, não especificou e não detalhou a garantia de conteúdos o coube a LDB. Por esse motivo pede-se que seja alterado a alternativa do gabarito para que seja validada a alternativa A e subsidiariamente seja anulada por se tratar de três alternativa A, B, C com os mesmos marcos legais da BNCC.

Resposta:

INDEFERIDO.

Tendo em vista que a BNCC está garantida na Constituição Federal de 1988, sendo assim é impossível conhecer e compreender a Base Nacional Comum Curricular se não houver o entendimento dos princípios constitucionais. Pois a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que visa guiar o currículo de todas as escolas públicas e privadas, tornando-se diretriz oficial para o ensino do Brasil. De acordo com o MEC (2019) o documento foi homologado em 2018. Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)¹, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências, a LDB orienta a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a ser ensinados. BRASIL. BNCC: educação é a base. Brasília: MEC, 2018.

A questão é clara em perguntar "Qual a lei que garanti os conteúdos da BNCC?"

A Única lei que garanti, ou seja, determina conteúdos mínimos para o ensino é a constituição federal através do seu artigo 210. As demais leis tratam do assunto regulamentam o que determina CF.

Número do Protocolo: 20191226.015.273528.076.0000002678-88

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 28

Recurso: A questão apresenta uma alternativa cuja resposta está com erro de ortografia e concordância. "pedagogia do Libertárias" não existe, assim deixa a questão duvidosa e sem condições de ser considerada.

Resposta:

INDEFERIDO. porém cabe ressaltar que:

A avaliação formativa é uma proposta de avaliar o processo de ensino-aprendizagem, considerando a realidade de professores e alunos, seus princípios estão assentados na perspectiva sociocultural. A principal função da avaliação formativa é não se transformar em uma pedagogia das competências, pois a avaliação formativa demanda que haja a articulação entre realidade e conhecimento teórico possibilitando assim a aprendizagem.

Sendo assim ocorrerá alteração de gabarito da letra A para a letra B.

Gomes. S. (2003). *Tessituras Docentes da Avaliação Formativa*. Dissertação de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação,

Universidade Federal de Minas Gerais, MG.

Jorba, J. & Sanmarti, N. (2003). A Função Pedagógica da Avaliação. *In Avaliação como Apoio à Aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed.

Luckesi. C. (2002). *Avaliação da Aprendizagem Escolar*. São Paulo: Cortez.

Número do Protocolo: 20191221.015.273103.076.0000002679-710

Cargo: PROFESSOR HISTÓRIA

Questão: 31

Recurso: De acordo com a pergunta elaborada pela Banca, e em se tratando da população Quilombola no Brasil, a alternativa correta, é igualmente a alternativa C. segundo os conhecimentos teórico-metodológicos e historiográficos,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

sabe-se, que os Quilombolas eram "redutos" específicos de pessoas da etnia africana ou afrodescendentes, que juntos lutavam contra os mandos e desmandos dos Senhores de Engenhos e Barões do Café. Sendo assim, a alternativa A, apontada no Gabarito como sendo a alternativa correta, está totalmente errada, incorrendo assim, num anacronismo histórico.

Resposta:

INDEFERIDO – Ao contrário do que alega a candidata, quanto ao anacronismo histórico, pois o Quilombo era mais do que uma simples comunidade, o quilombo era formado em locais de difícil acesso. Tal medida visava impedir a recaptura dos escravos fugidos geralmente, o quilombo também era organizado na proximidade de estradas para que os quilombolas pudessem assaltar os viajantes que por ali transitavam. Não se limitando ao abrigo de escravos africanos, os quilombos também serviam de morada para índios e criminosos que escapavam da justiça. FONTES:

<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiadobrasil/quilombos.htm>

<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/como-era-a-vida-no-quilombo-dos-palmares/>

<https://piib.socioambiental.org/pt/Not%C3%ADcias?id=38851>

Número do Protocolo: 20191210.015.271657.076.0000002680-76

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR

Questão: 21

Recurso: Alternativa respondida corretamente, porem o gabarito saiu como resposta alternativa A

Resposta:

INDEFERIDO. Embora a alegação do candidato esteja correta, há uma inconsistência de informação, em virtude de que no site oficial da Câmara de Vereadores de Sarandi - RS, encontra-se a informação de que há naquela casa de leis, 13 parlamentares, sendo, 10 ativos e 3 inativos. Considerando que as informações disponibilizadas pelas Câmara são informações oficiais e considerando que a mesma está em conflito com a real situação junto ao Tribunal Regional Eleitoral, está banca determina a anulação da questão.

Parlamentar	Partido	Ativo?	Titular?
 Ailton Ortiz	PP	Sim	Sim

Fontes: <https://www.cmsarandi.rs.gov.br/processo-legislativo/parlamentares.html>

Número do Protocolo: 20191211.015.271831.076.0000002681-13

Cargo: PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA

Questão: 28

Recurso: A avaliação formativa considera o que o aluno traz na bagagem, as situações problemas, dessa forma, essa avaliação crítica a avaliação tradicional que condiciona ao número de acertos ou de erros do aluno, porque ele não é somente isso criticando a avaliação Liberal. Assim, não se justifica a alternativa do gabarito preliminar ser a alternativa A. Por isso pede-se que seja corrigido o gabarito para que figure como alternativa correta a alternativa D. OBS: Em anexo segue fragmento de citações teóricas que embasam essa visão.

Resposta:

INDEFERIDO. Porém cabe ressaltar que:

A avaliação formativa é uma proposta de avaliar o processo de ensino-aprendizagem, considerando a realidade de professores e alunos, seus princípios estão assentados na perspectiva sociocultural. A principal função da avaliação



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

formativa é não se transformar em uma pedagogia das competências, pois a avaliação formativa demanda que haja a articulação entre realidade e conhecimento teórico possibilitando assim a aprendizagem.

Sendo assim ocorrerá alteração de gabarito da letra "A" para letra "B".

Gomes, S. (2003). *Tessituras Docentes da Avaliação Formativa*. Dissertação de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação,

Universidade Federal de Minas Gerais, MG.

Jorba, J. & Sanmarti, N. (2003). A Função Pedagógica da Avaliação. *In Avaliação como Apoio à Aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed.

Luckesi, C. (2002). *Avaliação da Aprendizagem Escolar*. São Paulo: Cortez.

Número do Protocolo: 20191217.015.272439.076.0000002682-81

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR

Questão: 19

Recurso: É evidente que $1 - 1$ é igual a 0. Da mesma forma que $- 1 + 1$ é igual a 0, e não igual a 2. Logo, a alternativa correta é a B.

Resposta:

DEFERIDO.

Em resposta ao recurso apresentado, informa-se que o gabarito enviado para divulgação esta com erro, sendo a resposta correta Alternativa B.

Sendo assim ocorrerá a alteração do gabarito.

Número do Protocolo: 20191217.015.272439.076.0000002683-810

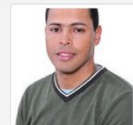
Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR

Questão: 21

Recurso: Consoante a Constituição Federal, em seu Art. 29 " IV - para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de: b) 11 (onze) Vereadores, nos Municípios de mais de 15.000 (quinze mil) habitantes e de até 30.000 (trinta mil) habitantes; ". Sendo assim, sabendo que Sarandi possui uma estimativa de 24.489 pessoas em 2019, conclui-se que a Câmara Municipal de Sarandi não pode ser composta por mais de 11 vereadores, visto que não possui mais de 30.000 (trinta mil) habitantes (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sarandi/panorama>). Ademais, o site da Câmara de Sarandi diz que há um total de 13 vereadores mas somente 11 estão ativos (<https://www.cmsarandi.rs.gov.br/processo-legislativo/parlamentares.html>).

Resposta:

INDEFERIDO. Embora a alegação do candidato esteja correta, há uma inconsistência de informação, em virtude de que no site oficial da Câmara de Vereadores de Sarandi - RS, encontra-se a informação de que há naquela casa de leis, 13 parlamentares, sendo, 10 ativos e 3 inativos. Considerando que as informações disponibilizadas pelas Câmara são informações oficiais e considerando que a mesma está em conflito com a real situação junto ao Tribunal Regional Eleitoral, está banca determina a anulação da questão.

Parlamentar	Partido	Ativo?	Titular?
 Airon Ortiz	PP	Sim	Sim



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

Fontes: <https://www.cmsarandi.rs.gov.br/processo-legislativo/parlamentares.html>

Número do Protocolo: 20191210.015.271759.076.0000002684-89

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR

Questão: 19

Recurso: PREZADO EXAMINADOR, ENTENDO QUE HÁ UM EQUIVOCO NA QUESTÃO 19. A ALTERNATIVA B ONDE RELATA QUE $1 - 1 = 0$ ESTÁ CORRETA. SENDO PORTANTO A ALTERNATIVA CORRETA.

Resposta:

DEFERIDO.

Em resposta ao recurso apresentado, informa-se que o gabarito enviado para divulgação esta com erro, sendo a resposta correta Alternativa B.

Sendo assim ocorrerá alteração de gabarito.

Número do Protocolo: 20191217.015.272439.076.0000002685-88

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR

Questão: 28

Recurso: O enunciado da questão é demasiado amplo, enquadrando mais de uma alternativa como correta. Tanto a alternativa A (bullying) quanto a alternativa C (maus-tratos) se caracterizam como condutas violentas, contra uma pessoa indefesa, que causam danos físicos e psicológicos e são intencionais. O único elemento discutível é o de repetitividade (atos repetidos), mas que encontra subsídio no seguinte fragmento de texto, produzido pelo Instituto de Psicologia da UFRGS: "[...] abuso é um termo usado para definir uma forma de maus-tratos de crianças e adolescentes, que apresenta tanto violência física como psicológica, geralmente *repetitivo* e intencional. (grifo meu)". Logo, a questão deve ser anulada.

Resposta:

INDEFERIDO. O preâmbulo da questão é claro e objetivo sobre o bullying, pois no próprio fragmento utilizado pelo candidato a definição é para abuso e não para maus tratos e entre as alternativas não se encontrava o "abuso" sendo assim indefiro o presente recurso.

Número do Protocolo: 20191217.015.272439.076.0000002686-87

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR

Questão: 30

Recurso: O enunciado afirma que o Brasil fez um acordo comercial com a China em novembro de 2019. No entanto o acordo comercial Brasil x China foi feito em outubro de 2019, conforme diversos veículos de informação online aqui listados: https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/245574-brasil-e-china-assinam-novos-acordos-comerciais-contemplando-o-agronegocio.html#.XI_3N3JKIM8 ; <https://veja.abril.com.br/mundo/bolsonaro-e-xi-jinping-assinam-oito-atos-entre-brasil-e-china/> ; <https://www.infomoney.com.br/economia/bolsonaro-e-xi-jinping-assinam-acordos-entre-brasil-e-china/> ; entre outros. Ademais, o perfil oficial no twitter do presidente Jair Messias Bolsonaro fez uma publicação onde um vídeo fala sobre a importância, sobretudo comercial, da visita à China em outubro. (<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1187702188962992129>). A questão deve ser anulada, pois induz o participante a erro no momento em que afirma que o acordo ocorreu em novembro.

Resposta:

INDEFERIDO.

Em 13-11-2019 o senhor presidente Jair Messias Bolsonaro assina acordo com o presidente chinês, Xi Jinping,

Brasil e China firmam acordos em áreas como política, comércio e saúde

Bolsonaro se reuniu hoje com presidente Xi Jinping em Brasília

Publicado em 13/11/2019 - 14:39 Por Andreia Verdélio – Repórter da Agência Brasil - Brasília

Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-11/brasil-e-china-firmam-acordos-em-areas-como-politica-comercio-e-saude>

Número do Protocolo: 20191213.015.272119.076.0000002687-93

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

Questão: 18

Recurso: Na questão nº 18 a resposta correta segundo o gabarito seria a letra (c) $+1-1 = 2$, no entanto está errado, tendo em vista que é solicitado que marque a alternativa correta sendo que a alternativa (b), pois lá está disposto que $1-1 = 0$, o que por obviou é a resposta correta sendo está alternativa correta

Resposta:

INDEFERIDO.

A apresenta argumentação do recurso não condiz com a questão selecionada.

Número do Protocolo: 20191213.015.272076.076.0000002688-54

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 28

Recurso: Na questão 28, o enunciado é "A avaliação escolar está intrínseca às contradições existentes no sistema educacional, articulada ao processo formativo, de reconhecimento e negação das desigualdades. Para que ocorra o rompimento entre o processo avaliativo formativo e o processo lógico seletivo, é necessário que a avaliação formativa não se transforme em:", no gabarito preliminar a opção correta é a letra "a": trabalho em situações-problema. Porém, o trabalho com situações problema conduz o aluno para o desenvolvimento das competências que ainda não tem. Dornelas, Silva, César, Oliveira-Barreto e Guedes-Granzotti (2016) afirmam que, na avaliação formativa, "o aluno deixa o papel de receptor passivo e assume o de agente principal responsável pela sua aprendizagem, docentes e discentes envolvem-se de forma diferente com o saber. Possibilita que o tutor redirecione responsabilidades e ofereça espaço para o desenvolvimento da autonomia do aluno, tornando-o capaz de gerenciar a sua formação." (p. 247). Além disso, ainda pode-se afirmar que, "As reflexões e discussões sobre as situações-problema (SPs), a que são expostos os discentes, são desencadeadoras da busca de fatores explicativos e a suposição de soluções para o problema. Desta forma, problematizar significa ser capaz de responder ao conflito intrínseco que um problema traz." (idem, p. 246). Ainda, Camargo e Mendes (2013) afirmam que "De acordo com Villas Boas (2011) o professor tem o 'objetivo de orientá-los para a realização do seu trabalho. Ajudando-os a localizar dificuldades e a progredir na aprendizagem' (idem, p. 16), assim como a avaliação que desenvolve tem a 'finalidade de fornecer informações que permitam a reorganização do trabalho pedagógico em atendimento às diferenças individuais observadas' (idem, p. 17). Portanto, a alternativa "a", apontada pelo gabarito, está incorreta, pois as explicações dadas nas fundamentações acima citadas nos remete a uma explicação de que o trabalho por situações-problema pode ser usado como instrumento para uma avaliação formativa. Além disso, o material citado também destaca a importância de que as diferenças individuais sejam respeitadas, para que a educação formativa não se transforme em um domínio de avanços coletivos, pois não se pode avaliar uma turma coletivamente, e sim individualmente, pois cada criança tem o seu ritmo. Dessa forma, peço a revisão desta questão. CAMARGO, C. C. O.; MENDES, O. M. A avaliação formativa como uma política incluída para a educação escolar. *Revista Educação e Políticas em Debate*, v. 2, n. 2, 372-390, 2013. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/24825/13797> DORNELAS, R.; SILVA, K.; CÉSAR, C. P. H. A. R.; OLIVEIRA-BARRETO, A. C.; GUEDES-GRANZOTTI, R. B. Da situação-problema por tutores e discentes em um curso de graduação vivenciado em metodologias ativas. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 11, n. 1, p. 245-257, 2016. Disponível em <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/7613/5711>

Resposta:

INDEFERIDO. Porém cabe ressaltar que:

A avaliação formativa é uma proposta de avaliar o processo de ensino-aprendizagem, considerando a realidade de professores e alunos, seus princípios estão assentados na perspectiva sociocultural. A principal função da avaliação formativa é não se transformar em uma pedagogia das competências, pois a avaliação formativa demanda que haja a articulação entre realidade e conhecimento teórico possibilitando assim a aprendizagem.

Sendo assim ocorrerá alteração de gabarito da letra "A" para letra "B".

Gomes. S. (2003). *Tessituras Docentes da Avaliação Formativa*. Dissertação de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação,

Universidade Federal de Minas Gerais, MG.

Jorba, J. & Sanmarti, N. (2003). A Função Pedagógica da Avaliação. *In Avaliação como Apoio à Aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed.

Luckesi. C. (2002). *Avaliação da Aprendizagem Escolar*. São Paulo: Cortez.

Número do Protocolo: 20191213.015.272076.076.0000002689-53

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 30



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

Recurso: Na questão número 30: "Desde a mais tenra idade a criança é inserida no mundo da cultura escrita, e a partir desse momento tende a decifrar os signos que a representam utilizando para comunicar-se. Assim, o princípio que rege o ensino da escrita é:" No gabarito, a opção correta é a letra "e" (agir e interagir com a escrita), porém a letra "b" (apropriar-se primeiramente da oralidade para desenvolver a escrita) também pode ser considerada correta. De acordo com Teixeira, "A professora acredita na contribuição da leitura para a alfabetização e o letramento, pois, segundo ela, quando se incentiva a criança a ler, na contação, por exemplo, ela já quer recontar a história, quer escrever mesmo sendo pré-silábica. (...) Trabalha para que as crianças alcancem de forma significativa os outros níveis da compreensão leitora, que consistem na compreensão do material utilizado no meio social e finalmente escrever, saber como se representa a fala no papel.". Outra hipótese que nos mostra que para desenvolver a escrita é preciso primeiramente apropriar-se da oralidade, é as hipóteses de Emilia Ferreiro e Ana Teberosky, quando afirmam, por exemplo, que "A fase silábico-alfabética caracteriza-se pelas hipóteses muito próximas da escrita alfabética. Aqui as crianças já conseguem fazer uma relação entre grafemas e fonemas na maioria das palavras que escrevem.", sendo assim, se a criança faz relação entre grafemas e fonemas é porque já se apropriou da oralidade para compreender e reproduzir tais fonemas. Vale também mencionar que, de acordo com Marcuschi, "Seria um excelente início se a escola desse mais atenção para a língua falada como ponto de partida e tomasse a escrita como o ponto de chegada. O autor também menciona que "quando o aluno chega à escola, seja ele uma criança de 6 ou 7 anos, ou um adolescente de 14-15 anos ou um adulto, já sabe sua língua e a usa com proficiência. (...) Quase nunca aprendemos matemática ou história em casa quando pequenos, mas sempre aprendemos, desde a mais tenra idade, a língua que falamos. Portanto, é de se indagar o que é que resta a um professor de Português ensinar ao aluno que já sabe muito bem falar sua língua. Certamente, resta-lhe ensinar a escrita e com isto, propiciar novas formas de desempenho lingüístico.". Dessa forma, fica provado que, a alternativa "b" (apropriar-se primeiramente da oralidade para desenvolver a escrita) está correta, bem como a "e" (agir e interagir com a língua escrita). TEIXEIRA, F. S.; AMARO, M.; VIANA, V. Alfabetização e linguagem: refletindo sobre oralidade, leitura e escrita. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/LinguaPortuguesa/artigos/oralidade_leitura_escrita.pdf MARCUSCHI, Luiz Antônio. Nove teses para uma reflexão sobre a valorização da fala no ensino da língua: a propósito dos Parâmetros Curriculares no ensino da língua portuguesa de 1º a 4º série de grau menor. Revista da ANPOLL, nº 4, p. 137-156, jan./jun. 1998. Disponível em: <http://www.ufjf.br/projetodeoralidade/files/2018/06/OLE-Nove-teses-para-incluir-a-fala-no-ensino-MARCUSCHILuis-Antonio.pdf>

Resposta:

INDEFERIDO, pois o princípio que rege o ensino da escrita centra-se na ação e interação com a linguagem escrita nas práticas sociais. Como o sistema de escrita alfabética é um processo de apropriação, sendo necessário concebê-lo como um sistema notacional e não como um código.

BRASIL, Secretaria de Educação Básica. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A Aprendizagem do Sistema de Escrita Alfabética. Ano 1: unidade 3. Brasília: MEC, SEB, 2012.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. Psicogênese da Língua Escrita. Porto Alegre: Artmed, 1986.

MORAIS, A. Sistema de Escrita Alfabética. São Paulo: Melhoramentos, 2012

Número do Protocolo: 20191213.015.272076.076.0000002690-59

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 39

Recurso: Na questão número 30: "Desde a mais tenra idade a criança é inserida no mundo da cultura escrita, e a partir desse momento tende a decifrar os signos que a representam utilizando para comunicar-se. Assim, o princípio que rege o ensino da escrita é:" No gabarito, a opção correta é a letra "e" (agir e interagir com a escrita), porém a letra "b" (apropriar-se primeiramente da oralidade para desenvolver a escrita) também pode ser considerada correta. De acordo com Teixeira, "A professora acredita na contribuição da leitura para a alfabetização e o letramento, pois, segundo ela, quando se incentiva a criança a ler, na contação, por exemplo, ela já quer recontar a história, quer escrever mesmo sendo pré-silábica. (...) Trabalha para que as crianças alcancem de forma significativa os outros níveis da compreensão leitora, que consistem na compreensão do material utilizado no meio social e finalmente escrever, saber como se representa a fala no papel.". Outra hipótese que nos mostra que para desenvolver a escrita é preciso primeiramente apropriar-se da oralidade, é as hipóteses de Emilia Ferreiro e Ana Teberosky, quando afirmam, por exemplo, que "A fase silábico-alfabética caracteriza-se pelas hipóteses muito próximas da escrita alfabética. Aqui as crianças já conseguem fazer uma relação entre grafemas e fonemas na maioria das palavras que escrevem.", sendo assim, se a criança faz relação entre grafemas e fonemas é porque já se apropriou da oralidade para compreender e



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

reproduzir tais fonemas. Vale também mencionar que, de acordo com Marcuschi, "Seria um excelente início se a escola desse mais atenção para a língua falada como ponto de partida e tomasse a escrita como o ponto de chegada. O autor também menciona que "quando o aluno chega à escola, seja ele uma criança de 6 ou 7 anos, ou um adolescente de 14-15 anos ou um adulto, já sabe sua língua e a usa com proficiência. (...) Quase nunca aprendemos matemática ou história em casa quando pequenos, mas sempre aprendemos, desde a mais tenra idade, a língua que falamos. Portanto, é de se indagar o que é que resta a um professor de Português ensinar ao aluno que já sabe muito bem falar sua língua. Certamente, resta-lhe ensinar a escrita e com isto, propiciar novas formas de desempenho lingüístico.". Dessa forma, fica provado que, a alternativa "b" (apropriar-se primeiramente da oralidade para desenvolver a escrita) está correta, bem como a "e" (agir e interagir com a língua escrita). TEIXEIRA, F. S.; AMARO, M.; VIANA, V. Alfabetização e linguagem: refletindo sobre oralidade, leitura e escrita. Disponível em: http://www.educadores-diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/LinguaPortuguesa/artigos/oralidade_leitura_escrita.pdf MARCUSCHI, Luiz Antônio. Nove teses para uma reflexão sobre a valorização da fala no ensino da língua: a propósito dos Parâmetros Curriculares no ensino da língua portuguesa de 1º a 4º série de grau menor. Revista da ANPOLL, nº 4, p. 137-156, jan./jun. 1998. Disponível em: <http://www.ufjf.br/projetodeoralidade/files/2018/06/OLE-Nove-teses-para-incluir-a-fala-no-ensino-MARCUSCHILuiz-Antonio.pdf>

Resposta:

INDEFERIDO. A questão informada na argumentação não condiz com a questão selecionada.

Número do Protocolo: 20191220.015.272985.076.0000002691-102

Cargo: PROFESSOR CIÊNCIAS

Questão: 35

Recurso: As três camadas da terra são crosta, manto e núcleo, ondas sísmicas são fenômenos decorrentes do movimento das placas tectônicas

Resposta:

INDEFERIDO. Houve um erro de interpretação por parte da candidata. A questão está correta pois segundo Gewandsznajder e Helena Pacca, Coleção Telaris página 11. A estrutura da Terra é composta por três camadas diferentes, Crosta, manto e núcleo. Resposta D

Número do Protocolo: 20191220.015.272985.076.0000002692-109

Cargo: PROFESSOR CIÊNCIAS

Questão: 37

Recurso: Hematose é o nome dado às trocas gasosas que ocorrem nos alvéolos pulmonares, inspiração expiração são os movimentos realizados na respiração

Resposta:

INDEFERIDO. Houve um erro de interpretação por parte da candidata. A questão está correta pois segundo Gewandsznajder e Sérgio Linhares Biologia Hoje Volume 2. Os Seres Vivos página 252, Os alvéolos pulmonares são formados por uma camada fina de células achatadas envolvidas por uma rede de capilares, onde ocorre a hematose, trocas gasosas. Resposta C.

Número do Protocolo: 20191217.015.272532.076.0000002693-63

Cargo: PROCURADOR GERAL

Questão: 13

Recurso: Recurso da Questão nº 13 da Prova da Prefeitura Municipal de Sarandi-RS, para o cargo de Procurador Geral. Questão 13: Compete ao município de Sarandi/RS concorrentemente ou supletivamente à União e ao Estado: Analise os itens abaixo: I- Legislar sobre assuntos de interesse local; II- Suplementar a legislação federal e estadual no que couber; III- Elaborar e executar o Plano Diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana; IV- Manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental. Assinale a alternativa CORRETA: a) Somente o item I está correto; b) Somente os itens I e II estão corretos; c) Somente os itens I, II e III estão corretos; d) Somente o item IV está correto; e) Todos os itens estão corretos. GABARITO PRELIMINAR: E Razões do Recurso: O assunto da questão nº 13, está disposto no artigo 7º da Lei Orgânica do Município de Sarandi/RS. Ocorre que, conforme o referido artigo, não estão expressas essas competências, de forma concorrente e supletiva ao Município, Estado e União, vejamos: Lei Orgânica do Município de Sarandi/RS- Art. 7º-Compete ao Município concorrentemente ou supletivamente à União e ao Estado: I – zelar pela guarda da Constituição, das Leis e das Instituições democráticas e conservar o patrimônio público; II – cuidar da saúde e assistência pública; da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiências; III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico – artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

notáveis e os sítios arqueológicos; IV – impedir a evasão, a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural; V – proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência; VI – proteger o meio-ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, bem como evitar a caça e pesca predatória; VII – fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar; VIII – promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico; IX – combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos; X – registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território; XI – estabelecer e implantar política de educação para segurança de trânsito; Dessa forma, os itens I, II, III e IV, da questão nº 13, não estão elencados no rol do artigo 7º da Lei Orgânica do Município de Sarandi/RS, que dispõe sobre o assunto de competência concorrente e supletiva ao Município, Estado e União. Assim, todos os itens (I, II, III e IV) estão INCORRETOS, mas não há essa alternativa entre as respostas da questão. Portanto, diante dessas razões, requer a ANULAÇÃO DA QUESTÃO Nº 13, DA PROVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI-RS, PARA O CARGO DE PROCURADOR GERAL.

Resposta:

DEFERIDO. A referida questão será anulada.

Número do Protocolo: 20191220.015.272929.076.0000002694-48

Cargo: PROFESSOR HISTÓRIA

Questão: 35

Recurso: A alternativa correta é a letra C pois em Atenas as mulheres, crianças e escravos não eram considerados cidadãos e não possuíam direito de participar da democracia.

Resposta:

DEFERIDO. Prospera a legação da candidata, houve erro de indicação do gabarito, sendo a única alternativa correta a contida na letra "C".

Número do Protocolo: 20191220.015.272985.076.0000002695-1010

Cargo: PROFESSOR CIÊNCIAS

Questão: 34

Recurso: A alternativa correta que responde a pergunta seria a alternativa A, sendo assim não condiz com a que está sendo listada como correta no gabarito

Resposta:

INDEFERIDO. A questão segue correta, conforme o próprio recurso da candidata. Resposta A

Número do Protocolo: 20191220.015.272985.076.0000002696-107

Cargo: PROFESSOR CIÊNCIAS

Questão: 36

Recurso: A alternativa correta que responde a pergunta é a alternativa E, sendo assim não condiz com a que está sendo listada como correta no gabarito preliminar.

Resposta:

INDEFERIDO. A questão segue correta, conforme próprio recurso da candidata. Resposta E

Número do Protocolo: 20191220.015.272929.076.0000002697-45

Cargo: PROFESSOR HISTÓRIA

Questão: 21

Recurso: Segundo a Base Nacional Comum Curricular em anexo o que garante os conteúdos da mesma é a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional número 9394/1996

Resposta:

INDEFERIDO.

Tendo em vista que a BNCC está garantida na Constituição Federal de 1988, sendo assim é impossível conhecer e compreender a Base Nacional Comum Curricular se não houver o entendimento dos princípios constitucionais. Pois a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que visa guiar o currículo de todas as escolas públicas e privadas, tornando-se diretriz oficial para o ensino do Brasil. De acordo com o MEC (2019) o documento foi homologado em 2018. Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)1, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências, a LDB orienta



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a ser ensinados. BRASIL. BNCC: educação é a base. Brasília: MEC, 2018.

A questão é clara em perguntar "Qual a lei que garanti os conteúdos da BNCC?"

A Única lei que garanti, ou seja, determina conteúdos mínimos para o ensino é a constituição federal através do seu artigo 210. As demais leis tratam do assunto regulamentam o que determina CF.

Número do Protocolo: 20191220.015.272985.076.0000002698-101

Cargo: PROFESSOR CIÊNCIAS

Questão: 38

Recurso: A glândula responsável pelas mudanças no corpo na adolescência é a Hipófise, também conhecida como glândula pituitária, e essa glândula é classificada como glândula endócrinas

Resposta:

INDEFERIDO. Houve um erro de interpretação por parte da candidata. A questão está correta pois segundo Gewandsznajder e Sérgio Linhares Biologia Hoje página 190 e José Mariano Amabis, Gilberto Martho Fundamentos da Biologia Moderna página 520. As glândulas endócrinas secretam substâncias químicas que são lançadas diretamente na corrente sanguínea. Resposta E

Número do Protocolo: 20191220.015.272929.076.0000002699-43

Cargo: PROFESSOR HISTÓRIA

Questão: 21

Recurso: Segundo a Base Nacional Comum Curricular em anexo a lei que garante os conteúdos da mesma é a LDB de 9394/1996

Resposta:

INDEFERIDO.

Tendo em vista que a BNCC está garantida na Constituição Federal de 1988, sendo assim é impossível conhecer e compreender a Base Nacional Comum Curricular se não houver o entendimento dos princípios constitucionais. Pois a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que visa guiar o currículo de todas as escolas públicas e privadas, tornando-se diretriz oficial para o ensino do Brasil. De acordo com o MEC (2019) o documento foi homologado em 2018. Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)1, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências, a LDB orienta a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a ser ensinados. BRASIL. BNCC: educação é a base. Brasília: MEC, 2018.

A questão é clara em perguntar "Qual a lei que garanti os conteúdos da BNCC?"

A Única lei que garanti, ou seja, determina conteúdos mínimos para o ensino é a constituição federal através do seu artigo 210. As demais leis tratam do assunto regulamentam o que determina CF.

Número do Protocolo: 20191220.015.272985.076.0000002700-101

Cargo: PROFESSOR CIÊNCIAS

Questão: 39

Recurso: A associação entre esses organismos da origem aos líquens, pois são uma associação simbiótica

Resposta:

INDEFERIDO. Houve um erro de interpretação por parte da candidata. A questão está correta pois segundo Gewandsznajder e Sérgio Linhares Biologia Hoje página 232. A associação entre certos fungos e algas clorofíceas ou cianobactérias formam um novo tipo de organismo, que são os líquens, resposta C.

Número do Protocolo: 20191227.015.273654.076.0000002701-47

Cargo: PROFESSOR HISTÓRIA

Questão: 35

Recurso: Em Atenas cidadãos eram os homens, acima de 21 anos, filhos de pai e mãe ateniense, nascidos em Atenas. Portanto a resposta que o gabarito trás não está correta.

Resposta:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

DEFERIDO. Prospera a legação da candidata, houve erro de indicação do gabarito, sendo a única alternativa correta a contida na letra "C", devendo ocorrer a alteração do gabarito para alternativa "C".

Número do Protocolo: 20191220.015.272985.076.0000002702-105

Cargo: PROFESSOR CIÊNCIAS

Questão: 40

Recurso: O encéfalo é formado por quatro partes: tronco encefálico, cerebelo, diencefalo e cérebro, sendo assim a alternativa correta seria a B, não a que está sendo listada no gabarito preliminar (C), pois os dentritos fazem parte dos neurônios, que são células do cérebro

Resposta:

INDEFERIDO. A questão segue correta, conforme o próprio recurso da candidata. Resposta B

Número do Protocolo: 20191227.015.273654.076.0000002703-45

Cargo: PROFESSOR HISTÓRIA

Questão: 39

Recurso: O enunciado da questão está com erros de concordância, repetitiva. O começo da questão não está de acordo com o que ela pergunta.

Resposta:

DEFERIDO. Questão anulada por ser prospera a alegação do candidato.

Número do Protocolo: 20191223.015.273240.076.0000002704-99

Cargo: ENFERMEIRO

Questão: 2

Recurso: O título do texto encontra-se entre aspas simples e não dupla para apresentar uma citação proferida pelo presidente.

Resposta:

INDEFERIDO. O trecho mencionado utiliza aspas duplas “ “

Número do Protocolo: 20191227.015.273654.076.0000002705-43

Cargo: PROFESSOR HISTÓRIA

Questão: 26

Recurso: Não cita nenhum autor, a questão está muito vaga.

Resposta:

INDEFERIDO, o enunciado da questão apresenta conceitos que são próprios da teoria histórico-cultural, logo ao solicitar a diferença entre os processos psicológicos elementares e os processos superiores já está intrínseco a perspectiva de Vygotsky, as alternativas apresentam elementos que permitem assinalar a alternativa correta. Pois, as bases teóricas que envolvem o desenvolvimento humano e a educação está assentada na perspectiva de Lev Vygotsky. O psicólogo bielorusso chama a atenção para o processo de desenvolvimento, pois segundo o teórico o homem atua sobre o mundo em que está inserido, agindo assim nas relações sociais. Logo, os processos elementares psicológicos são controlados pelo meio e os processos elementares superiores obedecem a autorregulação.

SILVA, Daniela Regina da. Psicologia da Educação e Aprendizagem. Associação Educacional Leonardo da Vinci (ASSELVI). – Indaial: Ed. ASSELVI, 2006.

VYGOTSKY, L.S. A Construção do Pensamento e da Linguagem. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.

_____, Lev S. Aprendizado e desenvolvimento Um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1998.

Número do Protocolo: 20191220.015.272929.076.0000002706-42

Cargo: PROFESSOR HISTÓRIA

Questão: 26

Recurso: A pergunta não estava clara e não citava o autor a qual se referia impossibilitando a conclusão de uma resposta certa. O autor a qual se referia a teoria era Silva(2007).

Resposta:

INDEFERIDO, o enunciado da questão apresenta conceitos que são próprios da teoria histórico-cultural, logo ao solicitar a diferença entre os processos psicológicos elementares e os processos superiores já está intrínseco a perspectiva de Vygotsky, as alternativas apresentam elementos que permitem assinalar a alternativa correta. Pois, as bases teóricas que envolvem o desenvolvimento humano e a educação está assentada na perspectiva de Lev Vygotsky. O psicólogo bielorusso chama a atenção para o processo de desenvolvimento, pois segundo o teórico o homem atua



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

sobre o mundo em que está inserido, agindo assim nas relações sociais. Logo, os processos elementares psicológicos são controlados pelo meio e os processos elementares superiores obedecem a autorregulação.

SILVA, Daniela Regina da. Psicologia da Educação e Aprendizagem. Associação Educacional Leonardo da Vinci (ASSELVI). – Indaial: Ed. ASSELVI, 2006.

VYGOTSKY, L.S. A Construção do Pensamento e da Linguagem. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.

_____, Lev S. Aprendizado e desenvolvimento Um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1998.

Número do Protocolo: 20191223.015.273240.076.0000002707-96

Cargo: ENFERMEIRO

Questão: 24

Recurso: Porque a sigla Brics em sua sequência de letra significa: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Diferente da resposta do gabarito.

Resposta:

INDEFERIDO. Pois o preambulo da questão solicita quais os países que compõem o BRICS e não a ordem sequencial

Número do Protocolo: 20191210.015.271665.076.0000002708-26

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 9

Recurso: Questão 9: 2 pontos Prezado examinador, entendo que na questão nove (9) há um equívoco na elaboração, visto que o objetivo era marcar a alternativa que apontava erro de regência/ concordância, porém na alternativa "A" o termo ESTADOS – UNIDOS , unidos está com a inicial minúscula , e como trata-se de um nome próprio composto deve ser escrito com letra inicial maiúscula em ambos os termos (acordo ortográfico). Logo possuímos duas alternativas com erro de regência/ concordância. Peço a anulação da questão.

Resposta:

DEFERIDO. A questão será anulada.

Número do Protocolo: 20191210.015.271665.076.0000002709-25

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 21

Recurso: Questão 21: 2 pontos Prezado examinador, entendo que há um equívoco na elaboração da questão número vinte e um (21). A LDB (Lei de Diretrizes e Bases) é a lei mais importante do Brasil no que se refere à educação. Como afirma Benigno Núñez Novo, Doutor em direito internacional pela Universidad Autónoma de Asunción, mestre em ciências da educação pela Universidad Autónoma de Asunción, especialista em educação: área de concentração: ensino pela Faculdade Piauiense e bacharel em direito pela Universidade Estadual da Paraíba: "A LDB é a mais importante lei brasileira que se refere à educação. Esta lei foi aprovada em dezembro de 1996 com o número 9394/96, foi criada para garantir o direito a toda população de ter acesso à educação gratuita e de qualidade, para valorizar os profissionais da educação, estabelecer o dever da União, do Estado e dos Municípios com a educação pública. Um marco na regulamentação do ensino no país, trouxe importantes inovações e permitiu colher avanços significativos." Porém a questão, QUAL A LEI QUE GARANTE OS CONTEÚDOS DA BNCC? Logo vimos que a palavra "garante" está equivocada perante a BNCC. Gostaria de solicitar a anulação da questão.

Resposta:

INDEFERIDO.

Tendo em vista que a BNCC está garantida na Constituição Federal de 1988, sendo assim é impossível conhecer e compreender a Base Nacional Comum Curricular se não houver o entendimento dos princípios constitucionais. Pois a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que visa guiar o currículo de todas as escolas públicas e privadas, tornando-se diretriz oficial para o ensino do Brasil. De acordo com o MEC (2019) o documento foi homologado em 2018. Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) 1 , e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências, a LDB orienta a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a ser ensinados. BRASIL. BNCC: educação é a base. Brasília: MEC, 2018.

A questão é clara em perguntar "Qual a lei que garanti os conteúdos da BNCC?"

A Única lei que garanti, ou seja, determina conteúdos mínimos para o ensino é a constituição federal através do seu artigo 210. As demais leis tratam do assunto regulamentam o que determina CF.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

Número do Protocolo: 20191215.015.272206.076.0000002710-69

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR

Questão: 19

Recurso: A pergunta é: 19- Analise e assinale a alternativa correta: a) $235 + 126 + 12 = 333$ errada (correto seria se fosse 373) b) $1-1=0$ correta. Item marcado pelo candidato. c) $-1+1=2$ errada (correto seria 0) d) $0-2=4$ errada (correto seria -2) e) $6.6= 48$ errada (correto seria 36) Solicito alteração de gabarito para letra B como correta.

Resposta:

DEFERIDO.

Em resposta ao recurso apresentado, informa-se que o gabarito enviado para divulgação está com erro, sendo a resposta correta Alternativa B.

Sendo assim ocorrerá a alteração de gabarito.

Número do Protocolo: 20191227.015.273654.076.0000002711-44

Cargo: PROFESSOR HISTÓRIA

Questão: 28

Recurso: A questão não trás um autor como referência.

Resposta:

INDEFERIDO, o certame segue os temas propostos no conteúdo programático explícito em Edital, logo não há bibliografia ou indicação de autores para o estudo, desobrigando a banca a mencionar autores nas questões avaliativas

Número do Protocolo: 20191210.015.271665.076.0000002712-29

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 28

Recurso: Questão 28 – 2 pontos Prezado examinador, na questão vinte e oito (28) existe uma ambiguidade de respostas. Partindo do pressuposto teórico que a avaliação formativa, é uma proposta avaliativa, que inclui a avaliação, no processo ensino-aprendizagem como afirma Perrenoud (1999, p.76) a avaliação formativa é uma proposta avaliativa, que inclui a avaliação, no processo ensino-aprendizagem. Ela se materializa nos contextos vividos pelos professores e alunos e possui como função, a regulação das aprendizagens. É necessário que ela trabalhe com procedimentos que estimulem a participação dos autores do processo. Ela baseia-se em princípios, que decorrem do cognitivismo, do construtivismo, do interacionismo, das teorias socioculturais e das sócio cognitivas. Ela trabalha sob a ótica das aprendizagens significativas. Dentro dessa modalidade de avaliação um de seus objetivos é buscar informações para a solução de problemas e dificuldades surgidas durante o trabalho com o aluno, ou seja, o trabalho por situações problemas (alternativa A), outro objetivo da avaliação formativa é a de regular e melhorar as aprendizagens dos alunos; é a de conseguir com que os alunos desenvolvam as suas competências de domínio cognitivo e metacognitivo. Gostaria de solicitar a anulação da questão.

Resposta:

INDEFERIDO. Porém cabe ressaltar que:

A avaliação formativa é uma proposta de avaliar o processo de ensino-aprendizagem, considerando a realidade de professores e alunos, seus princípios estão assentados na perspectiva sociocultural. A principal função da avaliação formativa é não se transformar em uma pedagogia das competências, pois a avaliação formativa demanda que haja a articulação entre realidade e conhecimento teórico possibilitando assim a aprendizagem.

Sendo assim ocorrerá alteração de gabarito da letra A para a Letra B.

Gomes. S. (2003). *Tessituras Docentes da Avaliação Formativa*. Dissertação de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação,

Universidade Federal de Minas Gerais, MG.

Jorba, J. & Sanmarti, N. (2003). A Função Pedagógica da Avaliação. *In Avaliação como Apoio à Aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed.

Luckesi. C. (2002). *Avaliação da Aprendizagem Escolar*. São Paulo: Cortez.

Número do Protocolo: 20191220.015.272929.076.0000002713-42

Cargo: PROFESSOR HISTÓRIA

Questão: 28

Recurso: Questão sem clareza nao cita autor da referida teoria. Pergunta sem nexos.

Resposta:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

INDEFERIDO, o certame segue os temas propostos no conteúdo programático explícito em Edital, logo não há bibliografia ou indicação de autores para o estudo, desobrigando a banca a mencionar autores nas questões avaliativas.

Número do Protocolo: 20191215.015.272206.076.0000002714-65

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR

Questão: 34

Recurso: A questão aponta como assertiva incorreta a letra A, porém as informações constantes nela não estão INCORRETAS. De fato a Lei sobre licitações se aplica à União e Distrito Federal, não há nada de errado nesta informação. Ocorre que falta dizer que também engloba os municípios, portanto, afirmação INCOMPLETA, mas não INCORRETA. Seria incorreta se constasse no texto, APENAS União e Distrito Federal, assim, não haveria dúvidas de que a informação está de fato errada. Não podemos cobrar de candidatos cópias de parte de frases de uma lei e dizer que tal informação está incorreta, é preciso trabalhar melhor as indagações para levar o candidato a conclusões inequívocas. Portanto, considerando que a questão 34 não possui resposta, solicito que seja anulada.

Resposta:

INDEFERIDO. Justamente pela alternativa estar incompleta, ela encontra-se incorreta, pois o art. 1º da Lei em comento, estabelece que a Lei abrange todos os poderes. Ao contrário do que alega o candidato, a alternativa limitou a abrangência da Lei quando utilizou a preposição "dos", para os âmbitos dos Poderes da União e do Distrito Federal, e como o próprio candidato alega, a Lei abrange os demais poderes.

Número do Protocolo: 20191210.015.271665.076.0000002715-26

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 36

Recurso: Questão 36 – 4 pontos Prezado examinador entendo que há um equívoco na elaboração da questão número trinta e seis (36). Onde se refere aos períodos de desenvolvimento da criança desenvolvido por Montessori. Segundo o site <https://medium.com/@vidaforreal/quatro-planos-de-desenvolvimento-maria-montessori-b6b96e80d174> Temos que os quatro planos de desenvolvimento vão desde o nascimento até a maturidade (0 a 24 anos), iniciando dos 0 a 6 anos chamado "The Infancy", quando há muita energia e transformação acontecendo, seguido de um período calmo e complementar, que é chamado "The childhood" dos 6 aos 12 anos, a "adolescência" que é cheia de transformações e turbulências, de 12 a 18, e o último período de 18 a 24 anos, que é chamado de "A Maturidade" que é quando a criança se torna Adulto. Logo possuímos mais de uma alternativa correta, sendo a letra c) terceiro período: Adolescência (de 12 a 18 anos), e a letra d) quarto período: Maturidade (de 12 a 24), peço que o gabarito seja revisto.

Resposta:

INDEFERIDO.

No preambulo da questão, foi solicitado aos candidatos que assinalassem a alternativa correta referente à característica específica da faixa etária do desenvolvimento da criança, de acordo com a Pedagogia Maria Montessori.

Fonte:

<https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/sistema-montessori/32715>

Segundo período: dos seis aos doze anos de idade. Nesse período, as ações da criança já não são mais comandadas por suas necessidades imediatas; suas atitudes têm relação direta com o mundo concreto, com aquilo que vê, ouve e sente. A criança já é capaz de relacionar e entender os fatos que acontecem ao seu redor à luz da razão; reflete e questiona sobre o mundo. Portanto, nessa fase, há uma busca incessante dos "como" e dos "porquês" das coisas. É à entrada da criança no mundo das abstrações (MONTESSORI, 1985).

Número do Protocolo: 20191211.015.271892.076.0000002716-25

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

Questão: 9

Recurso: Assinalei a mesma, devido a palavra Unidos estar escrito com o "u" minúsculo na frase e deveria ser escrita com letra maiúscula. Sendo um erro de Português nítido, imperdoável e encontrado na primeira frase fazendo com que muitos assinalassem esta.

Resposta:

DEFERIDO. A questão será anulada.

Número do Protocolo: 20191221.015.273111.076.0000002717-24

Cargo: PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO

Questão: 9



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

Recurso: Prezado examinador entendo que na questão nove (9) a um equívoco na elaboração, visto que o objetivo era marcar a alternativa que apontava erro de regência/ concordância, porém na alternativa "A" o termo ESTADOS – UNIDOS, unidos está com a inicial minúscula, e como trata-se de um nome próprio composto deve ser escrito com letra inicial maiúscula em ambos os termos (acordo ortográfico). Logo possuímos duas alternativas com erro de regência/ concordância. Peço a anulação da questão.

Resposta:

DEFERIDO. A questão será anulada.

Número do Protocolo: 20191221.015.273111.076.0000002718-23

Cargo: PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO

Questão: 32

Recurso: Prezado examinador, segundo o Livro de Provérbios 16:9 temos a seguinte afirmação: "Em seu coração o homem planeja o seu caminho, mas o Senhor determina os seus passos." Assim como no Livro de Josué 24:15 ele afirma que: "Se, porém, não agrada a vocês servir ao Senhor, escolham hoje a quem irão servir, se aos deuses que os seus antepassados serviram além do Eufrates, ou aos deuses dos amorreus, em cuja terra vocês estão vivendo. Mas eu e a minha família serviremos ao Senhor". Partindo do pressuposto que esses livros compõem o livro "Bíblia", logo o conceito de livre arbítrio apresentado refere-se ao poder que cada indivíduo tem de escolher suas ações, de ser independente, de expressar suas vontades interiores e individuais. Podemos usar além dos Livros Bíblicos o conceito escrito por Santo Agostinho que afirma basicamente que o livre arbítrio é a possibilidade de escolher entre o bem e o mal; este está relacionado com a vontade. Logo essa questão possui um erro de elaboração do enunciado, pois todas as alternativas estão corretas. Solicito a anulação da questão.

Resposta:

DEFERIDO. Questão anulada.

Número do Protocolo: 20191215.015.272191.076.0000002719-53

Cargo: AGENTE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

Questão: 9

Recurso: A questão pede para o candidato assinalar a alternativa que traz, nesta ordem: um adjetivo, um verbo, um substantivo e uma conjunção. Consta um erro na alternativa (a). Todas as outras alternativas trazem as quatro classes de palavras exigidas na pergunta e a alternativa (a) mostra 5 classes de palavras. Tal equívoco pode induzir o candidato ao erro já que apenas uma alternativa ultrapassa o número de classes de palavras exigidas na questão em específica.

Resposta:

INDEFERIDO. A alternativa A não traz o que pede o enunciado e deve ser descartada pelo candidato por estar errada.

Número do Protocolo: 20191226.015.273545.076.0000002720-59

Cargo: TESOUREIRO

Questão: 1

Recurso: No gabarito a resposta seria a letra D

Resposta:

INDEFERIDO. Recurso incompreensível, por falta de argumentação sobre o conteúdo da questão em tela.

Número do Protocolo: 20191226.015.273545.076.0000002721-58

Cargo: TESOUREIRO

Questão: 1

Recurso: A Letra D não seria a correta, pois no texto se encontra está afirmativa.

Resposta:

INDEFERIDO. Como solicita o edital de abertura no seu item 12.2.4. Serão indeferidos os recursos interpostos "não apresentarem fundamentação e embasamento."

Número do Protocolo: 20191221.015.273111.076.0000002722-26

Cargo: PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO

Questão: 21

Recurso: Prezado examinador entendo que a uma ambiguidade nas respostas da questão número vinte e um (21). Pois a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) é a lei mais importante do Brasil no que se refere a educação. Como afirma



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

Benigno Núñez Novo, Doutor em direito internacional pela Universidad Autónoma de Asunción, mestre em ciências da educação pela Universidad Autónoma de Asunción, especialista em educação: área de concentração: ensino pela Faculdade Piauiense e bacharel em direito pela Universidade Estadual da Paraíba: “A LDB é a mais importante lei brasileira que se refere à educação. Esta lei foi aprovada em dezembro de 1996 com o número 9394/96, foi criada para garantir o direito a toda população de ter acesso à educação gratuita e de qualidade, para valorizar os profissionais da educação, estabelecer o dever da União, do Estado e dos Municípios com a educação pública. Um marco na regulamentação do ensino no país, trouxe importantes inovações e permitiu colher avanços significativos.” A LDB está presente na Constituição Federativa do Brasil, porém a questão solicitava o seguinte em seu enunciado: QUAL A LEI QUE GARANTE OS CONTEÚDOS DA BNCC? Logo a lei que garante os conteúdos é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional presente na Constituição Federativa do Brasil. Peço que o gabarito seja revisto, pois a alternativa correta é a letra “A”.

Resposta:

INDEFERIDO.

Tendo em vista que a BNCC está garantida na Constituição Federal de 1988, sendo assim é impossível conhecer e compreender a Base Nacional Comum Curricular se não houver o entendimento dos princípios constitucionais. Pois a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que visa guiar o currículo de todas as escolas públicas e privadas, tornando-se diretriz oficial para o ensino do Brasil. De acordo com o MEC (2019) o documento foi homologado em 2018. Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)¹, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências, a LDB orienta a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a ser ensinados. BRASIL. BNCC: educação é a base. Brasília: MEC, 2018.

A questão é clara em perguntar "Qual a lei que garanti os conteúdos da BNCC?"

A Única lei que garanti, ou seja, determina conteúdos mínimos para o ensino é a constituição federal através do seu artigo 210. As demais leis tratam do assunto regulamentam o que determina CF.

Número do Protocolo: 20191216.015.272364.076.0000002723-32

Cargo: AGENTE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

Questão: 1

Recurso: Referente a alternativa B, a qual considerei correta: No primeiro parágrafo, entre as linhas 1 a 4, é relatado que Paulo Guedes possui a intenção de implantar mudanças no funcionalismo público, deixando claro a intenção somente dele. Após, entre as linhas 8 e 14, Jair Bolsonaro é citado no assunto de envio do referente projeto ao Congresso, não deixando claro no texto que a intenção vem dele. Referente a alternativa D, a qual foi dada como correta: No segundo parágrafo, das linhas 7 a 11, é citado claramente que em 2003 foram demitidos/expulsos 7.700 pessoas e nenhuma dessas expulsões foi devido a mão comportamento, ou seja, somando o restante do conteúdo do texto, o qual relata a falta de uma verdadeira avaliação de desempenho, o texto afirma que mesmo o servidor tento um mal desempenho (serviço ruim) ele não é demitido por isso e sim por outros motivos, sendo que deveria ocorrer sim a demissão por má avaliação de desempenho, conforme consta na Constituição Federal. Como trata-se de uma compressão de texto e não uma interpretação, acredito que a análise correta seria essa.

Resposta:

INDEFERIDO. O ministro Paulo Guedes é ministro e subordinado ao presidente Jair Bolsonaro, o que indica que Guedes não poderia tratar de um assunto tão importante sem o aval do presidente da república. Além disso fica implícito que Bolsonaro está envolvido com o projeto pois seu nome aparece explicitamente no texto indicando as circunstâncias nas quais o texto será enviado ao congresso. A alternativa D traz uma informação incorreta e por isso o enunciado da questão pede a indicação da alternativa que NÃO pode ser afirmada de acordo com o texto.

Número do Protocolo: 20191221.015.273111.076.0000002724-24

Cargo: PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO

Questão: 28

Recurso: Prezado examinador, a um equívoco com a elaboração da questão trinta e um (31). O objetivo da questão é identificarmos a alternativa incorreta, nesse sentido podemos identificar uma ambiguidade nas alternativas, a primeira delas é que o ensino fundamental possui nove (9) anos de duração e não oito (8) como está exposto na alternativa “b” podemos confirmar isso no artigo 32º da Lei de Diretrizes e Bases: Art. 32º. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objeti-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

vo a formação básica do cidadão... (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006) O mesmo ocorre com a alternativa “c” onde afirma que as comunidades indígenas não poderão ter aula em outra língua, o inciso 3º da Lei de Diretrizes e Bases: § 3º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”. Deste modo podemos perceber que há duas alternativas incorretas. Gostaria de solicitar a anulação da questão.

Resposta:

INDEFERIDO, a solicitação apresentada não corresponde a questão marcada no recurso.

Número do Protocolo: 20191226.015.273545.076.0000002725-54

Cargo: TESOUREIRO

Questão: 15

Recurso: Conforme a Lei Orgânica de Sarandi RS, na página 19, consta que e após 2 anos são estáveis no cargo público

Resposta:

DEFERIDO. A alternativa correta é a opção "B", devendo o gabarito ser alterado para a referida alternativa.

Número do Protocolo: 20191221.015.273111.076.0000002726-22

Cargo: PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO

Questão: 28

Recurso: Prezado examinador, na questão vinte e oito (28) existe uma ambiguidade de respostas. Partindo do pressuposto teórico que a avaliação formativa, é uma proposta avaliativa, que inclui a avaliação no processo ensino-aprendizagem como afirma Perrenoud (1999, p.76). Ela se materializa nos contextos vividos pelos professores e alunos e possui como função, a regulação das aprendizagens. É necessário que ela trabalhe com procedimentos que estimulem a participação dos autores do processo. Ela baseia-se em princípios, que decorrem do cognitivismo, do construtivismo, do interacionismo, das teorias socioculturais e das sociocognitivas. Ela trabalha sob a ótica das aprendizagens significativas. Dentro dessa modalidade de avaliação um de seus objetivos é buscar informações para a solução de problemas e dificuldades surgidas durante o trabalho com o aluno, ou seja, o trabalho por situações problemas (alternativa A), outro objetivo da avaliação formativa é a de regular e melhorar as aprendizagens dos alunos; é a de conseguir com que os alunos desenvolvam as suas competências de domínio cognitivo e metacognitivo (alternativa b). Já na Pedagogia Libertadora, também conhecida como Pedagogia de Paulo Freire o ato de avaliar se contrapõe a avaliação quantitativa, dispensa aspectos de memorização, aquisições de notas, conceituação da aprendizagem procedentes dos conhecimentos apreendidos na escola (alternativa d). Enquanto na Pedagogia Libertaria conforme enfatiza Libâneo (1992, p.25) o ato de avaliar deve ser construído por vivências, experimentações, assim o saber é mensurado através de seu uso pratico, por isso não faz sentido o uso de processos avaliativos formais e burocráticos, a padronização de instrumentos de avaliação, para mensurar aprendizagem dos discentes, ou seja a avaliação deve ocorrer de forma a validar as individualidades, logo ela deve ter cunho formativo e não formal (alternativa e). Já o domínio do avanço coletivo considera que os alunos possuem um mesmo grau de aprendizado, isolando as suas particularidades, Portanto percebemos que o que a questão pede é no que a avaliação formativa não deve se transformar e ela não deve se transformar em domínio de avanços coletivos. Desta forma solicito a alteração do gabarito para alternativa “C”.

Resposta:

INDEFERIDO, porém cabe ressaltar que:

A avaliação formativa é uma proposta de avaliar o processo de ensino-aprendizagem, considerando a realidade de professores e alunos, seus princípios estão assentados na perspectiva sociocultural. A principal função da avaliação formativa é não se transformar em uma pedagogia das competências, pois a avaliação formativa demanda que haja a articulação entre realidade e conhecimento teórico possibilitando assim a aprendizagem.

Sendo assim ocorrerá alteração de gabarito da letra “A” para letra “B”.

Gomes. S. (2003). *Tessituras Docentes da Avaliação Formativa*. Dissertação de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação,

Universidade Federal de Minas Gerais, MG.

Jorba, J. & Sanmarti, N. (2003). A Função Pedagógica da Avaliação. *In Avaliação como Apoio à Aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed.

Luckesi. C. (2002). *Avaliação da Aprendizagem Escolar*. São Paulo: Cortez.

Número do Protocolo: 20191226.015.273545.076.0000002727-52



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

Cargo: TESOUREIRO

Questão: 18

Recurso: A resposta do gabarito se refere a remuneração não ao vencimento conforme a lei, CAPÍTULO I Do Vencimento e da Remuneração Art. 63 - Vencimento é a retribuição paga ao servidor pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao valor fixado em lei.

Resposta:

INDEFERIDO. O preâmbulo da questão solicita claramente CONSIDERA-SE VENCIMENTOS: e conforme a LEI MUNICIPAL N.º 2303, DE 02 DE DEZEMBRO DE 1991. no caput do artigo 63 diz: - Vencimento é a retribuição paga ao servidor pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao valor fixado em lei.

Sendo assim indefiro o presente recurso ratificando o gabarito.

Número do Protocolo: 20191215.015.272191.076.0000002728-51

Cargo: AGENTE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

Questão: 21

Recurso: O assunto tratado na questão foge do que está estabelecido no edital. A questão 21 pergunta o seguinte: Seguindo a história de Sarandi/RS, qual foi um dos acontecimentos de destaque no ano de 1920?. O tema da questão encontra-se na matéria "Conhecimentos Gerais". Conforme esta previsto no edital (página 13, ANEXO 1, tópico 1-C) no conteúdo de "Conhecimentos Gerais", seria abordado o seguinte: "Tópicos relevantes e ATUAIS de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia, suas inter-relações e suas vinculações históricas". A questão em discussão cobra temas relacionados a história do município que estão totalmente deslocadas da proposta estabelecida no edital. Como todos sabemos, o Edital é a norma que rege o concurso e vincula tanto a Administração Pública quanto os candidatos, consoante lição consolidada da jurisprudência, sendo o que nele contiver deve ser rigorosamente cumprido, devendo os candidatos sujeitar-se a ele. Assim, ao cobrar matérias ou conteúdos não previstos no edital de um concurso público são atos contrários à Constituição Federativa Brasileira, em especial, os princípios jurídicos-constitucionais, como a legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência, segurança jurídica e outros princípios.

Resposta:

INDEFERIDO. Pois no próprio enunciado copiado pelo candidato é claro e objetivo como segue: Conforme está previsto no edital (página 13, ANEXO 1, tópico 1-C) no conteúdo de "Conhecimentos Gerais", seria abordado o seguinte: "Tópicos relevantes e ATUAIS de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia,

SUAS INTER-RELAÇÕES E SUAS VINCULAÇÕES HISTÓRICAS".

Número do Protocolo: 20191215.015.272191.076.0000002729-510

Cargo: AGENTE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

Questão: 29

Recurso: O assunto tratado na questão foge do que está estabelecido no edital. A questão 29 pergunta o seguinte: Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) qual a população estimada para o ano de 2019 em Sarandi/RS?. O tema da questão encontra-se na matéria "Conhecimentos Gerais". Conforme esta previsto no edital (página 13, ANEXO 1, tópico 1-C) no conteúdo de "Conhecimentos Gerais", seria abordado o seguinte: "Tópicos relevantes e ATUAIS de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia, suas inter-relações e suas vinculações históricas". A questão em discussão cobra dados estatísticos fora do contexto estabelecido no edital, além de ser uma informação extremamente específica, fugindo do tema "Conhecimentos Gerais". Como todos sabemos, o Edital é a norma que rege o concurso e vincula tanto a Administração Pública quanto os candidatos, consoante lição consolidada da jurisprudência, sendo o que nele contiver deve ser rigorosamente cumprido, devendo os candidatos sujeitar-se a ele. Assim, ao cobrar matérias ou conteúdos não previstos no edital de um concurso público são atos contrários à Constituição Federativa Brasileira, em especial, os princípios jurídicos-constitucionais, como a legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência, segurança jurídica e outros princípios.

Resposta:

INDEFERIDO.

O preâmbulo da questão é claro e objetivo quando solicita um censo o mesmo se refere a economia e política como pode-se constatar na lei complementar nº 1 de 9 de novembro de 1967 que em seu Art. 2º - Nenhum Município será criado sem a verificação da existência, na respectiva área territorial, dos seguintes:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

- paragrafo 2º - Os requisitos dos incisos I e III serão apurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Além do mais o próprio IBGE é vinculado ao ministério da economia sendo assim está dentro da matéria de conhecimentos gerais como determina o edital do referido concurso. E como o próprio candidato cita o edital e coloca a palavra "ATUAIS" em letras maiúsculas cabe então também grifar em letras maiúsculas as seguintes palavras do mesmo edital "SUAS INTER-RELAÇÕES E SUAS VINCULAÇÕES HISTÓRICAS". Pelos motivos elencados acima indeferido tal solicitação.

Número do Protocolo: 20191226.015.273545.076.0000002730-56

Cargo: TESOUREIRO

Questão: 13

Recurso:

Resposta:

INDEFERIDO. Sem análise de recurso por ausência de argumentação apenas uma lei completa em anexo.

Número do Protocolo: 20191215.015.272191.076.0000002731-55

Cargo: AGENTE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

Questão: 30

Recurso: O assunto tratado na questão foge do que esta estabelecido no edital. A questão 30 pergunta o seguinte: Qual foi o primeiro município que Sarandi/RS pertenceu?. O tema da questão deveria encontrar-se na matéria "Conhecimentos Gerais". Conforme esta previsto no edital (página 13, ANEXO 1, tópico 1-C) no conteúdo de "Conhecimentos Gerais", seria abordado os seguintes assuntos: "Tópicos relevantes e ATUAIS de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia, suas inter-relações e suas vinculações históricas". A questão em discussão cobra temas relacionados a história do município que estão totalmente deslocadas da proposta estabelecida no edital. Como todos sabemos, o Edital é a norma que rege o concurso e vincula tanto a Administração Pública quanto os candidatos, consoante lição consolidada da jurisprudência, sendo o que nele contiver deve ser rigorosamente cumprido, devendo os candidatos sujeitar-se a ele. Assim, ao cobrar matérias ou conteúdos não previstos no edital de um concurso público são atos contrários à Constituição Federativa Brasileira, em especial, os princípios jurídicos-constitucionais, como a legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência, segurança jurídica e outros princípios.

Resposta:

INDEFERIDO. Pois no próprio enunciado copiado pelo candidato é claro e objetivo como segue: Conforme está previsto no edital (página 13, ANEXO 1, tópico 1-C) no conteúdo de "Conhecimentos Gerais", seria abordado o seguinte: "Tópicos relevantes e ATUAIS de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia, **SUAS INTER-RELAÇÕES E SUAS VINCULAÇÕES HISTÓRICAS**".

Número do Protocolo: 20191210.015.271724.076.0000002732-61

Cargo: MOTORISTA

Questão: 6

Recurso:

Resposta:

INDEFERIDO. por falta de argumentação, porém cabe ressaltar que a referida questão será anulada por erro ortográfico no enunciado.

Número do Protocolo: 20191223.015.273395.076.0000002733-610

Cargo: PROFESSOR LÍNGUA INGLESA

Questão: 40

Recurso: 'll = i will Will é utilizando em frases que se remetem ao futuro. I will learn a lot from him when he enters school = Eu aprenderei muito com ele quando ele entrar na escola. O passado contínuo (alternativa E) é representado por was/were + verbo + ing e não por will. Segue foto em anexo do livro da Oxford e do livro Why to English do ministério da educação.

Resposta:

DEFERIDO. A alternativa correta é a letra A.

Sendo assim ocorrerá a alteração de gabarito.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

Número do Protocolo: 20191215.015.272210.076.0000002734-38

Cargo: PROFESSOR HISTÓRIA

Questão: 39

Recurso: A questão de número 39 pede para indicar a alternativa que possui uma mercadoria que não foi produzida no Brasil durante a República Velha. Porém nenhuma das alternativas contém produtos em suas respostas e sim sistemas de poder. Não há alternativa correta em nenhuma das respostas.

Resposta:

DEFERIDO. Questão anulada por ser prospera a alegação do candidato.

Número do Protocolo: 20191222.015.273174.076.0000002735-75

Cargo: PROFESSOR HISTÓRIA

Questão: 35

Recurso: A questão numero 35 tem como alternativa correta no gabarito preliminar a letra "b" porém segundo bibliografia pesquisada na Grécia Antiga somente os homens livres, de pai e mãe ateniense, maiores de 18 anos e nascidos na cidade eram considerados cidadãos. As mulheres, escravos e estrangeiros não desfrutavam de nenhum tipo de participação política. Dessa forma, a democracia ateniense era excludente na medida em que somente um décimo da população participava do mundo político ateniense. Dessa forma pede-se a anulação da questão pois não condiz com a bibliografia estudada.. Bibliografia consultada. SOUSA, Rainer Gonçalves. "Democracia Ateniense"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/democracia-ateniense.htm>. Acesso em 04 de março de 2020.

Resposta:

INDEFERIDO. Embora tenha ocorrido erro na indicação do Gabarito, pois realmente a alternativa "B" não está correta, a questão possui uma única alternativa a ser assinalada, sendo a alternativa C, dessa forma deve ocorrer a alteração do Gabarito, para a alternativa "C".

Número do Protocolo: 20191222.015.273174.076.0000002736-74

Cargo: PROFESSOR HISTÓRIA

Questão: 39

Recurso:

Resposta:

DEFERIDO. Questão anulada por ser prospera a alegação do candidato.

Número do Protocolo: 20191223.015.273239.076.0000002737-28

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 21

Recurso: A presente questão pergunta qual é a Lei que garante os conteúdos na BNCC e quando analisamos sabemos que existem conteúdos mínimos e também conteúdos específicos como diz a própria questão por isso elas está centrada tanto na Constituição Federal que direciona os conteúdos mínimos como também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que orienta as competências para a definição das essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a ser ensinados. Sendo assim as duas presentes leis fundantes da BNCC.

Resposta:

INDEFERIDO.

Tendo em vista que a BNCC está garantida na Constituição Federal de 1988, sendo assim é impossível conhecer e compreender a Base Nacional Comum Curricular se não houver o entendimento dos princípios constitucionais. Pois a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que visa guiar o currículo de todas as escolas públicas e privadas, tornando-se diretriz oficial para o ensino do Brasil. De acordo com o MEC (2019) o documento foi homologado em 2018. Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)1, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências, a LDB orienta a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a ser ensinados. BRASIL. BNCC: educação é a base. Brasília: MEC, 2018.

A questão é clara em perguntar "Qual a lei que garanti os conteúdos da BNCC?"

A Unica lei que garanti, ou seja, determina conteúdos mínimos para o ensino é a constituição federal através do seu artigo 210. As demais leis tratam do assunto regulamentam o que determina CF.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

Número do Protocolo: 20191215.015.272207.076.0000002738-27

Cargo: PROFESSOR LÍNGUA INGLESA

Questão: 21

Recurso: Prezado examinador, entendo que há equívoco no gabarito da questão 21 da prova para professor de Língua Inglesa. Existem três alternativas corretas: A, B e C, porque tanto a Lei de Diretrizes e Bases (A), quanto o Plano Nacional de Educação (B) e a Constituição Federal (C) declaram a mesma ideia em relação aos conteúdos da BNCC. Por isso, solicito a ANULAÇÃO da referida questão. Na própria BNCC, na seção "Os marcos legais que embasam a BNCC" (p. 10), temos: "a Carta Constitucional, no Artigo 210, já reconhece a necessidade de que sejam fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais". O texto continua, afirmando que "a LDB, no Inciso IV de seu Artigo 9º, afirma que cabe à União estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum" (p. 10). E, por fim, o documento conclui a seção declarando que "em 2014, a Lei nº 13.005/20147 promulgou o Plano Nacional de Educação (PNE), que reitera a necessidade de estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa [União, Estados, Distrito Federal e Municípios], diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos(as) alunos(as) para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, respeitadas as diversidades regional, estadual e local" (p. 11-12). Ou seja, a própria BNCC, em sua introdução, deixa explícito que as três leis, Constituição Federal de 1988, LDB e Plano Nacional de Educação, fundamentam e garantem seus conteúdos. Fonte: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf

Resposta:

INDEFERIDO.

Tendo em vista que a BNCC está garantida na Constituição Federal de 1988, sendo assim é impossível conhecer e compreender a Base Nacional Comum Curricular se não houver o entendimento dos princípios constitucionais. Pois a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que visa guiar o currículo de todas as escolas públicas e privadas, tornando-se diretriz oficial para o ensino do Brasil. De acordo com o MEC (2019) o documento foi homologado em 2018. Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)1, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências, a LDB orienta a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a ser ensinados. BRASIL. BNCC: educação é a base. Brasília: MEC, 2018.

A questão é clara em perguntar "Qual a lei que garanti os conteúdos da BNCC?"

A Única lei que garanti, ou seja, determina conteúdos mínimos para o ensino é a constituição federal através do seu artigo 210. As demais leis tratam do assunto regulamentam o que determina CF.

Número do Protocolo: 20191223.015.273239.076.0000002739-26

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 22

Recurso: Trata sobre a pedagogia crítico social dos conteúdos sem esclarecer também a qual embasamento teórico ao qual está sustentada possibilitando assim diferentes interpretações para sua possível resposta e estas que não se encontra em apenas uma de suas alternativas

Resposta:

Indeferido, tendo em vista que a tendência pedagógica que trata da pedagogia crítica-social dos conteúdos traz uma abordagem de emancipação humana, a alternativa E é a correta. Pois, de acordo com Saviani (2003) a pedagogia crítica social dos conteúdos visa superar pedagogias de vertentes de essência e existência, sendo um dos grandes desafios é efetivar a educação como um instrumento que auxilie na transformação da sociedade. A educação tem plenas condições de construir uma sociedade mais cidadã e democrática. Logo a pedagogia crítico-social dos conteúdos visa construir uma teoria pedagógica que articule realidade histórica e social, tornando o papel do professor mediador da educação no processo de transformação social. Assim, essa tendência pedagógica visa produzir direta e intencionalmente métodos de ensino eficazes estimulando o interesse dos alunos. A função social da escola é promover acesso aos conhecimentos historicamente, socialmente e sistematicamente produzidos pela humanidade possibilitando aos educandos e a classe trabalhadora condições de emancipação humana.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

Número do Protocolo: 20191215.015.272207.076.0000002740-22

Cargo: PROFESSOR LÍNGUA INGLESA

Questão: 40

Recurso: Prezado examinador, entendo que há equívoco no gabarito da questão 40 da prova para professor de Língua Inglesa. Por isso, solicito MUDANÇA de gabarito para a alternativa correta, que é "A" (futuro). A justificativa está no fato de que o termo 'LL', objeto da questão, é a forma contrata de "I will", e a palavra "will" indica tempo futuro na Língua Inglesa. Isso está explícito no livro Access 1, de Luiz Otávio Barros, editora Moderna, nas páginas 89 e 100 (cópia das referidas páginas está em anexo), quando se afirma "The future with will is used to make general predictions for the future": o tempo futuro com will é usado para fazer previsões gerais para o futuro. O site Brasil Escola (<https://brasilecola.uol.com.br/ingles/will-future.htm>) também confirma que o tempo futuro no inglês é feito pelo verbo auxiliar "will", o qual possui a forma contrata (abreviada) 'LL. Por fim, a tradução da música The Pretender, do grupo Foo Fighters, disponível no link <https://www.letras.mus.br/foo-fighters/1052411/traducao.html>, conclui a explicação, demonstrando o tempo futuro no trecho "I'll never surrender": nunca me renderei.

Resposta:

DEFERIDO. A alternativa correta é a letra A.

Sendo assim ocorrerá a alteração de gabarito.

Número do Protocolo: 20191223.015.273239.076.0000002741-21

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 28

Recurso: A questão encontra-se confusa, pois não define seu embasamento dificultando ao candidato sua análise e também por estar apontando as situações problemas como algo contrario a avaliação formativa o que não condiz com suas concepções, pois a avaliação formativa é uma prática de avaliação contínua, de caráter remediador e que considera sim situações-problema.

Resposta:

INDEFERIDO. Porém cabe ressaltar que:

A avaliação formativa é uma proposta de avaliar o processo de ensino-aprendizagem, considerando a realidade de professores e alunos, seus princípios estão assentados na perspectiva sociocultural. A principal função da avaliação formativa é não se transformar em uma pedagogia das competências, pois a avaliação formativa demanda que haja a articulação entre realidade e conhecimento teórico possibilitando assim a aprendizagem.

Sendo assim ocorrerá alteração de gabarito da letra A para a letra B.

Gomes. S. (2003). *Tessituras Docentes da Avaliação Formativa*. Dissertação de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação,

Universidade Federal de Minas Gerais, MG.

Jorba, J. & Sanmarti, N. (2003). A Função Pedagógica da Avaliação. *In Avaliação como Apoio à Aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed.

Luckesi. C. (2002). *Avaliação da Aprendizagem Escolar*. São Paulo: Cortez.

Número do Protocolo: 20191218.015.272660.076.0000002742-51

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 22

Recurso: A questão possui erro por não apresentar nenhuma alternativa correta. O gabarito apresenta a alternativa E, o que não está correto, pois a pedagogia crítica-social dos conteúdos defende que a função social e política da escola deve ser assegurar, através do TRABALHO COM CONHECIMENTOS SISTEMATIZADOS, a inserção nas escolas, com qualidade, das classes populares garantindo as condições para uma efetiva participação nas lutas sociais. Através do TRABALHO COM CONHECIMENTOS SISTEMATIZADOS e não por meio do conhecimento historicamente sistematizado e construído pelo homem, como diz o gabarito. Fonte de pesquisa: www.ead.uepb.edu.br - AS tendências pedagógicas e seus pressupostos- UEPB- Fundamentos sócio- filosóficos da educação/ Cecília Telma Alves Pontes de Queiroz, Filomena Maria Gonçalves Da Silva Cordeiro Moita- Campina Grande; Natal- UEPB/UFRN, 2007. 15 fasc. Curso de licenciatura em Geografia- Ead. Pag. 16

Resposta:

Indeferido, tendo em vista que a tendência pedagógica que trata da pedagogia crítica-social dos conteúdos traz uma abordagem de emancipação humana, a alternativa E é a correta. Pois, de acordo com Saviani (2003) a pedagogia crítica social dos conteúdos visa superar pedagogias de vertentes de essência e existência, sendo um dos grandes



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

desafios é efetivar a educação como um instrumento que auxilie na transformação da sociedade. A educação tem plenas condições de construir uma sociedade mais cidadã e democrática. Logo a pedagogia crítico-social dos conteúdos visa construir uma teoria pedagógica que articule realidade histórica e social, tornando o papel do professor mediador da educação no processo de transformação social. Assim, essa tendência pedagógica visa produzir direta e intencionalmente métodos de ensino eficazes estimulando o interesse dos alunos. A função social da escola é promover acesso aos conhecimentos historicamente, socialmente e sistematicamente produzidos pela humanidade possibilitando aos educandos e a classe trabalhadora condições de emancipação humana.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

Número do Protocolo: 20191220.015.272930.076.0000002743-98

Cargo: PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA

Questão: 21

Recurso: A questão tem duplicidade de sentido, sendo possível marcar a letra A e C.

Resposta:

INDEFERIDO.

Tendo em vista que a BNCC está garantida na Constituição Federal de 1988, sendo assim é impossível conhecer e compreender a Base Nacional Comum Curricular se não houver o entendimento dos princípios constitucionais. Pois a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que visa guiar o currículo de todas as escolas públicas e privadas, tornando-se diretriz oficial para o ensino do Brasil. De acordo com o MEC (2019) o documento foi homologado em 2018. Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)¹, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências, a LDB orienta a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a ser ensinados. BRASIL. BNCC: educação é a base. Brasília: MEC, 2018.

A questão é clara em perguntar "Qual a lei que garanti os conteúdos da BNCC?"

A Única lei que garanti, ou seja, determina conteúdos mínimos para o ensino é a constituição federal através do seu artigo 210. As demais leis tratam do assunto regulamentam o que determina CF.

Número do Protocolo: 20191220.015.272930.076.0000002744-97

Cargo: PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA

Questão: 39

Recurso: A resposta divulgada no gabarito como sendo correta é questionável. A resposta correta é a letra A e não a E.

Resposta:

DEFERIDO. A alternativa correta é a letra A.

Sendo assim ocorrerá a alteração de gabarito.

Número do Protocolo: 20191220.015.272930.076.0000002745-96

Cargo: PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA

Questão: 28

Recurso: A questão é questionável devido a formulação fragmentada das alternativas.

Resposta:

INDEFERIDO. Porém cabe ressaltar que:

A avaliação formativa é uma proposta de avaliar o processo de ensino-aprendizagem, considerando a realidade de professores e alunos, seus princípios estão assentados na perspectiva sociocultural. A principal função da avaliação formativa é não se transformar em uma pedagogia das competências, pois a avaliação formativa demanda que haja a articulação entre realidade e conhecimento teórico possibilitando assim a aprendizagem.

Sendo assim ocorrerá alteração de gabarito da letra "A" para letra "B".

Gomes. S. (2003). *Tessituras Docentes da Avaliação Formativa*. Dissertação de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação,

Universidade Federal de Minas Gerais, MG.

Jorba, J. & Sanmarti, N. (2003). A Função Pedagógica da Avaliação. *In Avaliação como Apoio à Aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

Luckesi. C. (2002). *Avaliação da Aprendizagem Escolar*. São Paulo: Cortez.

Número do Protocolo: 20191222.015.273174.076.0000002746-64

Cargo: PROFESSOR HISTÓRIA

Questão: 35

Recurso:

Resposta:

INDEFERIDO. Embora tenha ocorrido erro na indicação do Gabarito, pois realmente a alternativa “B” não está correta, a questão possui uma única alternativa a ser assinalada, sendo a alternativa C, dessa forma deve ocorrer a alteração do Gabarito, para a alternativa “C”.

Número do Protocolo: 20191222.015.273174.076.0000002747-63

Cargo: PROFESSOR HISTÓRIA

Questão: 35

Recurso:

Resposta:

INDEFERIDO. Embora tenha ocorrido erro na indicação do Gabarito, pois realmente a alternativa “B” não está correta, a questão possui uma única alternativa a ser assinalada, sendo a alternativa C, dessa forma deve ocorrer a alteração do Gabarito, para a alternativa “C”.

Número do Protocolo: 20191220.015.272965.076.0000002748-17

Cargo: PROFESSOR GEOGRAFIA

Questão: 21

Recurso: A pergunta deixa bem claro que é a lei a resposta correta.

Resposta:

INDEFERIDO.

Tendo em vista que a BNCC está garantida na Constituição Federal de 1988, sendo assim é impossível conhecer e compreender a Base Nacional Comum Curricular se não houver o entendimento dos princípios constitucionais. Pois a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que visa guiar o currículo de todas as escolas públicas e privadas, tornando-se diretriz oficial para o ensino do Brasil. De acordo com o MEC (2019) o documento foi homologado em 2018. Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)1, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências, a LDB orienta a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a ser ensinados. BRASIL. BNCC: educação é a base. Brasília: MEC, 2018.

A questão é clara em perguntar "Qual a lei que garanti os conteúdos da BNCC?"

A Única lei que garanti, ou seja, determina conteúdos mínimos para o ensino é a constituição federal através do seu artigo 210. As demais leis tratam do assunto regulamentam o que determina CF.

Número do Protocolo: 20191219.015.272847.076.0000002749-1010

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

Questão: 27

Recurso: Conforme texto de argumentação anexado no arquivo, venho solicitar revisão na referida questão, devido não apresentar alternativa de resposta completa.

Resposta:

INDEFERIDO, a Constituição Federal de 1988 e a LDB 9394/1996 ressaltam que para a efetivação do princípio constitucional da gestão democrática é necessário a participação da comunidade nas decisões relativas a gestão administrativa, financeira e pedagógica da escola. Portanto, a escola deve estar preparada para proporcionar um ensino de qualidade, respeitando assim a individualidade da comunidade escolar. A partir do princípio da gestão democrática a escola deve estabelecer relação com os demais agentes da comunidade local. A escola para ter característica democrática passa a ser administrada por toda a comunidade, de forma a buscar caminhos que de fato a faça cumprir com sua função social.

CUCIO, Patrícia. Educação democrática: o que é isso? Disponível em:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola Pública A pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 2001

Número do Protocolo: 20191219.015.272847.076.0000002750-106

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

Questão: 21

Recurso: Solicito revisão da questão, devido a mesma conter mais de uma alternativa como resposta, assim justificada no texto de argumentação anexado em arquivo.

Resposta:

INDEFERIDO.

Tendo em vista que a BNCC está garantida na Constituição Federal de 1988, sendo assim é impossível conhecer e compreender a Base Nacional Comum Curricular se não houver o entendimento dos princípios constitucionais. Pois a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que visa guiar o currículo de todas as escolas públicas e privadas, tornando-se diretriz oficial para o ensino do Brasil. De acordo com o MEC (2019) o documento foi homologado em 2018. Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)1, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências, a LDB orienta a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a ser ensinados. BRASIL. BNCC: educação é a base. Brasília: MEC, 2018.

A questão é clara em perguntar "Qual a lei que garanti os conteúdos da BNCC?"

A Única lei que garanti, ou seja, determina conteúdos mínimos para o ensino é a constituição federal através do seu artigo 210. As demais leis tratam do assunto regulamentam o que determina CF.

Número do Protocolo: 20191217.015.272537.076.0000002751-103

Cargo: PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA

Questão: 39

Recurso: Prezados, a referida questão traz características nítidas do movimento modernista, o qual estourou justamente em 22, com a proposição de romper com o academicismo, trazendo inovação. Qualquer livro didático confirma essas características. Portanto, mesmo que para a banca a resposta do gabarito seja a opção E, a questão deve ser anulada visto que nos dá uma alternativa do "modernismo", a qual marquei.

Resposta:

INDEFERIDO. Pois a questão em tela apresenta uma alternativa correta, sendo assim ocorrerá alteração do gabarito.

Número do Protocolo: 20191220.015.273022.076.0000002752-1010

Cargo: PROFESSOR GEOGRAFIA

Questão: 21

Recurso: Conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a Base deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil. A Base estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

Resposta:

INDEFERIDO.

Tendo em vista que a BNCC está garantida na Constituição Federal de 1988, sendo assim é impossível conhecer e compreender a Base Nacional Comum Curricular se não houver o entendimento dos princípios constitucionais. Pois a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que visa guiar o currículo de todas as escolas públicas e privadas, tornando-se diretriz oficial para o ensino do Brasil. De acordo com o MEC (2019) o documento foi homologado em 2018. Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)1, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências, a LDB orienta



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a ser ensinados. BRASIL. BNCC: educação é a base. Brasília: MEC, 2018.

A questão é clara em perguntar "Qual a lei que garanti os conteúdos da BNCC?"

A Única lei que garanti, ou seja, determina conteúdos mínimos para o ensino é a constituição federal através do seu artigo 210. As demais leis tratam do assunto regulamentam o que determina CF.

Número do Protocolo: 20191220.015.273022.076.0000002753-107

Cargo: PROFESSOR GEOGRAFIA

Questão: 22

Recurso: Não há alternativa correta, pois segundo Aranha (1996), a Pedagogia Crítico-social dos conteúdos, ou, como também é conhecida, a Pedagogia Histórica-crítica, busca: "Construir uma teoria pedagógica a partir da compreensão de nossa realidade histórica e social, a fim de tornar possível o papel mediador da educação no processo de transformação social. Não que a educação possa por si só produzir a democratização da sociedade, mas a mudança se faz de forma mediatizada, ou seja, por meio da transformação das consciências". (ARANHA, 1996, p. 216).

Resposta:

INDEFERIDO, tendo em vista que a tendência pedagógica que trata da pedagogia crítica-social dos conteúdos traz uma abordagem de emancipação humana, a alternativa E é a correta. Pois, de acordo com Saviani (2003) a pedagogia crítica social dos conteúdos visa superar pedagogias de vertentes de essência e existência, sendo um dos grandes desafios é efetivar a educação como um instrumento que auxilie na transformação da sociedade. A educação tem plenas condições de construir uma sociedade mais cidadã e democrática. Logo a pedagogia crítico-social dos conteúdos visa construir uma teoria pedagógica que articule realidade histórica e social, tornando o papel do professor mediador da educação no processo de transformação social. Assim, essa tendência pedagógica visa produzir direta e intencionalmente métodos de ensino eficazes estimulando o interesse dos alunos. A função social da escola é promover acesso aos conhecimentos historicamente, socialmente e sistematicamente produzidos pela humanidade possibilitando aos educandos e a classe trabalhadora condições de emancipação humana.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

Número do Protocolo: 20191220.015.273022.076.0000002754-104

Cargo: PROFESSOR GEOGRAFIA

Questão: 26

Recurso: Não há alternativa correta, pois o escopo da produção teórica de Vigotski são as chamadas funções psíquicas superiores, ou seja, aquelas funções mentais que caracterizam o comportamento consciente do homem - atenção voluntária, percepção, a memória e pensamento- que constituiria uma perspectiva metodológica que acenava para a compreensão de diversos aspectos da personalidade do homem, ao contradizendo a assertiva tida como correta no gabarito preliminar.

Resposta:

INDEFERIDO, o enunciado da questão apresenta conceitos que são próprios da teoria histórico-cultural, logo ao solicitar a diferença entre os processos psicológicos elementares e os processos superiores já está intrínseco a perspectiva de Vygotsky, as alternativas apresentam elementos que permitem assinalar a alternativa correta. Pois, as bases teóricas que envolvem o desenvolvimento humano e a educação está assentada na perspectiva de Lev Vygotsky. O psicólogo bielorusso chama a atenção para o processo de desenvolvimento, pois segundo o teórico o homem atua sobre o mundo em que está inserido, agindo assim nas relações sociais. Logo, os processos elementares psicológicos são controlados pelo meio e os processos elementares superiores obedecem a autorregulação.

SILVA, Daniela Regina da. Psicologia da Educação e Aprendizagem. Associação Educacional Leonardo da Vinci (ASSELVI). – Indaial: Ed. ASSELVI, 2006.

YVYGYTSKY, L.S. A Construção do Pensamento e da Linguagem. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.

_____, Lev S. Aprendizado e desenvolvimento Um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1998.

Número do Protocolo: 20191220.015.273022.076.0000002755-101

Cargo: PROFESSOR GEOGRAFIA

Questão: 30



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

Recurso: A questão deve ser anulada, pois o conteúdo desta não contempla os conteúdos informados no conteúdo pertinente aos conhecimentos gerais previstos no edital.

Resposta:

INDEFERIDO, pois o princípio que rege o ensino da escrita centra-se na ação e interação com a linguagem escrita nas práticas sociais. Como o sistema de escrita alfabética é um processo de apropriação, sendo necessário concebê-lo como um sistema notacional e não como um código.

BRASIL, Secretaria de Educação Básica. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A Aprendizagem do Sistema de Escrita Alfabética. Ano 1: unidade 3. Brasília: MEC, SEB, 2012.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. Psicogênese da Língua Escrita. Porto Alegre: Artmed, 1986.

MORAIS, A. Sistema de Escrita Alfabética. São Paulo: Melhoramentos, 2012

Número do Protocolo: 20191210.015.271768.076.0000002756-92

Cargo: PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO

Questão: 31

Recurso: Alternativa B contém erros: o ensino fundamental conforme a Lei 9394/96 é clara quando diz que a duração é 9 anos e não 8; No que se refere a disciplina do ensino religioso, a matrícula é facultativa; Art. 33 Sendo assim a questão 31 tem 2 alternativas incorretas? a B e a C?

Resposta:

INDEFERIDO – Conforme **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)** trata, entre outros temas, do ensino religioso. Além desta deve-se levar em consideração o **Referencial Curricular Gaúcho** com enfoque entre Estados e Municípios. Com relação a duração dos anos de ensino a LDB estipula **mínimo** de 8 anos, podendo se entender por mais anos, como é o caso de escolas privadas. A matrícula é facultativa porém os ensinamentos conforme consta no Referencial Curricular Gaúcho “Portanto, compete ao Ensino Religioso abordagens religiosas, morais, éticas e científicas, sem privilégio a nenhuma crença ou convicção, considerando a existência de filosofias seculares de vida, fundamentadas nos seguintes preceitos, dispostos na BNCC: ? CONHECER os aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, a partir de pressupostos científicos, filosóficos, estéticos morais e éticos; ? COMPREENDER, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios; ? RECONHECER e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza, enquanto expressão de valor da vida; 52 ? CONVIVER com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver; ? ANALISAR as relações entre as tradições religiosas e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente; ? DEBATER, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura da paz” p.51/52.

Número do Protocolo: 20191223.015.273366.076.0000002757-53

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 9

Recurso: Caro examinador entendeu que na questão nove (9) a um equívoco na elaboração, visto que o objetivo era marcar a alternativa que apontava erro de regência/ concordância, porém na alternativa “A” o termo ESTADOS UNIDOS, a palavra “unidos” está com a inicial minúscula, e como trata-se de um nome próprio composto deve ser escrito com letra inicial maiúscula em ambos os termos (acordo ortográfico). Desta forma, possuímos duas alternativas com erro de regência/ concordância. Peço que haja a anulação da questão.

Resposta:

DEFERIDO. A questão será anulada.

Número do Protocolo: 20191220.015.273022.076.0000002758-102

Cargo: PROFESSOR GEOGRAFIA

Questão: 33

Recurso: A questão deve ser anulada, pois não há no rol de alternativas, opção correta. Uma vez que os dados globais divulgados pelo GWEC (Global Wind Energy Council), o Conselho Global de Energia Eólica, 26 de fevereiro de 2019 O Brasil tem uma capacidade instalada atual de energia eólica n15 GW distribuídos por 601 parques eólicos, o equivalente a 9,2% da potência energética instalada no país, ocupando a 5ª posição no ranking mundial em 2019.

Resposta:

INDEFERIDO. Ao contrário do que alega o candidato, a questão possui sim uma alternativa correta, porém, houve erro na divulgação do gabarito, sendo que a única alternativa correta é a letra "C", devendo a questão ter seu gabarito alterado para letra "C". Fonte: http://www2.aneel.gov.br/arquivos/pdf/livro_atlas.pdf



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

Número do Protocolo: 20191223.015.273366.076.0000002759-51

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 21

Recurso: Caro examinador entendo que a um equívoco na elaboração da questão número vinte e um (21). A LDB (Lei de Diretrizes e Bases) é a lei mais importante do Brasil no que se refere a educação. Como afirma Benigno Núñez Novo, Doutor em direito internacional pela Universidad Autónoma de Asunción, mestre em ciências da educação pela Universidad Autónoma de Asunción, especialista em educação: área de concentração: ensino pela Faculdade Piauiense e bacharel em direito pela Universidade Estadual da Paraíba: “A LDB é a mais importante lei brasileira que se refere à educação. Esta lei foi aprovada em dezembro de 1996 com o número 9394/96, foi criada para garantir o direito a toda população de ter acesso à educação gratuita e de qualidade, para valorizar os profissionais da educação, estabelecer o dever da União, do Estado e dos Municípios com a educação pública. Um marco na regulamentação do ensino no país, trouxe importantes inovações e permitiu colher avanços significativos.” A LDB está presente na Constituição Federativa do Brasil, porém a questão está confusa, quando pergunta: QUAL A LEI QUE GARANTE OS CONTEÚDOS DA BNCC? Logo que, a lei que garante os conteúdos é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Gostaria de solicitar a anulação da questão.

Resposta:

INDEFERIDO.

Tendo em vista que a BNCC está garantida na Constituição Federal de 1988, sendo assim é impossível conhecer e compreender a Base Nacional Comum Curricular se não houver o entendimento dos princípios constitucionais. Pois a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que visa guiar o currículo de todas as escolas públicas e privadas, tornando-se diretriz oficial para o ensino do Brasil. De acordo com o MEC (2019) o documento foi homologado em 2018. Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)1, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências, a LDB orienta a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a ser ensinados. BRASIL. BNCC: educação é a base. Brasília: MEC, 2018.

A questão é clara em perguntar "Qual a lei que garanti os conteúdos da BNCC?"

A Única lei que garanti, ou seja, determina conteúdos mínimos para o ensino é a constituição federal através do seu artigo 210. As demais leis tratam do assunto regulamentam o que determina CF.

Número do Protocolo: 20191210.015.271768.076.0000002760-95

Cargo: PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO

Questão: 31

Recurso: A alternativa contém erros no que tange a lei 9394/96: Artigo 33 diz que o ensino religioso é de matrícula facultativa e não obrigatória. O artigo 32 diz que a duração é 9 anos e não 8 como está descrito na alternativa B.. Sendo assim a questão 31 tem duas alternativas incorretas?? A questão precisa ser anulada.

Resposta:

INDEFERIDO – Conforme **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)** trata, entre outros temas, do ensino religioso. Além desta deve-se levar em consideração o **Referencial Curricular Gaúcho** com enfoque entre Estados e Municípios. Com relação a duração dos anos de ensino a LDB estipula **mínimo** de 8 anos, podendo se entender por mais anos, como é o caso de escolas privadas. A matrícula é facultativa porém os ensinamentos conforme consta no Referencial Curricular Gaúcho “Portanto, compete ao Ensino Religioso abordagens religiosas, morais, éticas e científicas, sem privilégio a nenhuma crença ou convicção, considerando a existência de filosofias seculares de vida, fundamentadas nos seguintes preceitos, dispostos na BNCC: ? CONHECER os aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, a partir de pressupostos científicos, filosóficos, estéticos morais e éticos; ? COMPREENDER, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios; ? RECONHECER e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza, enquanto expressão de valor da vida; 52 ? CONVIVER com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver; ? ANALISAR as relações entre as tradições religiosas e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente; ? DEBATER, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura da paz” p.51/52.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

Número do Protocolo: 20191223.015.273366.076.0000002761-56

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 28

Recurso: Prezado examinador, na questão vinte e oito (28) existe uma ambiguidade de respostas. Partindo do pressuposto teórico que a avaliação formativa, é uma proposta avaliativa, que inclui a avaliação, no processo ensino-aprendizagem como afirma Perrenoud (1999, p.76) a avaliação formativa é uma proposta avaliativa, que inclui a avaliação, no processo ensino-aprendizagem. Ela se materializa nos contextos vividos pelos professores e alunos e possui como função, a regulação das aprendizagens. É necessário que ela trabalhe com procedimentos que estimulem a participação dos autores do processo. Ela baseia-se em princípios, que decorrem do cognitivismo, do construtivismo, do interacionismo, das teorias socioculturais e das socio cognitivas. Ela trabalha sob a ótica das aprendizagens significativas. Dentro dessa modalidade de avaliação um de seus objetivos é buscar informações para a solução de problemas e dificuldades surgidas durante o trabalho com o aluno, ou seja, o trabalho por situações problemas (alternativa A), outro objetivo da avaliação formativa é a de regular e melhorar as aprendizagens dos alunos; é a de conseguir com que os alunos desenvolvam as suas competências de domínio cognitivo e metacognitivo. Gostaria de solicitar a anulação da questão.

Resposta:

INDEFERIDO. Porém cabe ressaltar que:

A avaliação formativa é uma proposta de avaliar o processo de ensino-aprendizagem, considerando a realidade de professores e alunos, seus princípios estão assentados na perspectiva sociocultural. A principal função da avaliação formativa é não se transformar em uma pedagogia das competências, pois a avaliação formativa demanda que haja a articulação entre realidade e conhecimento teórico possibilitando assim a aprendizagem.

Sendo assim ocorrerá alteração de gabarito da letra A para a letra B.

Gomes. S. (2003). *Tessituras Docentes da Avaliação Formativa*. Dissertação de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação,

Universidade Federal de Minas Gerais, MG.

Jorba, J. & Sanmarti, N. (2003). A Função Pedagógica da Avaliação. In *Avaliação como Apoio à Aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed.

Luckesi. C. (2002). *Avaliação da Aprendizagem Escolar*. São Paulo: Cortez.

Número do Protocolo: 20191223.015.273366.076.0000002762-55

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 36

Recurso: Prezado examinador entendo que a um equívoco na elaboração da questão número trinta e seis (36). Onde se refere aos períodos de desenvolvimento da criança desenvolvido por Montessori. Segundo o site <https://medium.com/@vidaforreal/quatro-planos-de-desenvolvimento-maria-montessori-b6b96e80d174> temos que os quatro planos de desenvolvimento vão desde o nascimento até a maturidade (0 a 24 anos), iniciando dos 0 a 6 anos chamado "The Infancy", quando há muita energia e transformação acontecendo, seguido de um período calmo e complementar, que é chamado "The childhood" dos 6 aos 12 anos, a "adolescência" que é cheia de transformações e turbulências, de 12 a 18, e o último período de 18 a 24 anos, que é chamado de "A Maturidade" que é quando a criança se torna Adulto. Ainda no conteúdo programático do Edital de Abertura nº 01 – versão retificada Página 22 de professor de ensino fundamental anos iniciais e professor educação infantil, possui um erro no sobrenome da autora Maria "Montessori", sendo que o mesmo é "Montessori". Peço anulação desta questão.

Resposta:

INDEFERIDO.

No preambulo da questão, foi solicitado aos candidatos que assinalassem a alternativa correta referente à característica específica da faixa etária do desenvolvimento da criança, de acordo com a Pedagoga Maria Montessori.

Fonte:

<https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/sistema-montessori/32715>

Segundo período: dos seis aos doze anos de idade. Nesse período, as ações da criança já não são mais comandadas por suas necessidades imediatas; suas atitudes têm relação direta com o mundo concreto, com aquilo que vê, ouve e sente. A criança já é capaz de relacionar e entender os fatos que acontecem ao seu redor à luz da razão; reflete e questiona sobre o mundo. Portanto, nessa fase, há uma busca incessante dos "como" e dos "porquês" das coisas. É a entrada da criança no mundo das abstrações (MONTESSORI, 1985).

Número do Protocolo: 20191220.015.273022.076.0000002763-106

Cargo: PROFESSOR GEOGRAFIA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

Questão: 35

Recurso: A questão deve ser anulada pois há duas alternativas corretas, uma vez que cartas e ou mapas topográficos fazem referência a um assunto ou tema específico e apresentam várias formas de representação qualitativa e quantitativa, de acordo com o assunto analisado.

Resposta:

DEFERIDO. Questão anulada por inconsistência na contextualização.

Número do Protocolo: 20191217.015.272582.076.0000002764-103

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 9

Recurso: A palavra Estados Unidos deveria estar em letra maiúscula.

Resposta:

DEFERIDO. A questão será anulada.

Número do Protocolo: 20191220.015.273022.076.0000002765-1010

Cargo: PROFESSOR GEOGRAFIA

Questão: 40

Recurso: Não há alternativa correta, pois é incorreto afirmar que o crescimento econômico chinês dentre outros fatores está atrelado à tecnologia relativamente baixa, mas sim em políticas de incentivo à inovação e à transferência e geração de ciência e tecnologia.

Resposta:

DEFERIDO. Questão anulada por inconsistência na contextualização

Número do Protocolo: 20191217.015.272582.076.0000002766-107

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 22

Recurso: Erros ortográficos na alternativa (a) "realizar" ao invés de realiza e também na alternativa (b) "direcional" ao invés de direcionar.

Resposta:

INDEFERIDO, tendo em vista que a tendência pedagógica que trata da pedagogia crítica-social dos conteúdos traz uma abordagem de emancipação humana, a alternativa E é a correta. Pois, de acordo com Saviani (2003) a pedagogia crítica social dos conteúdos visa superar pedagogias de vertentes de essência e existência, sendo um dos grandes desafios é efetivar a educação como um instrumento que auxilie na transformação da sociedade. A educação tem plenas condições de construir uma sociedade mais cidadã e democrática. Logo a pedagogia crítico-social dos conteúdos visa construir uma teoria pedagógica que articule realidade histórica e social, tornando o papel do professor mediador da educação no processo de transformação social. Assim, essa tendência pedagógica visa produzir direta e intencionalmente métodos de ensino eficazes estimulando o interesse dos alunos. A função social da escola é promover acesso aos conhecimentos historicamente, socialmente e sistematicamente produzidos pela humanidade possibilitando aos educandos e a classe trabalhadora condições de emancipação humana.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

Além desta referida argumentação as letras "A" e "B" são as alternativas incorretas, cabendo ao candidato localizar a alternativa correta através do preâmbulo da questão.

Número do Protocolo: 20191217.015.272582.076.0000002767-104

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 25

Recurso: No enunciado da atividade a palavra falso está escrita "falto", ocorrendo assim um erro de ortografia.

Resposta:

INDEFERIDO, tendo em vista que o erro não induz o candidato ao erro na escolha das alternativas corretas.

Número do Protocolo: 20191217.015.272582.076.0000002768-101

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 28

Recurso: Na alternativa (e) está escrito "Pedagogia do Libertárias" ao invés de Pedagogia Libertária.

Resposta:



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

INDEFERIDO por falta de argumentação previsto em edital de abertura, item 12.2.4. Serão indeferidos os recursos interpostos que não apresentarem fundamentação e embasamento.

Porém cabe ressaltar que:

A avaliação formativa é uma proposta de avaliar o processo de ensino-aprendizagem, considerando a realidade de professores e alunos, seus princípios estão assentados na perspectiva sociocultural. A principal função da avaliação formativa é não se transformar em uma pedagogia das competências, pois a avaliação formativa demanda que haja a articulação entre realidade e conhecimento teórico possibilitando assim a aprendizagem.

Sendo assim ocorrerá alteração de gabarito da letra A para a letra B.

Gomes, S. (2003). *Tessituras Docentes da Avaliação Formativa*. Dissertação de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação,

Universidade Federal de Minas Gerais, MG.

Jorba, J. & Sanmarti, N. (2003). A Função Pedagógica da Avaliação. *In Avaliação como Apoio à Aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed.

Luckesi, C. (2002). *Avaliação da Aprendizagem Escolar*. São Paulo: Cortez.

Número do Protocolo: 20191217.015.272582.076.0000002769-108

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 36

Recurso: De acordo com leituras realizadas a questão apresenta mais de uma alternativa correta.

Resposta:

INDEFERIDO

No preâmbulo da questão, foi solicitado aos candidatos que assinalassem a alternativa correta referente à característica específica da faixa etária do desenvolvimento da criança, de acordo com a Pedagoga Maria Montessori.

Fonte:

<https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/sistema-montessori/32715>

Segundo período: dos seis aos doze anos de idade. Nesse período, as ações da criança já não são mais comandadas por suas necessidades imediatas; suas atitudes têm relação direta com o mundo concreto, com aquilo que vê, ouve e sente. A criança já é capaz de relacionar e entender os fatos que acontecem ao seu redor à luz da razão; reflete e questiona sobre o mundo. Portanto, nessa fase, há uma busca incessante dos "como" e dos "porquês" das coisas. É a entrada da criança no mundo das abstrações (MONTESSORI, 1985).

Número do Protocolo: 20191222.015.273223.076.0000002770-16

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR

Questão: 19

Recurso: A questão supracitada apresenta no gabarito como resposta correta a letra "C". A parte do enunciado apresenta "Análise e assinale a alternativa correta". Logo a opção C ($-1 + 1 = 2$) não pode ser a resposta correta do gabarito. Sendo assim, solicito, encarecidamente, alteração de gabarito letra C ($-1 + 1 = 2$) para letra B ($1 - 1 = 0$)

Resposta:

DEFERIDO.

Em resposta ao recurso apresentado, informa-se que o gabarito enviado para divulgação esta com erro, sendo a resposta correta Alternativa B.

Sendo assim ocorrerá a alteração do gabarito.

Número do Protocolo: 20191219.015.272773.076.0000002771-22

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 9

Recurso: Ilustríssima banca examinadora, há uma ambiguidade na elaboração da questão nove (9), pois o objetivo era marcar a alternativa que apresentava erro de regência/ concordância de acordo com a norma padrão da língua portuguesa, sendo assim, na alternativa (A) a palavra Estados Unidos a letra inicial está escrita com letra minúscula e como nome próprio composto deve ser escrito com letra inicial maiúscula (acordo ortográfico). Sendo assim, possuímos duas alternativas com erro de regência/ concordância. Peço a anulação da questão.

Resposta:

DEFERIDO. A questão será anulada.

Número do Protocolo: 20191209.015.271501.076.0000002772-21

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

Questão: 21

Recurso: Primeiramente a questão está mal escrita, questionando qual é a lei, sendo que a Constituição não é uma lei, mas, sim, um conjunto de leis. Segundo que a Constituição não prevê conteúdos. Terceiro, a Constituição apenas trata da BNCC de maneira superficial mas, quem aprofunda os conteúdos é a LDB. Então, vemos três motivos que tornam essa questão digna de anulação.

Resposta:

INDEFERIDO.

Tendo em vista que a BNCC está garantida na Constituição Federal de 1988, sendo assim é impossível conhecer e compreender a Base Nacional Comum Curricular se não houver o entendimento dos princípios constitucionais. Pois a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que visa guiar o currículo de todas as escolas públicas e privadas, tornando-se diretriz oficial para o ensino do Brasil. De acordo com o MEC (2019) o documento foi homologado em 2018. Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)1, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências, a LDB orienta a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a ser ensinados. BRASIL. BNCC: educação é a base. Brasília: MEC, 2018.

A questão é clara em perguntar "Qual a lei que garanti os conteúdos da BNCC?"

A Única lei que garanti, ou seja, determina conteúdos mínimos para o ensino é a constituição federal através do seu artigo 210. As demais leis tratam do assunto regulamentam o que determina CF.

Número do Protocolo: 20191210.015.271680.076.0000002773-44

Cargo: ATENDENTE DE CRECHE

Questão: 11

Recurso: Na prova caiu tudo questões diferentes do que estava no edital que era pra estudar por isso quero uma nova prova com as matérias que estão no edital

Resposta:

INDEFERIDO. As questões foram elaboradas de acordo com os conteúdos descritos no anexo 1 do edital de abertura.

Número do Protocolo: 20191212.015.272021.076.0000002774-43

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 1

Recurso: Na questão nº 1, segundo o enunciado, solicita a interpretação do texto de Drummond. Nós professores devemos sempre levar em consideração o cotidiano e a vida familiar de nossos alunos, cuidar, zelar e analisar sempre as atividades e textos que levamos para a sala de aula, para não traumatizá-los. Pois bem, não foi isto que os responsáveis por este concurso fizeram. Porém, não seria injusto e discriminador, para não usar palavras mais pesadas, apresentar um texto onde fala da perda da pessoa mais importante da vida de qualquer ser humano? Então, foi exatamente assim que me senti quando comecei a fazer esta prova. Perdi meus pais, pai, MÃE e um irmão no mesmo acidente, aos 2 anos de idades, em um trágico acidente de carro! Este texto desestabiliza o emocional e o psicológico de qualquer pessoa, o que faz com que o candidato se desestruture emocionalmente. Quem não tem essa vivência de sofrimento e de perda pode até ser que não se importe. Mas isso é desumano. Sendo assim, por esta questão estar diretamente ligada à interpretação do texto, fazendo com que o candidato tenha que reler o texto inúmeras vezes, e com embasamento em vivências e embasamento psicológico, solicito a anulação desta questão.

Resposta:

INDEFERIDO. Lamentamos profundamente a sua perda, mas o edital contempla o uso de textos literários e o texto em questão é de autoria de um dos maiores expoentes da literatura brasileira e patrimônio da língua portuguesa.

Número do Protocolo: 20191212.015.272021.076.0000002775-42

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 21

Recurso: A questão 21 refere-se à BNCC, solicitando qual é a lei que garante os conteúdos da BASE. Conforme o gabarito, o qual cita a alternativa C como correta: O conceito de Constituição Federal nada mais é do que um conjunto com as leis fundamentais para organizar e reger as normas de um determinado país. Portanto a CF não é uma lei, mas sim um conjunto delas. Além de que no artigo 210 da CF, diz o seguinte: Art. 210. Serão fixados conteúdos míni-



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

mos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. Porém no enunciado da questão 21 fala da Educação Básica, a qual compreende a educação infantil (de 0 a 6 anos), O ensino fundamental (de 7 a 14 anos) e o ensino médio (de 15 a 17 anos). E não apenas o ensino fundamental citado na lei. Além disso, no art. 210 só fala dos conteúdos mínimos para o fundamental, não diz nada sobre os específicos com consta no enunciado da questão. Além do que é imprescindível destacar que as competências gerais da BNCC, inter-relacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB. Em 2014, a Lei nº 13.005/20147 promulgou o Plano Nacional de Educação (PNE), que reitera a necessidade de estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa [União, Estados, Distrito Federal e Municípios], diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos(as) alunos(as) para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, respeitadas as diversidades regional, estadual e local (BRASIL, 2014). Com base nesses marcos constitucionais, a LDB, no Inciso IV de seu Artigo 9º, afirma que cabe à União estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (BRASIL, 1996; ênfase adicionada). A relação entre o que é básico-comum e o que é diverso é retomada no Artigo 26 da LDB, que determina que os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996; ênfase adicionada). Desta forma, analisa-se que o enunciado da questão não está de acordo com a alternativa correta conforme o gabarito, pois na Base, cita além dos conteúdos da CF, tem os da LDB também. Portanto a questão possui mais de uma alternativa correta. Sendo assim, solicita-se a anulação da questão.

Resposta:

INDEFERIDO.

Tendo em vista que a BNCC está garantida na Constituição Federal de 1988, sendo assim é impossível conhecer e compreender a Base Nacional Comum Curricular se não houver o entendimento dos princípios constitucionais. Pois a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que visa guiar o currículo de todas as escolas públicas e privadas, tornando-se diretriz oficial para o ensino do Brasil. De acordo com o MEC (2019) o documento foi homologado em 2018. Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)1, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências, a LDB orienta a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a ser ensinados. BRASIL. BNCC: educação é a base. Brasília: MEC, 2018.

A questão é clara em perguntar "Qual a lei que garanti os conteúdos da BNCC?"

A Única lei que garanti, ou seja, determina conteúdos mínimos para o ensino é a constituição federal através do seu artigo 210. As demais leis tratam do assunto regulamentam o que determina CF.

Número do Protocolo: 20191209.015.271501.076.0000002776-27

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 28

Recurso: Esta questão faltou uma referência, não esclarecendo qual é o embasamento teórico. A alternativa correta apontada á questão, assinala como que a AVALIAÇÃO FORMATIVA NÃO PODE SE TRANSFORMAR EM TRABALHO POR SITUAÇÕES - PROBLEMA. O que torna-se contraditório, uma vez que as situações - problema são uma forma de contextualizar e significar o processo educativo e não necessariamente uma forma de avaliar. A alternativa C, que afirma que a avaliação formativa não pode se transformar em domínio de avanços coletivos, uma vez que precisamos considerar as individualidades do processo de aprendizagem que, também, pode ser considerada correta se considerarmos que está avaliação busca também, avaliar os avanços gerais de cada grupo de indivíduos, indo em desencontro com o que prevê o processo lógico seletivo, avaliando os alunos nas suas individualidades.

Resposta:

INDEFERIDO. Porém cabe ressaltar que:

A avaliação formativa é uma proposta de avaliar o processo de ensino-aprendizagem, considerando a realidade de professores e alunos, seus princípios estão assentados na perspectiva sociocultural. A principal função da avaliação



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

formativa é não se transformar em uma pedagogia das competências, pois a avaliação formativa demanda que haja a articulação entre realidade e conhecimento teórico possibilitando assim a aprendizagem.

Sendo assim ocorrerá alteração de gabarito da letra “A” para letra “B”.

Gomes. S. (2003). *Tessituras Docentes da Avaliação Formativa*. Dissertação de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação,

Universidade Federal de Minas Gerais, MG.

Jorba, J. & Sanmarti, N. (2003). A Função Pedagógica da Avaliação. In *Avaliação como Apoio à Aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed.

Luckesi. C. (2002). *Avaliação da Aprendizagem Escolar*. São Paulo: Cortez.

Número do Protocolo: 20191212.015.272021.076.0000002777-410

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 22

Recurso: Na questão 22 o enunciado argumenta sobre as tendências pedagógicas, questionando sobre o que defende a Pedagogia Crítica-social dos conteúdos, Como as outras tendências progressistas, a Crítico-social dos conteúdos também está preocupada com a função transformadora da educação em relação à sociedade, sem, com isso, negligenciar o processo de construção do conhecimento fundamentado nos conteúdos acumulados pela humanidade. Segundo Aranha (1996), a Pedagogia Crítico-social dos conteúdos, ou, como também é conhecida, a Pedagogia Histórica-crítica, busca: “Construir uma teoria pedagógica a partir da compreensão de nossa realidade histórica e social, a fim de tornar possível o papel mediador da educação no processo de transformação social. Não que a educação possa por si só produzir a democratização da sociedade, mas a mudança se faz de forma mediatizada, ou seja, por meio da transformação das consciências”. (ARANHA, 1996, p. 216). Segundo o gabarito, a resposta correta seria a alternativa E, entretanto, na alternativa E, nos remete que “...a escola precisa assegurar, por meio do...”. Mas assegurar o que? A resposta da questão está incompleta, suprimindo partes de fundamental importância para o entendimento, além de que no enunciado não cita autores de referência, visto que a presença dos mesmos é de extrema necessidade, pois as argumentações dos mesmos podem mudar o conceito da temática. Sendo assim, a questão não possui resposta correta, portanto solicita-se a anulação da questão.

Resposta:

INDEFERIDO, tendo em vista que a tendência pedagógica que trata da pedagogia crítica-social dos conteúdos traz uma abordagem de emancipação humana, a alternativa E é a correta. Pois, de acordo com Saviani (2003) a pedagogia crítica social dos conteúdos visa superar pedagogias de vertentes de essência e existência, sendo um dos grandes desafios é efetivar a educação como um instrumento que auxilie na transformação da sociedade. A educação tem plenas condições de construir uma sociedade mais cidadã e democrática. Logo a pedagogia crítico-social dos conteúdos visa construir uma teoria pedagógica que articule realidade histórica e social, tornando o papel do professor mediador da educação no processo de transformação social. Assim, essa tendência pedagógica visa produzir direta e intencionalmente métodos de ensino eficazes estimulando o interesse dos alunos. A função social da escola é promover acesso aos conhecimentos historicamente, socialmente e sistematicamente produzidos pela humanidade possibilitando aos educandos e a classe trabalhadora condições de emancipação humana.

SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

Número do Protocolo: 20191212.015.272021.076.0000002778-49

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 26

Recurso: Na questão 26, remete a Teoria de Vygotsky, sobre a diferença entre os Processos elementares psicológicos e os processos superiores. A teoria de Vygotsky apresenta que, a criança nasce apenas com as funções psicológicas elementares e a partir do aprendizado da cultura, estas funções transformam-se em funções psicológicas superiores, sendo estas o controle consciente do comportamento, a ação intencional e a liberdade do indivíduo em relação às características do momento e do espaço presente Segundo o gabarito a resposta correta seria a alternativa D, que diz: (D) Os processos elementares são controlados pelo meio em que o homem está inserido e os processos elementares superiores obedecem a autorregulação. Pois bem, Segundo Silva (2007), a diferença entre os processos elementares psicológicos e os processos superiores refere-se à questão de que os processos elementares são controlados pelo meio e os superiores ou complexos obedecem a uma autorregulação. SILVA, Daniela Regina da. *Psicologia da Educação e Aprendizagem*. Associação Educacional Leonardo da Vinci (ASSELVI). – Indaial: Ed. ASSELVI, 2006. Deste modo vimos que a resposta da alternativa mencionada neste certame encontra-se equivocada e incompleta, pois como pode-se ver a cima que Processos elementares psicológicos é um. Processos superiores ou com-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

plexos é outro. É a resposta da questão fala de processo ELEMENTARES superiores ou complexos. Os processos elementares não são os superiores. Sendo assim, por a alternativa da questão não estar de acordo com a teoria de Vygotsky, solicita a anulação da questão. https://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO_EV060_MD1_SA12_ID2646_13102016173601.pdf

Resposta:

INDEFERIDO, o enunciado da questão apresenta conceitos que são próprios da teoria histórico-cultural, logo ao solicitar a diferença entre os processos psicológicos elementares e os processos superiores já está intrínseco a perspectiva de Vygotsky, as alternativas apresentam elementos que permitem assinalar a alternativa correta. Pois, as bases teóricas que envolvem o desenvolvimento humano e a educação está assentada na perspectiva de Lev Vygotsky. O psicólogo bielorusso chama a atenção para o processo de desenvolvimento, pois segundo o teórico o homem atua sobre o mundo em que está inserido, agindo assim nas relações sociais. Logo, os processos elementares psicológicos são controlados pelo meio e os processos elementares superiores obedecem a autorregulação.

SILVA, Daniela Regina da. Psicologia da Educação e Aprendizagem. Associação Educacional Leonardo da Vinci (ASSELVI). – Indaial: Ed. ASSELVI, 2006.

VYGOTSKY, L.S. A Construção do Pensamento e da Linguagem. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.

_____, Lev S. Aprendizado e desenvolvimento Um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1998.

Número do Protocolo: 20191209.015.271543.076.0000002779-24

Cargo: PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA

Questão: 39

Recurso: A resposta correta desta questão é Modernismo, pois foi essa escola que iniciou a semana de 22 e não liberalismo como a banca publicou

Resposta:

DEFERIDO. A alternativa correta é a letra A. Sendo assim ocorrerá a alteração de gabarito.

Número do Protocolo: 20191212.015.272021.076.0000002780-44

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 27

Recurso: Questão 27 A questão 27 faz referência ao princípio democrático, solicitando de quem necessita de participação. De acordo com a LDB (Lei n. 9.394/96), as instituições públicas que ofertam a Educação Básica devem ser administradas com base no princípio da Gestão Democrática. Gestão Democrática, o que isso significa? A Gestão Democrática está baseada na coordenação de atitudes e ações que propõem a participação social, ou seja, a comunidade escolar (professores, alunos, pais, direção, equipe pedagógica e demais funcionários) é considerada sujeito ativo em todo o processo da gestão, participando de todas as decisões da escola. Assim, é imprescindível que cada um destes sujeitos tenha clareza e conhecimento de seu papel quanto participante da comunidade escolar. Deste modo, podemos inferir que a gestão democrática é um processo pelo qual há o envolvimento e a participação de pais, alunos, professores e funcionários, assegurada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), especificamente em seu artigo 14, preconizando que: [...] os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I- participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II- participação da comunidade escolar local em seus conselhos escolares equivalentes. A resposta desta questão conforme o gabarito é a letra (C) A participação da comunidade Porém, ao analisar a LDB vimos que a resposta da questão está incompleta, pois, segundo a LDB é fundamental a participação da COMUNIDADE ESCOLAR e não da COMUNIDADE. Em vista disto, solicita-se a anulação da questão.

Resposta:

INDEFERIDO, a Constituição Federal de 1988 e a LDB 9394/1996 ressaltam que para a efetivação do princípio constitucional da gestão democrática é necessário a participação da comunidade nas decisões relativas a gestão administrativa, financeira e pedagógica da escola. Portanto, a escola deve estar preparada para proporcionar um ensino de qualidade, respeitando assim a individualidade da comunidade escolar. A partir do princípio da gestão democrática a escola deve estabelecer relação com os demais agentes da comunidade local. A escola para ter característica democrática passa a ser administrada por toda a comunidade, de forma a buscar caminhos que de fato a faça cumprir com sua função social.

CUCIO, Patrícia. Educação democrática: o que é isso? Disponível em:

LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola Pública A pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 2001



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

Número do Protocolo: 20191212.015.272021.076.0000002781-43

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 28

Recurso: A questão 28 faz referência com a avaliação formativa: A avaliação formativa trabalha em parceria com a avaliação diagnóstica dialética, conotação defendida por Luckesi (2006) que concebe o ato de avaliar como um ato amoroso e afirma que as experiências dos educandos devem ser valorizadas pelos docentes, para que através delas, eles sejam capazes de assimilarem novos conhecimentos. Com base no que Luckesi nos diz, A avaliação da aprendizagem neste contexto é um ato amoroso, na medida em que inclui o educando no seu curso de aprendizagem, cada vez com qualidade mais satisfatória, assim como na medida em que o inclui entre os bem-sucedidos, devido ao fato de que esse sucesso foi construído ao longo do processo de ensino-aprendizagem (o sucesso não vem de graça). (LUCKESI, 2006, p.175). Desse modo, elas se completam e está interligadas buscando promover uma aprendizagem significativa aos estudantes nesse sentido, o docente deve conceber a avaliação formativa como um meio para acompanhar a vida diária do discente, sem a preocupação de padronizar instrumentos avaliativos, uma vez que, o processo, em sua maioria, acontece de forma dialógica e as formas de avaliar surgem de acordo com cada momento, observando o que o aluno aprendeu ou deixou de aprender, para que as decisões sejam tomadas em prol da aprendizagem e sejam motivadas por fatores cognitivos, afetivos e relacionais, concretizando assim uma avaliação sem repressão, sem punição. Sendo assim, a avaliação formativa deve sim levar em consideração os trabalhos por situações-problema. Como no enunciado da questão não cita o autor a que a mesma está se baseando, possibilita mais de uma interpretação. Portanto, solicita-se a anulação da questão.

Resposta:

INDEFERIDO, porém cabe ressaltar que:

A avaliação formativa é uma proposta de avaliar o processo de ensino-aprendizagem, considerando a realidade de professores e alunos, seus princípios estão assentados na perspectiva sociocultural. A principal função da avaliação formativa é não se transformar em uma pedagogia das competências, pois a avaliação formativa demanda que haja a articulação entre realidade e conhecimento teórico possibilitando assim a aprendizagem.

Sendo assim ocorrerá alteração de gabarito da letra A para a letra B.

Gomes. S. (2003). *Tessituras Docentes da Avaliação Formativa*. Dissertação de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação,

Universidade Federal de Minas Gerais, MG.

Jorba, J. & Sanmarti, N. (2003). A Função Pedagógica da Avaliação. *In Avaliação como Apoio à Aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed.

Luckesi. C. (2002). *Avaliação da Aprendizagem Escolar*. São Paulo: Cortez.

Número do Protocolo: 20191209.015.271501.076.0000002782-28

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 30

Recurso: Primeiramente que a questão não cita quais são as referências usadas para afirmar isso. E, eu, como professora alfabetizadora, já li inúmeros artigos e livros de autores e pensadores renomados que afirmam que a oralidade é sim um dos princípios que regem o ensino da escrita.

Resposta:

INDEFERIDO, pois o princípio que rege o ensino da escrita centra-se na ação e interação com a linguagem escrita nas práticas sociais. Como o sistema de escrita alfabética é um processo de apropriação, sendo necessário concebê-lo como um sistema notacional e não como um código.

BRASIL, Secretaria de Educação Básica. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A Aprendizagem do Sistema de Escrita Alfabética. Ano 1: unidade 3. Brasília: MEC, SEB, 2012.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. *Psicogênese da Língua Escrita*. Porto Alegre: Artmed, 1986.

MORAIS, A. *Sistema de Escrita Alfabética*. São Paulo: Melhoramentos, 2012

Número do Protocolo: 20191212.015.272021.076.0000002783-41

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 30

Recurso: Na questão 30 nos remete ao ensino da escrita: A grandiosidade do processo de alfabetizar não pode ser somente compreendida como uma forma de ensinar, mas de aprender e evoluir, permitindo assim, uma leitura de in-



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

interpretações do mundo e a compreensão daquilo que se lê. Nesse sentido a alfabetização tem um importante papel, o de conduzir as crianças à aquisição da oralidade, da leitura e da escrita com fruição, isto é, que se sinta o prazer ao estar em sala de aula. “A linguagem tem como objetivo principal a comunicação sendo socialmente construída e transmitida culturalmente. Portanto, o sentido da palavra instaura-se no contexto, aparece no diálogo e altera-se historicamente produzindo formas lingüísticas e atos sociais. A transmissão racional de experiência e pensamento a outros requer um sistema mediador, cujo protótipo é a fala humana, oriunda da necessidade de intercambio durante o trabalho.” (VYGOTSKY, 1998. p. 07) Procura sempre pedir para que os pais leiam com as crianças diariamente, sejam rótulos de embalagens e propagandas, sejam anúncios e os livros que as crianças levam para casa. “Não se trata, simplesmente, de se ensinar a criança a falar, mas de desenvolver sua oralidade e saber lidar com ela nas mais diversas situações”. (DIAS, 2001, p.36) Todavia é preciso levar em conta que alfabetizar exige uma responsabilidade por parte do alfabetizador que deve lançar mão de métodos eficientes nos quais contribuam efetivamente com o processo de aprendizagem de seus alfabetizandos. (MENDONÇA, 2009). Além de saber expressar-se por meio da escrita é necessário dar oportunidade para o aluno expressar-se oralmente. Com base nos autores citados a cima, podemos perceber que a Oralidade tem papel fundamental no processo da escrita e da alfabetização. Como o enunciado da questão não faz referência a nenhum autor, pede-se a anulação da questão, pois a mesma possui mais de uma alternativa possível de ser correta.

Resposta:

INDEFERIDO, pois o princípio que rege o ensino da escrita centra-se na ação e interação com a linguagem escrita nas práticas sociais. Como o sistema de escrita alfabética é um processo de apropriação, sendo necessário concebê-lo como um sistema notacional e não como um código.

BRASIL, Secretaria de Educação Básica. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A Aprendizagem do Sistema de Escrita Alfabética. Ano 1: unidade 3. Brasília: MEC, SEB, 2012.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. Psicogênese da Língua Escrita. Porto Alegre: Artmed, 1986.

MORAIS, A. Sistema de Escrita Alfabética. São Paulo: Melhoramentos, 2012

Número do Protocolo: 20191212.015.272021.076.0000002784-410

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 32

Recurso: Quanto à jornada, de acordo com o que dispõe a Lei nº 11.494/2007, para todas as etapas da Educação Básica, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil estabelecem que a Educação Infantil deve ser ofertada às crianças em jornada parcial de, no mínimo, quatro horas diárias, e em jornada integral, igual ou superior a sete horas diárias. É preciso levar em conta que a criança não deve permanecer em ambiente institucional e coletivo por jornada excessiva, sob o risco de não ter atendidas suas necessidades de recolhimento, intimidade e de convivência familiar. Na alternativa em que consta como certa na questão, remete-se à 7 horas, porém conforme citado acima a jornada integral deve ser igual ou superior a 7 horas. Deste modo, solicita-se a anulação da questão, pois não possui resposta correta.

Resposta:

INDEFERIDO.

No preambulo da questão, foi solicitado aos candidatos que assinalassem a alternativa correta de acordo com o texto da Lei.

Fonte:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Seção II _ Da Educação Infantil

Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

III - atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

Número do Protocolo: 20191219.015.272773.076.0000002785-25

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 21

Recurso: Ilustríssima banca examinadora, na elaboração da questão número vinte e um (21) há um equívoco, pois: “A LDB é a mais importante lei brasileira que se refere à educação. Esta lei foi aprovada em dezembro de 1996 com



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

o número 9394/96, foi criada para garantir o direito a toda população de ter acesso à educação gratuita e de qualidade, para valorizar os profissionais da educação, estabelecer o dever da União, do Estado e dos Municípios com a educação pública. Um marco na regulamentação do ensino no país, trouxe importantes inovações e permitiu colher avanços significativos. ” Porém a questão, QUAL A LEI QUE GARANTE OS CONTEÚDOS DA BNCC? Logo vimos que na palavra “garante” está equivocada perante a BNCC. Referência: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/direito/leis-diretrizes-bases-educacao-comentarios.htm> A existência de uma base curricular comum foi prevista na Constituição Federal, de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, e no Plano Nacional de Educação (PNE), de 2014. Referência: <https://novaescola.org.br/conteudo/9419/base-agora-e-lei> Solicito a anulação da questão.

Resposta:

INDEFERIDO.

Tendo em vista que a BNCC está garantida na Constituição Federal de 1988, sendo assim é impossível conhecer e compreender a Base Nacional Comum Curricular se não houver o entendimento dos princípios constitucionais. Pois a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que visa guiar o currículo de todas as escolas públicas e privadas, tornando-se diretriz oficial para o ensino do Brasil. De acordo com o MEC (2019) o documento foi homologado em 2018. Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)1 , e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências, a LDB orienta a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a ser ensinados. BRASIL. BNCC: educação é a base. Brasília: MEC, 2018.

A questão é clara em perguntar "Qual a lei que garanti os conteúdos da BNCC?"

A Única lei que garanti, ou seja, determina conteúdos mínimos para o ensino é a constituição federal através do seu artigo 210. As demais leis tratam do assunto regulamentam o que determina CF.

Número do Protocolo: 20191220.015.272994.076.0000002786-17

Cargo: TESOUREIRO

Questão: 9

Recurso: Na questão 9 a pergunta faz relação com as 4 Classes Gramaticais da Língua Portuguesa, porém em uma das alternativas da questão possui 5 palavras e não 4 como pede no enunciado da questão. Desta forma como não está de acordo com o enunciado da questão, solicita-se a anulação da questão.

Resposta:

INDEFERIDO. A alternativa A não traz o que pede o enunciado e deve ser descartada pelo candidato por estar errada.

Número do Protocolo: 20191220.015.272994.076.0000002787-16

Cargo: TESOUREIRO

Questão: 33

Recurso: Na questão 33 faz referência com algumas modalidades de licitação, de acordo com a LEI No 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002. (conforme edital, sempre levar em consideração a última atualização das leis) Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei. Portanto pregão também é uma modalidade de pregão, sendo assim, a questão não possui resposta. Desta forma solicita-se a anulação da questão.

Resposta:

INDEFERIDO. A questão 33 refere-se às modalidades elencadas na Lei nº 8666/93 e segue correta, pois Pregão não é uma modalidade da referida Lei, e como elencado no recurso o Pregão é abordado pela Lei nº 10.520/2002. Dessa forma indefere-se o pedido.

Número do Protocolo: 20191220.015.272994.076.0000002788-15

Cargo: TESOUREIRO

Questão: 38

Recurso: A questão 38 cita um dos Princípios contábeis, segundo o gabarito a resposta seria Principio da Oportunidade: Este princípio é mencionado no Art. 6º da Resolução CFC 750/93 e trata a importância de registrar as informações sobre variações patrimoniais na hora da ocorrência. Confirma a redação dada pela Resolução CFC para o princí-



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

pio da oportunidade: Art. 6º O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas. Parágrafo único. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1282/10). Seguindo esta definição, é possível concluir que: • As informações contábeis devem ser claras e verídicas; • Os registros contábeis devem conter informações precisas e atualizadas, colaborando para a tomada de decisão; • Estas informações não devem ser registradas esporadicamente, mas sim no momento de ocorrência. Segundo a norma culta de Português "...forma integral" que está citado na 3º linha do enunciado da questão não faz relação com "a integridade" que está no parágrafo único do art. 6º da resolução em questão. Pois: Integral: Substantivo ou Adjetivo O que é Integral: 1- Inteiro; completo; total. 2- Que conserva suas propriedades originais. 3- (Mat.) Função matemática que é a inversa da derivada. íntegro: Substantivo ou Adjetivo O que é íntegro: Adj. Completo; perfeito; reto; inatacável. Portanto na questão deveria estar "de forma íntegra" e não de "forma integral". Sendo assim, o enunciado da questão está equivocado, portanto solicita-se a anulação da questão.

Resposta:

INDEFERIDO. A questão apresenta-se correta, sendo que perfeitamente clara e objetiva, dependendo como sempre de interpretação do candidato para sua resolução, a palavra "integral" refere-se a completa.

Número do Protocolo: 20191215.015.272207.076.0000002789-21

Cargo: PROFESSOR LÍNGUA INGLESA

Questão: 15

Recurso: Prezado examinador, entendo que há equívoco no gabarito da questão 15 da prova para Professor de Língua Inglesa. Solicito a anulação da referida questão porque não há alternativa correta. Segundo a Lei Orgânica do Município de Sarandi (p. 19), em seu Artigo 63, parágrafo 1º: § 1.º - O Servidor Público estável somente perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que seja assegurada ampla defesa. Sendo assim, na questão 15 somente os itens I (em virtude de sentença judicial transitada em julgado) e II (mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa) estão corretos, de acordo com a Lei Orgânica. Contudo, não há na prova alternativa que contemple os itens I e II.

Resposta:

DEFERIDO. A referida questão será anulada pois não tem alternativa correta.

Número do Protocolo: 20191220.015.272965.076.0000002790-110

Cargo: PROFESSOR GEOGRAFIA

Questão: 22

Recurso: O professor direciona o aluno para uma visão crítica da sociedade

Resposta:

INDEFERIDO, tendo em vista que a tendência pedagógica que trata da pedagogia crítica-social dos conteúdos traz uma abordagem de emancipação humana, a alternativa E é a correta. Pois, de acordo com Saviani (2003) a pedagogia crítica social dos conteúdos visa superar pedagogias de vertentes de essência e existência, sendo um dos grandes desafios é efetivar a educação como um instrumento que auxilie na transformação da sociedade. A educação tem plenas condições de construir uma sociedade mais cidadã e democrática. Logo a pedagogia crítico-social dos conteúdos visa construir uma teoria pedagógica que articule realidade histórica e social, tornando o papel do professor mediador da educação no processo de transformação social. Assim, essa tendência pedagógica visa produzir direta e intencionalmente métodos de ensino eficazes estimulando o interesse dos alunos. A função social da escola é promover acesso aos conhecimentos historicamente, socialmente e sistematicamente produzidos pela humanidade possibilitando aos educandos e a classe trabalhadora condições de emancipação humana.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

Número do Protocolo: 20191220.015.272965.076.0000002791-19

Cargo: PROFESSOR GEOGRAFIA

Questão: 26

Recurso: Pois os processos elementares além de serem controlados pelo meio em q o homem vive eles consideram a zona de desenvolvimento real

Resposta:

INDEFERIDO, o enunciado da questão apresenta conceitos que são próprios da teoria histórico-cultural, logo ao solicitar a diferença entre os processos psicológicos elementares e os processos superiores já está intrínseco a perspec-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

tiva de Vygotsky, as alternativas apresentam elementos que permitem assinalar a alternativa correta. Pois, as bases teóricas que envolvem o desenvolvimento humano e a educação está assentada na perspectiva de Lev Vygotsky. O psicólogo bielorusso chama a atenção para o processo de desenvolvimento, pois segundo o teórico o homem atua sobre o mundo em que está inserido, agindo assim nas relações sociais. Logo, os processos elementares psicológicos são controlados pelo meio e os processos elementares superiores obedecem a autorregulação.

SILVA, Daniela Regina da. Psicologia da Educação e Aprendizagem. Associação Educacional Leonardo da Vinci (ASSELVI). – Indaial: Ed. ASSELVI, 2006.

YVYOTSKY, L.S. A Construção do Pensamento e da Linguagem. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.

_____, Lev S. Aprendizado e desenvolvimento Um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1998.

Número do Protocolo: 20191220.015.272965.076.0000002792-18

Cargo: PROFESSOR GEOGRAFIA

Questão: 26

Recurso: Pois os processos elementares além de serem controlados pelo meio em q o homem vive eles consideram a zona de desenvolvimento real

Resposta:

INDEFERIDO, o enunciado da questão apresenta conceitos que são próprios da teoria histórico-cultural, logo ao solicitar a diferença entre os processos psicológicos elementares e os processos superiores já está intrínseco a perspectiva de Vygotsky, as alternativas apresentam elementos que permitem assinalar a alternativa correta. Pois, as bases teóricas que envolvem o desenvolvimento humano e a educação está assentada na perspectiva de Lev Vygotsky. O psicólogo bielorusso chama a atenção para o processo de desenvolvimento, pois segundo o teórico o homem atua sobre o mundo em que está inserido, agindo assim nas relações sociais. Logo, os processos elementares psicológicos são controlados pelo meio e os processos elementares superiores obedecem a autorregulação.

SILVA, Daniela Regina da. Psicologia da Educação e Aprendizagem. Associação Educacional Leonardo da Vinci (ASSELVI). – Indaial: Ed. ASSELVI, 2006.

YVYOTSKY, L.S. A Construção do Pensamento e da Linguagem. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.

_____, Lev S. Aprendizado e desenvolvimento Um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1998.

Número do Protocolo: 20191220.015.272965.076.0000002793-17

Cargo: PROFESSOR GEOGRAFIA

Questão: 25

Recurso: A alternativa A, nem sempre a escola pode se adaptar a sociedade, pois se a comunidade onde está localizada é uma região de bandidos ela precisa restabelecer essas crianças. A alternativa B, a escola faz com q o aluno se incira no mercado de trabalho

Resposta:

INDEFERIDO, a escola não tem o papel de ser a redentora da sociedade, mas sim de ensinar conteúdos científicos ao seu público alvo. A escola precisa conhecer a realidade da comunidade em que está inserida é fator primordial para a elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico da Escola. Conhecer a realidade da comunidade é trabalhar coletivamente é concretizar o princípio constitucional da gestão democrática, o que significa gerir a escola de maneira a atender as suas necessidades e da comunidade local e escolar.

LÜCK, H. Gestão participativa. Petrópolis: Vozes, 2006. SOUZA, Silvana Aparecida: **Gestão Escolar Compartilhada: Democracia ou Descompromisso.** São Paulo: Xamã, 2001.

Número do Protocolo: 20191220.015.272965.076.0000002794-16

Cargo: PROFESSOR GEOGRAFIA

Questão: 38

Recurso: Nenhuma das alternativas responde corretamente a pergunta realizada. E nem sempre esses pontos servem pa demarcar território e nem ajuda no turismo.

Resposta:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

INDEFERIDO – Dentre as alternativas elencadas a **alternativa B** é a que apresenta itens relevantes, pois demarca o território brasileiro nas suas extremidades N, S e A, L e assinala pontos de interesses turísticos, embora haja muitos outros, estes se beneficiam por estarem localizados em pontos extremos.

Número do Protocolo: 20191222.015.273147.076.0000002795-107

Cargo: PROCURADOR GERAL

Questão: 21

Recurso: Ilmos(as). Srs(as). Examinadores, Venho por meio do presente recurso apresentar importantes apontamentos sobre as questões de nº 21, 23, 29 e 30, especificamente do conteúdo de Conhecimentos Gerais, que constavam na prova de Procurador Geral da Prefeitura do Município de Sarandi/RS (Concurso Público nº 01/2019). Conforme o respectivo edital publicado pela respeitável banca EPL Concursos, as matérias previstas em Conhecimentos Gerais (comum aos cargos de ensino médio, técnico ou superior do quadro geral), página 13, anexo I, Item 1, letra “c” do edital, eram as seguintes: C. CONHECIMENTOS GERAIS: Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia, suas inter-relações e suas vinculações históricas. Nenhum dos itens citados no conteúdo previsto em Conhecimentos Gerais remetia a assuntos como a história do município de Sarandi/RS ou fatos sobre o município de Sarandi/RS. O conteúdo em Conhecimentos Gerais é demasiado abrangente, envolvendo inúmeros assuntos de cunho internacional e nacional que podem ser cobradas em prova, dessa forma, questões tão específicas sobre a cidade de Sarandi/RS deveriam ter sido previstas no edital, como várias bancas assim o fazem. A prova cobrou 4 (quatro) questões que questionavam quem é o atual vice-prefeito da cidade de Sarandi/RS (Questão nº 23), a respectiva população do município (Questão nº 29) e fatos históricos, como: a construção da primeira capela em 1920 (Questão nº 21) e o primeiro município que Sarandi/RS pertenceu (Questão nº 30). Tais questões de conteúdo não delimitado no edital eram demasiadamente específicas e de número relevante. De 10 (dez) questões referentes à Conhecimentos Gerais, 4 (quatro) eram somente sobre o município, totalizando 8 pontos na nota final, vindo a prejudicar os candidatos que não residem na cidade de Sarandi/RS, pois, os que residem, mesmo não constando em edital que tais matérias/questões viriam a ser cobradas, já conhecem as respostas pelo simples fato de naquela cidade residirem. Infelizmente, tal ocorrido fere o princípio da competitividade e acaba por remeter os candidatos de outras cidades em posição de desvantagem. O conteúdo programático demasiadamente genérico e abrangente, no caso em tela, não delimitando no edital que seriam cobrados itens tão específicos como a história de Sarandi/RS, fatos atuais e conhecimentos sobre Sarandi/RS, entre outros, traz prejuízos àqueles que não possuem domicílio no município e jamais poderiam prever que tais questões sobre esse assunto seriam cobradas, ainda mais em um número expressivo. Havendo previsão genérica de conteúdo e cobrança de conhecimentos muito específicos por parte da banca examinadora, é possível a anulação das questões do certame pelo Judiciário. Nesse sentido, posicionou-se o Superior Tribunal de Justiça (STJ) no julgamento de recurso ordinário em mandado de segurança, destacando que a anulação de questão fora do conteúdo previsto no edital “não se trata de revisão dos critérios estabelecidos pela banca examinadora, mas, sim, de dar ao edital do certame interpretação que assegure o cumprimento das regras nele estabelecidas e em relação às quais estavam vinculados tanto a Administração quanto os candidatos. Não se desconhece que o exercício do cargo de Juiz de Direito exige conhecimento aprofundado sobre os mais variados ramos da ciência jurídica. Essa premissa, contudo, não tem o condão de afastar os já referidos princípios da legalidade e da vinculação ao edital, não se mostrando razoável que candidatos tenham que expor conhecimentos de temas que não foram prévia e expressamente exigidos no respectivo edital da abertura”. (STJ – RMS: 28854 AC 2009/0031841-2, Rel. Ministro Paulo Gallotti, Sexta Turma, DJe 01/07/2009). Ainda, no mesmo sentido, a respeito da vinculação ao edital, sob pena de violação à isonomia, à impessoalidade e à legalidade, entre outros princípios inerentes à Administração Pública, entende o Supremo Tribunal Federal (STF), conforme destacado no julgamento de agravo regimental no recurso extraordinário 839653-RO. O excerto da ementa em questão torna cristalino o direito dos candidatos à revisão de questões fora do conteúdo programático: “A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido da possibilidade do controle jurisdicional da legalidade do concurso público quando verificado o descompasso entre as questões cobradas em prova e o conteúdo programático descrito no edital”. (ARE 839653 AgR, Rel. Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe 19-06-2015). Ainda, conforme os anexos que envio através do formulário eletrônico deste recurso, nos editais do Concurso Público da Prefeitura de Pintangueiras – PR (Concurso Público nº 001/2018 / Edital de Abertura - nº 001/2018), na página 12; e da Prefeitura de Santa Maria do Oeste - PR (Concurso Público nº 01/2019 / Edital de Abertura nº 01) em sua página 10, todos realizados pela respeitável banca EPL Concursos, é possível identificar que a própria banca prevê e delimita nos editais que seria cobrado na prova os conteúdos sobre as atualidades dos municípios acima citados e fatos históricos sobre os mesmos. Tal previsão não ocorreu no concurso público da Prefeitura Municipal de Sarandi/RS e restou por prejudicar os candidatos. Além disso, encaminho por anexo exemplos de editais de outras bancas examinadoras, quais citam expressamente que incidirá



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

em suas provas questões específicas de conhecimentos sobre os municípios em questão. Diante do exposto, venho requerer encarecidamente a respeitável banca EPL Concursos, a anulação das questões de nº 21, 23, 29 e 30 do Concurso Público nº 01/2019 – Prova de Procurador Geral do Município de Sarandi/RS, em virtude da cobrança de conteúdo não previsto em edital, com fundamento no Princípio da Competitividade e no Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório. E, além dos fatos já explanados neste recurso, em razão da banca já ter versado expressamente que seriam cobrados conteúdos sobre atualidades e conhecimentos históricos de municípios em outros editais de concursos públicos e não ter feito a mesma especificação no edital da prova da Prefeitura do Município de Sarandi/RS, vindo a cobrar tais questões. Atenciosamente. Pede deferimento, 05 de março de 2020.

Resposta:

INDEFERIDO. Preliminarmente cabe esclarecer que cada concurso é único, em alguns municípios se limita o conteúdo apenas a sua localidade, em outros se indica que será do Brasil e da cidade em qual o concurso está sendo aplicado. Essas tomadas de decisões são estabelecidas através do Edital de Abertura, que se torna a lei do concurso. Ocorre que o Edital de Abertura do município de Sarandi, Estado do Rio Grande do Sul não limitou o assunto, como podemos comprovar pela transcrição do programa de prova contido no Anexo I do referido edital:

Anexo I, item 1, subitem 1:

C. CONHECIMENTOS GERAIS: Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia, suas inter-relações e suas vinculações históricas.

Como pode ser observado no tópico em nenhum momento à limitação se os conhecimentos gerais deverão ser do Brasil, do mundo, do Estado do RS ou do município.

O conteúdo de conhecimentos gerais é amplo, e sim o município de Sarandi foi objeto de questão de prova, pois faz parte do conteúdo programático que não limitou nenhum tipo de localidade geográfica a ser trabalhada.

Cabe ainda ressaltar que tal conteúdo está previsto no Edital de Abertura desde sua primeira publicação, não sofrendo nenhuma retificação ou impugnação, nos prazos previstos e nem mesmo após.

Ainda, a candidata não apresenta nenhum vício em nenhuma questão, apenas traz que o conteúdo referente ao município de Sarandi - RS não poderia ser cobrado visto que o mesmo está limitado. Perguntamos limitado a que região visto que não consta nenhuma informação de limitação ou indicação de localidade no Edital de Abertura?

Ora senhores, se não há limitações, o município sim, não só pode, como deve ser matéria de questão de prova do próprio concurso.

Sendo o que tínhamos para o momento, indefere-se o pedido.

Número do Protocolo: 20191220.015.272965.076.0000002796-14

Cargo: PROFESSOR GEOGRAFIA

Questão: 38

Recurso: Nenhuma das alternativas responde corretamente a pergunta realizada. E nem sempre esses pontos servem para demarcar território e nem ajuda no turismo.

Resposta:

INDEFERIDO – Dentre as alternativas elencadas a **alternativa B** é a que apresenta itens relevantes, pois demarca o território brasileiro nas suas extremidades N, S e A, L e assinala pontos de interesses turísticos, embora haja muitos outros, estes se beneficiam por estarem localizados em pontos extremos.

Número do Protocolo: 20191220.015.272965.076.0000002797-13

Cargo: PROFESSOR GEOGRAFIA

Questão: 40

Recurso: A China possui uma mão de obra barata, sua tecnologia está bem desenvolvida

Resposta:

DEFERIDO. Questão anulada por inconsistência na contextualização.

Número do Protocolo: 20191220.015.272965.076.0000002798-12

Cargo: PROFESSOR GEOGRAFIA

Questão: 40

Recurso: A China possui uma mão de obra barata, sua tecnologia está bem desenvolvida

Resposta:

DEFERIDO. Questão anulada por inconsistência na contextualização

Número do Protocolo: 20191222.015.273147.076.0000002799-105



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

Cargo: PROCURADOR GERAL

Questão: 23

Recurso: Ilmos(as). Srs(as). Examinadores, Venho por meio do presente recurso apresentar importantes apontamentos sobre as questões de nº 21, 23, 29 e 30, especificamente do conteúdo de Conhecimentos Gerais, que constavam na prova de Procurador Geral da Prefeitura do Município de Sarandi/RS (Concurso Público nº 01/2019). Conforme o respectivo edital publicado pela respeitável banca EPL Concursos, as matérias previstas em Conhecimentos Gerais (comum aos cargos de ensino médio, técnico ou superior do quadro geral), página 13, anexo I, Item 1, letra “c” do edital, eram as seguintes: C. CONHECIMENTOS GERAIS: Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia, suas inter-relações e suas vinculações históricas. Nenhum dos itens citados no conteúdo previsto em Conhecimentos Gerais remetia a assuntos como a história do município de Sarandi/RS ou fatos sobre o município de Sarandi/RS. O conteúdo em Conhecimentos Gerais é demasiado abrangente, envolvendo inúmeros assuntos de cunho internacional e nacional que podem ser cobradas em prova, dessa forma, questões tão específicas sobre a cidade de Sarandi/RS deveriam ter sido previstas no edital, como várias bancam assim o fazem. A prova cobrou 4 (quatro) questões que questionavam quem é o atual vice-prefeito da cidade de Sarandi/RS (Questão nº 23), a respectiva população do município (Questão nº 29) e fatos históricos, como: a construção da primeira capela em 1920 (Questão nº 21) e o primeiro município que Sarandi/RS pertenceu (Questão nº 30). Tais questões de conteúdo não delimitado no edital eram demasiadamente específicas e de número relevante. De 10 (dez) questões referentes à Conhecimentos Gerais, 4 (quatro) eram somente sobre o município, totalizando 8 pontos na nota final, vindo a prejudicar os candidatos que não residem na cidade de Sarandi/RS, pois, os que residem, mesmo não constando em edital que tais matérias/questões viriam a ser cobradas, já conhecem as respostas pelo simples fato de naquela cidade residirem. Infelizmente, tal ocorrido fere o princípio da competitividade e acaba por remeter os candidatos de outras cidades em posição de desvantagem. O conteúdo programático demasiadamente genérico e abrangente, no caso em tela, não delimitando no edital que seriam cobrados itens tão específicos como a história de Sarandi/RS, fatos atuais e conhecimentos sobre Sarandi/RS, entre outros, traz prejuízos àqueles que não possuem domicílio no município e jamais poderiam prever que tais questões sobre esse assunto seriam cobradas, ainda mais em um número expressivo. Havendo previsão genérica de conteúdo e cobrança de conhecimentos muito específicos por parte da banca examinadora, é possível a anulação das questões do certame pelo Judiciário. Nesse sentido, posicionou-se o Superior Tribunal de Justiça (STJ) no julgamento de recurso ordinário em mandado de segurança, destacando que a anulação de questão fora do conteúdo previsto no edital “não se trata de revisão dos critérios estabelecidos pela banca examinadora, mas, sim, de dar ao edital do certame interpretação que assegure o cumprimento das regras nele estabelecidas e em relação às quais estavam vinculados tanto a Administração quanto os candidatos. Não se desconhece que o exercício do cargo de Juiz de Direito exige conhecimento aprofundado sobre os mais variados ramos da ciência jurídica. Essa premissa, contudo, não tem o condão de afastar os já referidos princípios da legalidade e da vinculação ao edital, não se mostrando razoável que candidatos tenham que expor conhecimentos de temas que não foram prévia e expressamente exigidos no respectivo edital da abertura”. (STJ – RMS: 28854 AC 2009/0031841-2, Rel. Ministro Paulo Gallotti, Sexta Turma, DJe 01/07/2009). Ainda, no mesmo sentido, a respeito da vinculação ao edital, sob pena de violação à isonomia, à impessoalidade e à legalidade, entre outros princípios inerentes à Administração Pública, entende o Supremo Tribunal Federal (STF), conforme destacado no julgamento de agravo regimental no recurso extraordinário 839653-RO. O excerto da ementa em questão torna cristalino o direito dos candidatos à revisão de questões fora do conteúdo programático: “A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido da possibilidade do controle jurisdicional da legalidade do concurso público quando verificado o descompasso entre as questões cobradas em prova e o conteúdo programático descrito no edital”. (ARE 839653 AgR, Rel. Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe 19-06-2015). Ainda, conforme os anexos que envio através do formulário eletrônico deste recurso, nos editais do Concurso Público da Prefeitura de Pintangueiras – PR (Concurso Público nº 001/2018 / Edital de Abertura - nº 001/2018), na página 12; e da Prefeitura de Santa Maria do Oeste - PR (Concurso Público nº 01/2019 / Edital de Abertura nº 01) em sua página 10, todos realizados pela respeitável banca EPL Concursos, é possível identificar que a própria banca prevê e delimita nos editais que seria cobrado na prova os conteúdos sobre as atualidades dos municípios acima citados e fatos históricos sobre os mesmos. Tal previsão não ocorreu no concurso público da Prefeitura Municipal de Sarandi/RS e restou por prejudicar os candidatos. Além disso, encaminho por anexo exemplos de editais de outras bancas examinadoras, quais citam expressamente que incidirá em suas provas questões específicas de conhecimentos sobre os municípios em questão. Diante do exposto, venho requerer encarecidamente a respeitável banca EPL Concursos, a anulação das questões de nº 21, 23, 29 e 30 do Concurso Público nº 01/2019 – Prova de Procurador Geral do Município de Sarandi/RS, em virtude da cobrança de conteúdo não previsto em edital, com fundamento no Princípio da Competitividade e no Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório. E, além dos fatos já explanados neste recurso, em razão da banca já ter versado expres-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

samente que seriam cobrados conteúdos sobre atualidades e conhecimentos históricos de municípios em outros editais de concursos públicos e não ter feito a mesma especificação no edital da prova da Prefeitura do Município de Sarandi/RS, vindo a cobrar tais questões. Atenciosamente. Pede deferimento, 05 de março de 2020.

Resposta:

INDEFERIDO. Preliminarmente cabe esclarecer que cada concurso é único, em alguns municípios se limita o conteúdo apenas a sua localidade, em outros se indica que será do Brasil e da cidade em qual o concurso está sendo aplicado. Essas tomadas de decisões são estabelecidas através do Edital de Abertura, que se torna a lei do concurso. Ocorre que o Edital de Abertura do município de Sarandi, Estado do Rio Grande do Sul não limitou o assunto, como podemos comprovar pela transcrição do programa de prova contido no Anexo I do referido edital:

Anexo I, item 1, subitem 1:

C. CONHECIMENTOS GERAIS: Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia, suas inter-relações e suas vinculações históricas.

Como pode ser observado no tópico em nenhum momento à limitação se os conhecimentos gerais deverão ser do Brasil, do mundo, do Estado do RS ou do município.

O conteúdo de conhecimentos gerais é amplo, e sim o município de Sarandi foi objeto de questão de prova, pois faz parte do conteúdo programático que não limitou nenhum tipo de localidade geográfica a ser trabalhada.

Cabe ainda ressaltar que tal conteúdo está previsto no Edital de Abertura desde sua primeira publicação, não sofrendo nenhuma retificação ou impugnação, nos prazos previstos e nem mesmo após.

Ainda, a candidata não apresenta nenhum vício em nenhuma questão, apenas traz que o conteúdo referente ao município de Sarandi - RS não poderia ser cobrado visto que o mesmo está limitado. Perguntamos limitado a que região visto que não consta nenhuma informação de limitação ou indicação de localidade no Edital de Abertura?

Ora senhores, se não há limitações, o município sim, não só pode, como deve ser matéria de questão de prova do próprio concurso.

Sendo o que tínhamos para o momento, indefere-se o pedido.

Número do Protocolo: 20191220.015.272965.076.0000002800-16

Cargo: PROFESSOR GEOGRAFIA

Questão: 35

Recurso: A questão está muito confusa não esclarebdo p uma resposta correta.

Resposta:

INDEFERIDO. por falta de argumentação prevista no edital de abertura no item 12.2.4. Serão indeferidos os recursos interpostos que não apresentarem fundamentação e embasamento.

Número do Protocolo: 20191220.015.272965.076.0000002801-15

Cargo: PROFESSOR GEOGRAFIA

Questão: 27

Recurso: Como a família está inserida nessa comunidade, é necessário q haja a participação da família

Resposta:

INDEFERIDO, a Constituição Federal de 1988 e a LDB 9394/1996 ressaltam que para a efetivação do princípio constitucional da gestão democrática é necessário a participação da comunidade nas decisões relativas a gestão administrativa, financeira e pedagógica da escola. Portanto, a escola deve estar preparada para proporcionar um ensino de qualidade, respeitando assim a individualidade da comunidade escolar. A partir do princípio da gestão democrática a escola deve estabelecer relação com os demais agentes da comunidade local. A escola para ter característica democrática passa a ser administrada por toda a comunidade, de forma a buscar caminhos que de fato a faça cumprir com sua função social.

CUCIO, Patrícia. Educação democrática: o que é isso? Disponível em:

LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola Pública A pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 2001

Número do Protocolo: 20191220.015.272974.076.0000002802-38

Cargo: TÉCNICO ENFERMAGEM

Questão: 31

Recurso: A questão deve ser anulada uma vez que o conteúdo programático pertinente a questão não consta no edital.

Resposta:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

INDEFERIDO.

Este tema, encontra-se no item do conteúdo

- “Assistência de Enfermagem em Unidade de Terapia Intensiva”. Portanto, recurso indeferido.

Número do Protocolo: 20191222.015.273147.076.0000002803-109

Cargo: PROCURADOR GERAL

Questão: 29

Recurso: Ilmos(as). Srs(as). Examinadores, Venho por meio do presente recurso apresentar importantes apontamentos sobre as questões de nº 21, 23, 29 e 30, especificamente do conteúdo de Conhecimentos Gerais, que constavam na prova de Procurador Geral da Prefeitura do Município de Sarandi/RS (Concurso Público nº 01/2019). Conforme o respectivo edital publicado pela respeitável banca EPL Concursos, as matérias previstas em Conhecimentos Gerais (comum aos cargos de ensino médio, técnico ou superior do quadro geral), página 13, anexo I, Item 1, letra “c” do edital, eram as seguintes: C. CONHECIMENTOS GERAIS: Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia, suas inter-relações e suas vinculações históricas. Nenhum dos itens citados no conteúdo previsto em Conhecimentos Gerais remetia a assuntos como a história do município de Sarandi/RS ou fatos sobre o município de Sarandi/RS. O conteúdo em Conhecimentos Gerais é demasiado abrangente, envolvendo inúmeros assuntos de cunho internacional e nacional que podem ser cobradas em prova, dessa forma, questões tão específicas sobre a cidade de Sarandi/RS deveriam ter sido previstas no edital, como várias bancas assim o fazem. A prova cobrou 4 (quatro) questões que questionavam quem é o atual vice-prefeito da cidade de Sarandi/RS (Questão nº 23), a respectiva população do município (Questão nº 29) e fatos históricos, como: a construção da primeira capela em 1920 (Questão nº 21) e o primeiro município que Sarandi/RS pertenceu (Questão nº 30). Tais questões de conteúdo não delimitado no edital eram demasiadamente específicas e de número relevante. De 10 (dez) questões referentes à Conhecimentos Gerais, 4 (quatro) eram somente sobre o município, totalizando 8 pontos na nota final, vindo a prejudicar os candidatos que não residem na cidade de Sarandi/RS, pois, os que residem, mesmo não constando em edital que tais matérias/questões viriam a ser cobradas, já conhecem as respostas pelo simples fato de naquela cidade residirem. Infelizmente, tal ocorrido fere o princípio da competitividade e acaba por remeter os candidatos de outras cidades em posição de desvantagem. O conteúdo programático demasiadamente genérico e abrangente, no caso em tela, não delimitando no edital que seriam cobrados itens tão específicos como a história de Sarandi/RS, fatos atuais e conhecimentos sobre Sarandi/RS, entre outros, traz prejuízos àqueles que não possuem domicílio no município e jamais poderiam prever que tais questões sobre esse assunto seriam cobradas, ainda mais em um número expressivo. Havendo previsão genérica de conteúdo e cobrança de conhecimentos muito específicos por parte da banca examinadora, é possível a anulação das questões do certame pelo Judiciário. Nesse sentido, posicionou-se o Superior Tribunal de Justiça (STJ) no julgamento de recurso ordinário em mandado de segurança, destacando que a anulação de questão fora do conteúdo previsto no edital “não se trata de revisão dos critérios estabelecidos pela banca examinadora, mas, sim, de dar ao edital do certame interpretação que assegure o cumprimento das regras nele estabelecidas e em relação às quais estavam vinculados tanto a Administração quanto os candidatos. Não se desconhece que o exercício do cargo de Juiz de Direito exige conhecimento aprofundado sobre os mais variados ramos da ciência jurídica. Essa premissa, contudo, não tem o condão de afastar os já referidos princípios da legalidade e da vinculação ao edital, não se mostrando razoável que candidatos tenham que expor conhecimentos de temas que não foram prévia e expressamente exigidos no respectivo edital da abertura”. (STJ – RMS: 28854 AC 2009/0031841-2, Rel. Ministro Paulo Gallotti, Sexta Turma, DJe 01/07/2009). Ainda, no mesmo sentido, a respeito da vinculação ao edital, sob pena de violação à isonomia, à impessoalidade e à legalidade, entre outros princípios inerentes à Administração Pública, entende o Supremo Tribunal Federal (STF), conforme destacado no julgamento de agravo regimental no recurso extraordinário 839653-RO. O excerto da ementa em questão torna cristalino o direito dos candidatos à revisão de questões fora do conteúdo programático: “A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido da possibilidade do controle jurisdicional da legalidade do concurso público quando verificado o descompasso entre as questões cobradas em prova e o conteúdo programático descrito no edital”. (ARE 839653 AgR, Rel. Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe 19-06-2015). Ainda, conforme os anexos que envio através do formulário eletrônico deste recurso, nos editais do Concurso Público da Prefeitura de Pintangueiras – PR (Concurso Público nº 001/2018 / Edital de Abertura - nº 001/2018), na página 12; e da Prefeitura de Santa Maria do Oeste - PR (Concurso Público nº 01/2019 / Edital de Abertura nº 01) em sua página 10, todos realizados pela respeitável banca EPL Concursos, é possível identificar que a própria banca prevê e delimita nos editais que seria cobrado na prova os conteúdos sobre as atualidades dos municípios acima citados e fatos históricos sobre os mesmos. Tal previsão não ocorreu no concurso público da Prefeitura Municipal de Sarandi/RS e restou por prejudicar os candidatos. Além disso, encaminho por anexo exemplos de editais de outras bancas examinadoras, quais citam expressamente que incidirá



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

em suas provas questões específicas de conhecimentos sobre os municípios em questão. Diante do exposto, venho requerer encarecidamente a respeitável banca EPL Concursos, a anulação das questões de nº 21, 23, 29 e 30 do Concurso Público nº 01/2019 – Prova de Procurador Geral do Município de Sarandi/RS, em virtude da cobrança de conteúdo não previsto em edital, com fundamento no Princípio da Competitividade e no Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório. E, além dos fatos já explanados neste recurso, em razão da banca já ter versado expressamente que seriam cobrados conteúdos sobre atualidades e conhecimentos históricos de municípios em outros editais de concursos públicos e não ter feito a mesma especificação no edital da prova da Prefeitura do Município de Sarandi/RS, vindo a cobrar tais questões. Atenciosamente. Pede deferimento, 05 de março de 2020.

Resposta:

INDEFERIDO. Preliminarmente cabe esclarecer que cada concurso é único, em alguns municípios se limita o conteúdo apenas a sua localidade, em outros se indica que será do Brasil e da cidade em qual o concurso está sendo aplicado. Essas tomadas de decisões são estabelecidas através do Edital de Abertura, que se torna a lei do concurso. Ocorre que o Edital de Abertura do município de Sarandi, Estado do Rio Grande do Sul não limitou o assunto, como podemos comprovar pela transcrição do programa de prova contido no Anexo I do referido edital:

Anexo I, item 1, subitem 1:

C. CONHECIMENTOS GERAIS: Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia, suas inter-relações e suas vinculações históricas.

Como pode ser observado no tópico em nenhum momento à limitação se os conhecimentos gerais deverão ser do Brasil, do mundo, do Estado do RS ou do município.

O conteúdo de conhecimentos gerais é amplo, e sim o município de Sarandi foi objeto de questão de prova, pois faz parte do conteúdo programático que não limitou nenhum tipo de localidade geográfica a ser trabalhada.

Cabe ainda ressaltar que tal conteúdo está previsto no Edital de Abertura desde sua primeira publicação, não sofrendo nenhuma retificação ou impugnação, nos prazos previstos e nem mesmo após.

Ainda, a candidata não apresenta nenhum vício em nenhuma questão, apenas traz que o conteúdo referente ao município de Sarandi - RS não poderia ser cobrado visto que o mesmo está limitado. Perguntamos limitado a que região visto que não consta nenhuma informação de limitação ou indicação de localidade no Edital de Abertura?

Ora senhores, se não há limitações, o município sim, não só pode, como deve ser matéria de questão de prova do próprio concurso.

Sendo o que tínhamos para o momento, indefere-se o pedido.

Número do Protocolo: 20191220.015.272974.076.0000002804-36

Cargo: TÉCNICO ENFERMAGEM

Questão: 35

Recurso: A alternativa E também está incorreta pois: A vasectomia, mesmo sendo uma operação simples, tem riscos e pode apresentar problemas como qualquer outra cirurgia. Segundo a cartilha dos direitos sexuais direitos reprodutivos, e métodos anticoncepcionais do ministério da saúde. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/direitos_sexuais_metodos_anticoncepcionais.pdf

Resposta:

INDEFERIDO.

Prezado candidato, temos a esclarecer que:

Portanto, apenas uma questão está incorreta. Recurso indeferido, segue gabarito oficial.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

O efeito da vasectomia não é imediato. Nas primeiras ejaculações depois da vasectomia, ainda existem espermatozoides no esperma ejaculado, ou seja, ainda existe o risco de o homem engravidar a mulher. A vasectomia só será considerada segura quando o exame realizado no esperma, o espermograma, mostrar que não existem mais espermatozoides no esperma ejaculado.

Até que o espermograma seja negativo, o homem ou a mulher devem usar algum método para evitar a gravidez.

A vasectomia não causa nenhum problema de saúde para o homem. O homem apenas não poderá mais engravidar uma mulher.

A vasectomia não altera a vida sexual do homem. O desejo e a potência sexual continuam iguais ao que eram antes da cirurgia. A única diferença é que o esperma ejaculado não contém mais espermatozoides, mas não ocorrem alterações na quantidade e no aspecto do esperma.

Fonte: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/direitos_sexuais_reprodutivos_metodos_anticoncepcionais.pdf

Número do Protocolo: 20191222.015.273147.076.0000002805-103

Cargo: PROCURADOR GERAL

Questão: 30

Recurso: Ilmos(as). Srs(as). Examinadores, Venho por meio do presente recurso apresentar importantes apontamentos sobre as questões de nº 21, 23, 29 e 30, especificamente do conteúdo de Conhecimentos Gerais, que constavam na prova de Procurador Geral da Prefeitura do Município de Sarandi/RS (Concurso Público nº 01/2019). Conforme o respectivo edital publicado pela respeitável banca EPL Concursos, as matérias previstas em Conhecimentos Gerais (comum aos cargos de ensino médio, técnico ou superior do quadro geral), página 13, anexo I, Item 1, letra “c” do edital, eram as seguintes: C. CONHECIMENTOS GERAIS: Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia, suas inter-relações e suas vinculações históricas. Nenhum dos itens citados no conteúdo previsto em Conhecimentos Gerais remetia a assuntos como a história do município de Sarandi/RS ou fatos sobre o município de Sarandi/RS. O conteúdo em Conhecimentos Gerais é demasiado abrangente, envolvendo inúmeros assuntos de cunho internacional e nacional que podem ser cobradas em prova, dessa forma, questões tão específicas sobre a cidade de Sarandi/RS deveriam ter sido previstas no edital, como várias bancas assim o fazem. A prova cobrou 4 (quatro) questões que questionavam quem é o atual vice-prefeito da cidade de Sarandi/RS (Questão nº 23), a respectiva população do município (Questão nº 29) e fatos históricos, como: a construção da primeira capela em 1920 (Questão nº 21) e o primeiro município que Sarandi/RS pertenceu (Questão nº 30). Tais questões de conteúdo não delimitado no edital eram demasiadamente específicas e de número relevante. De 10 (dez) questões referentes à Conhecimentos Gerais, 4 (quatro) eram somente sobre o município, totalizando 8 pontos na nota final, vindo a prejudicar os candidatos que não residem na cidade de Sarandi/RS, pois, os que residem, mesmo não constando em edital que tais matérias/questões viriam a ser cobradas, já conhecem as respostas pelo simples fato de naquela cidade residirem. Infelizmente, tal ocorrido fere o princípio da competitividade e acaba por remeter os candidatos de outras cidades em posição de desvantagem. O conteúdo programático demasiadamente genérico e abrangente, no caso em tela, não delimitando no edital que seriam cobrados itens tão específicos como a história de Sarandi/RS, fatos atuais e conhecimentos sobre Sarandi/RS, entre outros, traz prejuízos àqueles que não possuem domicílio no município e jamais poderiam prever que tais questões sobre esse assunto seriam cobradas, ainda mais em um número expressivo. Havendo previsão genérica de conteúdo e cobrança de conhecimentos muito específicos por parte da banca examinadora, é possível a anulação das questões do certame pelo Judiciário. Nesse sentido, posicionou-se o Superior Tribunal de Justiça (STJ) no julgamento de recurso ordinário em mandado de segurança, destacando que a anulação de questão fora do conteúdo previsto no edital “não se trata de revisão dos critérios estabelecidos pela banca examinadora, mas, sim, de dar ao edital do certame interpretação que assegure o cumprimento das regras nele estabelecidas e em relação às quais estavam vinculados tanto a Administração quanto os candidatos. Não se desconhece que o exercício do cargo de Juiz de Direito exige conhecimento aprofundado sobre os mais variados ramos da ciência jurídica. Essa premissa, contudo, não tem o condão de afastar os já referidos princípios da legalidade e da vinculação ao edital, não se mostrando razoável que candidatos tenham que expor conheci-



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

mentos de temas que não foram prévia e expressamente exigidos no respectivo edital da abertura”. (STJ – RMS: 28854 AC 2009/0031841-2, Rel. Ministro Paulo Gallotti, Sexta Turma, DJe 01/07/2009). Ainda, no mesmo sentido, a respeito da vinculação ao edital, sob pena de violação à isonomia, à impessoalidade e à legalidade, entre outros princípios inerentes à Administração Pública, entende o Supremo Tribunal Federal (STF), conforme destacado no julgamento de agravo regimental no recurso extraordinário 839653-RO. O excerto da ementa em questão torna cristalino o direito dos candidatos à revisão de questões fora do conteúdo programático: “A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido da possibilidade do controle jurisdicional da legalidade do concurso público quando verificado o descompasso entre as questões cobradas em prova e o conteúdo programático descrito no edital”. (ARE 839653 AgR, Rel. Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe 19-06-2015). Ainda, conforme os anexos que envio através do formulário eletrônico deste recurso, nos editais do Concurso Público da Prefeitura de Pintangueiras – PR (Concurso Público nº 001/2018 / Edital de Abertura - nº 001/2018), na página 12; e da Prefeitura de Santa Maria do Oeste - PR (Concurso Público nº 01/2019 / Edital de Abertura nº 01) em sua página 10, todos realizados pela respeitável banca EPL Concursos, é possível identificar que a própria banca prevê e delimita nos editais que seria cobrado na prova os conteúdos sobre as atualidades dos municípios acima citados e fatos históricos sobre os mesmos. Tal previsão não ocorreu no concurso público da Prefeitura Municipal de Sarandi/RS e restou por prejudicar os candidatos. Além disso, encaminho por anexo exemplos de editais de outras bancas examinadoras, quais citam expressamente que incidirá em suas provas questões específicas de conhecimentos sobre os municípios em questão. Diante do exposto, venho requerer encarecidamente a respeitável banca EPL Concursos, a anulação das questões de nº 21, 23, 29 e 30 do Concurso Público nº 01/2019 – Prova de Procurador Geral do Município de Sarandi/RS, em virtude da cobrança de conteúdo não previsto em edital, com fundamento no Princípio da Competitividade e no Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório. E, além dos fatos já explanados neste recurso, em razão da banca já ter versado expressamente que seriam cobrados conteúdos sobre atualidades e conhecimentos históricos de municípios em outros editais de concursos públicos e não ter feito a mesma especificação no edital da prova da Prefeitura do Município de Sarandi/RS, vindo a cobrar tais questões. Atenciosamente. Pede deferimento, 05 de março de 2020.

Resposta:

INDEFERIDO. Preliminarmente cabe esclarecer que cada concurso é único, em alguns municípios se limita o conteúdo apenas a sua localidade, em outros se indica que será do Brasil e da cidade em qual o concurso está sendo aplicado. Essas tomadas de decisões são estabelecidas através do Edital de Abertura, que se torna a lei do concurso. Ocorre que o Edital de Abertura do município de Sarandi, Estado do Rio Grande do Sul não limitou o assunto, como podemos comprovar pela transcrição do programa de prova contido no Anexo I do referido edital:

Anexo I, item 1, subitem 1:

C. CONHECIMENTOS GERAIS: Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia, suas inter-relações e suas vinculações históricas.

Como pode ser observado no tópico em nenhum momento à limitação se os conhecimentos gerais deverão ser do Brasil, do mundo, do Estado do RS ou do município.

O conteúdo de conhecimentos gerais é amplo, e sim o município de Sarandi foi objeto de questão de prova, pois faz parte do conteúdo programático que não limitou nenhum tipo de localidade geográfica a ser trabalhada.

Cabe ainda ressaltar que tal conteúdo está previsto no Edital de Abertura desde sua primeira publicação, não sofrendo nenhuma retificação ou impugnação, nos prazos previstos e nem mesmo após.

Ainda, a candidata não apresenta nenhum vício em nenhuma questão, apenas traz que o conteúdo referente ao município de Sarandi - RS não poderia ser cobrado visto que o mesmo está limitado. Perguntamos limitado a que região visto que não consta nenhuma informação de limitação ou indicação de localidade no Edital de Abertura?

Ora senhores, se não há limitações, o município sim, não só pode, como deve ser matéria de questão de prova do próprio concurso.

Sendo o que tínhamos para o momento, indefere-se o pedido.

Número do Protocolo: 20191220.015.272974.076.0000002806-34

Cargo: TÉCNICO ENFERMAGEM

Questão: 37

Recurso: A questão deve ser anulada uma vez que Menorragia é o sangramento fora do período menstrual. Já a hipermenorria é o sangramento prolongado na menstruação. Portanto, são dois sintomas que podem significar diagnósticos diferentes. <https://www.minhavidacom.br/saude/materias/20187-como-tratar-o-sangramento-uterino-anormal-sua>

Resposta:

INDEFERIDO.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

Prezado candidato, temos a esclarecer que:

- a) Alterações no volume: hipermenorréia (aumento do volume sangüíneo) ou hipomenorréia (diminuição do volume sangüíneo).
- b) Período dos ciclos: polimenorréia (ciclos menstruais freqüentes), oligomenorréia (diminuição dos ciclos menstruais) ou amenorréia (ausência de menstruação). As amenorréias podem ser primárias quando aparecem na adolescência, e secundárias, quando presentes em mulheres ou adolescentes que já menstruaram e cujos ciclos se interromperam por pelo menos três meses.
- c) A menorragia representa o aumento quantitativo dos sangramentos menstruais, com alongamento freqüente da duração das menstruações. As **menorragias** se diferenciam da metrorragias, que são sangramentos que aparecem fora dos ciclos menstruais.
- d) A dismenorréia ou menstruação dolorosa pode surgir antes, no desencadeamento ou durante o ciclo menstrual. Em seu mecanismo estão presentes fenômenos espasmódicos, vasculares, congestivos e, com freqüência, também psicológicos.

Portanto, recurso indeferido, segue gabarito oficial.

Fonte: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/profae/pae_cad8.pdf

Número do Protocolo: 20191220.015.272974.076.0000002807-33

Cargo: TÉCNICO ENFERMAGEM

Questão: 1

Recurso: Na alternativa c A reforma proposta pelo poder executivo precisa do aval do poder legislativo. Não se encontra em nenhuma parte do texto, sendo esta alternativa incorreta também.

Resposta:

INDEFERIDO. O primeiro parágrafo traz a informação de que o projeto proposto pelo EXECUTIVO será enviada ao CONGRESSO. Em se tratando de uma proposta entendemos que esta necessita da aceitação do poder legislativo.

Número do Protocolo: 20191220.015.272974.076.0000002808-32

Cargo: TÉCNICO ENFERMAGEM

Questão: 37

Recurso: A questão deve ser anulada uma vez que o conteúdo programático pertinente a questão não consta no edital.

Resposta:

INDEFERIDO.

O tema encontra-se dentro do conteúdo programático no item:

- “Assistência de enfermagem em situações obstétricas de risco”.

Número do Protocolo: 20191220.015.272974.076.0000002809-31

Cargo: TÉCNICO ENFERMAGEM

Questão: 40

Recurso: A questão deve ser anulada uma vez que o conteúdo programático pertinente a questão não consta no edital.

Resposta:

INDEFERIDO.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

O tema encontra-se dentro do conteúdo programático no item:

- 'Assistência de Enfermagem em Unidade de Terapia Intensiva'.

Número do Protocolo: 20191210.015.271657.076.0000002810-68

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR

Questão: 19

Recurso: Alternativa respondida corretamente 1-1=0

Resposta:

DEFERIDO.

Em resposta ao recurso apresentado, informa-se que o gabarito enviado para divulgação esta com erro, sendo a resposta correta Alternativa B.

Sendo assim ocorrerá a alteração do gabarito.

Número do Protocolo: 20191216.015.272367.076.0000002811-36

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR

Questão: 19

Recurso: Dizia para escolher a alternativa correta, que então seria a letra B pois $1-1=0$ E não a letra C que diz - $1+1=2$, $-1+1$ É igual a 0 e não dois.

Resposta:

DEFERIDO.

Em resposta ao recurso apresentado, informa-se que o gabarito enviado para divulgação esta com erro, sendo a resposta correta Alternativa B.

Sendo assim ocorrerá a alteração do gabarito.

Número do Protocolo: 20191210.015.271658.076.0000002812-35

Cargo: PROFESSOR HISTÓRIA

Questão: 35

Recurso: No gabarito preliminar, a questão acima apresenta a alternativa "b" como resposta. De acordo com a bibliografia estudada, Atenas foi o berço da democracia, mas não nos moldes atuais. Naquele período, "Somente os homens livres, de pai e mãe ateniense, maiores de 18 anos e nascidos na cidade eram considerados cidadãos. As mulheres, escravos e estrangeiros não desfrutavam de nenhum tipo de participação política. Dessa forma, a democracia ateniense era excludente na medida em que somente um décimo da população participava do mundo político ateniense.". Assim, o aporte teórico e histórico não condizem com a alternativa que a banca verificou como correta. Fontes: <https://brasilescola.uol.com.br/historiag/democracia-ateniense.htm> .

Resposta:

DEFERIDO. Prospera a legação da candidata, houve erro de indicação do gabarito, sendo a única alternativa correta a contida na letra "C", devendo ocorrer a alteração do Gabarito.

Número do Protocolo: 20191210.015.271658.076.0000002813-34

Cargo: PROFESSOR HISTÓRIA

Questão: 39

Recurso: O enunciado da questão não condiz com as opções de resposta, uma vez que é indagado acerca de uma mercadoria não produzida no Brasil durante o Segundo Reinado, e são oferecidas alternativas referentes à caracterização da República Oligárquica, ocorrida em período posterior.

Resposta:

DEFERIDO. Questão anulada por ser prospera a alegação do candidato.

Número do Protocolo: 20191221.015.273112.076.0000002814-88

Cargo: PROFESSOR ED. FÍSICA

Questão: 21

Recurso: A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), institui em seu artigo 26, que: "Os currículos do Ensino Fundamental e Médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela". Logo, há previsão na lei, que rege a educação brasileira como um todo, do fomento de um currículo comum a todo território nacional. Sendo esta, a maior no que tange à educação brasileira. O Plano Nacional de Educação, é uma lei que prevê a elaboração do currículo comum no Brasil, tendo inclusive em sua



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

redação, na meta 7, prazos para o currículo ser feito vigência. Assim, ele também, em forma de lei, garante a efetivação do currículo comum brasileiro. A Constituição Federal, foi o primeiro documento a prever um currículo comum, em seu artigo 210, com a seguinte redação: “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”. No entanto, o documento regulamentador da educação como um todo, é a LDB (Lei de Diretrizes e bases da Educação) e não a Constituição. Nesse sentido, as opções A, B, e C estariam corretas. Vale ressaltar também, que o edital do concurso não orientava para o estudo da Constituição de 1988. A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), institui em seu artigo 26, que: “Os currículos do Ensino Fundamental e Médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela”. Logo, há previsão na lei, que rege a educação brasileira como um todo, do fomento de um currículo comum a todo território nacional. Sendo esta, a maior no que tange à educação brasileira. O Plano Nacional de Educação, é uma lei que prevê a elaboração do currículo comum no Brasil, tendo inclusive em sua redação, na meta 7, prazos para o currículo ser feito vigência. Assim, ele também, em forma de lei, garante a efetivação do currículo comum brasileiro. A Constituição Federal, foi o primeiro documento a prever um currículo comum, em seu artigo 210, com a seguinte redação: “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”. No entanto, o documento regulamentador da educação como um todo, é a LDB (Lei de Diretrizes e bases da Educação) e não a Constituição. Nesse sentido, as opções A, B, e C estariam corretas. Vale ressaltar também, que o edital do concurso não orientava para o estudo da Constituição de 1988. A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), institui em seu artigo 26, que: “Os currículos do Ensino Fundamental e Médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela”. Logo, há previsão na lei, que rege a educação brasileira como um todo, do fomento de um currículo comum a todo território nacional. Sendo esta, a maior no que tange à educação brasileira. O Plano Nacional de Educação, é uma lei que prevê a elaboração do currículo comum no Brasil, tendo inclusive em sua redação, na meta 7, prazos para o currículo ser feito vigência. Assim, ele também, em forma de lei, garante a efetivação do currículo comum brasileiro. A Constituição Federal, foi o primeiro documento a prever um currículo comum, em seu artigo 210, com a seguinte redação: “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”. No entanto, o documento regulamentador da educação como um todo, é a LDB (Lei de Diretrizes e bases da Educação) e não a Constituição. Nesse sentido, as opções A, B, e C estariam corretas. Vale ressaltar também, que o edital do concurso não orientava para o estudo da Constituição de 1988. A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), institui em seu artigo 26, que: “Os currículos do Ensino Fundamental e Médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela”. Logo, há previsão na lei, que rege a educação brasileira como um todo, do fomento de um currículo comum a todo território nacional. Sendo esta, a maior no que tange à educação brasileira. O Plano Nacional de Educação, é uma lei que prevê a elaboração do currículo comum no Brasil, tendo inclusive em sua redação, na meta 7, prazos para o currículo ser feito vigência. Assim, ele também, em forma de lei, garante a efetivação do currículo comum brasileiro. A Constituição Federal, foi o primeiro documento a prever um currículo comum, em seu artigo 210, com a seguinte redação: “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”. No entanto, o documento regulamentador da educação como um todo, é a LDB (Lei de Diretrizes e bases da Educação) e não a Constituição. Nesse sentido, as opções A, B, e C estariam corretas. Vale ressaltar também, que o edital do concurso não orientava para o estudo da Consti-



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

tuição de 1988. A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), institui em seu artigo 26, que "os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser completada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. Dessa forma, a previsão na lei, que rege a educação brasileira como um todo, do fomento de um currículo comum a todo território nacional. Sendo esta, a maior lei no que tange à educação brasileira. A priori, no edital do concurso, não constava o estudo da Constituição Federativa do Brasil de 1988. Constatei após pesquisa que a alternativa correta é a letra A.

Resposta:

INDEFERIDO.

Tendo em vista que a BNCC está garantida na Constituição Federal de 1988, sendo assim é impossível conhecer e compreender a Base Nacional Comum Curricular se não houver o entendimento dos princípios constitucionais. Pois a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que visa guiar o currículo de todas as escolas públicas e privadas, tornando-se diretriz oficial para o ensino do Brasil. De acordo com o MEC (2019) o documento foi homologado em 2018. Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)1, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências, a LDB orienta a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a ser ensinados. BRASIL. BNCC: educação é a base. Brasília: MEC, 2018.

A questão é clara em perguntar "Qual a lei que garanti os conteúdos da BNCC?"

A unica lei que garanti, ou seja, determina conteúdos mínimos para o ensino é a constituição federal através do seu artigo 210. As demais leis tratam do assunto regulamentam o que determina CF.

Número do Protocolo: 20191221.015.273112.076.000002815-87

Cargo: PROFESSOR ED. FÍSICA

Questão: 26

Recurso: A questão 26 está confusa por não apresentar os termos outrora pedidos na questão, os quais irão aparecer diferentes nas opções de marcar. No que tange a diferença entre processos elementares psicológicos e os processos superiores, podemos dizer que: na resposta A, B, C e D, o termo processos elementares vem sem o acréscimo da palavra psicológicos e os processos superiores vem acrescido da palavra elementares, gerando assim, confusão com o que deveria ser marcado, não tendo nenhuma das opções com os termos pedidos na questão.

Resposta:

INDEFERIDO, o enunciado da questão apresenta conceitos que são próprios da teoria histórico-cultural, logo ao solicitar a diferença entre os processos psicológicos elementares e os processos superiores já está intrínseco a perspectiva de Vygotsky, as alternativas apresentam elementos que permitem assinalar a alternativa correta. Pois, as bases teóricas que envolvem o desenvolvimento humano e a educação está assentada na perspectiva de Lev Vygotsky. O psicólogo bielorusso chama a atenção para o processo de desenvolvimento, pois segundo o teórico o homem atua sobre o mundo em que está inserido, agindo assim nas relações sociais. Logo, os processos elementares psicológicos são controlados pelo meio e os processos elementares superiores obedecem a autorregulação.

SILVA, Daniela Regina da. Psicologia da Educação e Aprendizagem. Associação Educacional Leonardo da Vinci (ASSELVI). – Indaial: Ed. ASSELVI, 2006.

VYGOTSKY, L.S. A Construção do Pensamento e da Linguagem. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.

_____, Lev S. Aprendizado e desenvolvimento Um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1998.

Número do Protocolo: 20191221.015.273112.076.000002816-86

Cargo: PROFESSOR ED. FÍSICA

Questão: 28

Recurso: A questão 28 há erro na formulação da questão, nota-se uma negação no final da frase (é necessário que a avaliação formativa em:) , o que direciona a marcar aquela que deverá ser evitada dese fazer, para que assim, ocorra o rompimento entre os processos avaliativos. Note que, ao dizer que a avaliação formativa não deve se transformar em algo, as opções de respostas deveriam ter concepções de avaliações lógicas seletivas, no entanto as opções são todas afirmações do processo formativo, não sobrando questões a serem marcadas. "Para que ocorra o rompimento entre o processo avaliativo formativo e o processo lógico-seletivo, é necessário que a avaliação formativa não se transforme em: A opção A tida como correta, trabalho por situações-problemas é uma concepção ligada ao processo avaliativo formativo, ao se fazer situações seletivo. No entanto, a questão pedia quais atitudes deveriam ser



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

evitadas para que a avaliação formativa não se transformasse em seletiva. Dessa forma nenhuma das respostas poderiam ser marcadas.

Resposta:

INDEFERIDO, porém cabe ressaltar que:

A avaliação formativa é uma proposta de avaliar o processo de ensino-aprendizagem, considerando a realidade de professores e alunos, seus princípios estão assentados na perspectiva sociocultural. A principal função da avaliação formativa é não se transformar em uma pedagogia das competências, pois a avaliação formativa demanda que haja a articulação entre realidade e conhecimento teórico possibilitando assim a aprendizagem.

Sendo assim ocorrerá alteração de gabarito da letra "A" para letra "B".

Gomes. S. (2003). *Tessituras Docentes da Avaliação Formativa*. Dissertação de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação,

Universidade Federal de Minas Gerais, MG.

Jorba, J. & Sanmarti, N. (2003). A Função Pedagógica da Avaliação. *In Avaliação como Apoio à Aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed.

Número do Protocolo: 20191213.015.272128.076.0000002817-106

Cargo: PROFESSOR CIÊNCIAS

Questão: 21

Recurso: A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), institui em seu artigo 26, que: "Os currículos do Ensino Fundamental e Médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela". Logo, há previsão na lei, que rege a educação brasileira como um todo, do fomento de um currículo comum a todo território nacional. Sendo esta, a maior no que tange à educação brasileira. O Plano Nacional de Educação, é uma lei que prevê a elaboração do currículo comum no Brasil, tendo inclusive em sua redação, na meta 7, prazos para o currículo ser feito vigência. Assim, ele também, em forma de lei, garante a efetivação do currículo comum brasileiro. A Constituição Federal, foi o primeiro documento a prever um currículo comum, em seu artigo 210, com a seguinte redação: "Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais". No entanto, o documento regulamentador da educação como um todo, é a LDB (Lei de Diretrizes e bases da Educação) e não a Constituição. Nesse sentido, as opções A, B, e C estariam corretas. Vale ressaltar também, que o edital do concurso não orientava para o estudo da Constituição de 1988.

Resposta:

INDEFERIDO.

Tendo em vista que a BNCC está garantida na Constituição Federal de 1988, sendo assim é impossível conhecer e compreender a Base Nacional Comum Curricular se não houver o entendimento dos princípios constitucionais. Pois a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que visa guiar o currículo de todas as escolas públicas e privadas, tornando-se diretriz oficial para o ensino do Brasil. De acordo com o MEC (2019) o documento foi homologado em 2018. Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)1, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências, a LDB orienta a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a ser ensinados. BRASIL. BNCC: educação é a base. Brasília: MEC, 2018.

A questão é clara em perguntar "Qual a lei que garanti os conteúdos da BNCC?"

A única lei que garanti, ou seja, determina conteúdos mínimos para o ensino é a constituição federal através do seu artigo 210. As demais leis tratam do assunto regulamentam o que determina a CF.

Número do Protocolo: 20191219.015.272788.076.0000002818-610

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 27

Recurso: Penso que a questão 27 deve ser anulada, pois, primeiro, a opção considerada como correta (letra C), ao apresentar como resposta a participação da "comunidade" somente e não "comunidade escolar", não deixa claro o tipo de comunidade a qual a opção se refere, poderia ser "comunidade local", por exemplo, o que teria sentido incompleto e abriria precedente para considerar, exceto estado (ainda de modo parcial porque o enunciado da questão teria que ser revisto), todas as demais opções como corretas. Segundo, a LDB (Lei 9.394 de 1996), em seus artigos 14 e 15, apresenta as seguintes determinações, no tocante à gestão democrática: Art. 14 - Os sistemas de ensino



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. Desse modo, solicito que a questão seja revista.

Resposta:

INDEFERIDO, a Constituição Federal de 1988 e a LDB 9394/1996 ressaltam que para a efetivação do princípio constitucional da gestão democrática é necessário a participação da comunidade nas decisões relativas a gestão administrativa, financeira e pedagógica da escola. Portanto, a escola deve estar preparada para proporcionar um ensino de qualidade, respeitando assim a individualidade da comunidade escolar. A partir do princípio da gestão democrática a escola deve estabelecer relação com os demais agentes da comunidade local. A escola para ter característica democrática passa a ser administrada por toda a comunidade, de forma a buscar caminhos que de fato a faça cumprir com sua função social.

CUCIO, Patrícia. Educação democrática: o que é isso? Disponível em:

LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola Pública A pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 2001

Número do Protocolo: 20191209.015.271468.076.0000002819-83

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

Questão: 21

Recurso: Na questão 21, há 3 respostas que podem ser corretas, sendo que no Art. 26. da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (alternativa a) "Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum." (nº9394/96). Sendo assim, percebemos que nessa lei há um fomento de um currículo comum a todo território nacional. Já na alternativa b, vemos no plano nacional a meta 7.1 que declara: "estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local". Percebemos então, que a alternativa "plano nacional de edycação" também pode ser correta. Bem como a letra C está certo, sendo que esta é a resposta no gabarito. FONTES: Art. 26 da Lei de Diretrizes e Bases - Lei 9394/96. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/busca?q=Art.+26+da+Lei+de+Diretrizes+e+Bases+-+Lei+9394%2F96> PNE - Meta 7. Disponível em: <https://novaescola.org.-br/conteudo/3003/pne-meta-7>

Resposta:

INDEFERIDO.

Tendo em vista que a BNCC está garantida na Constituição Federal de 1988, sendo assim é impossível conhecer e compreender a Base Nacional Comum Curricular se não houver o entendimento dos princípios constitucionais. Pois a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que visa guiar o currículo de todas as escolas públicas e privadas, tornando-se diretriz oficial para o ensino do Brasil. De acordo com o MEC (2019) o documento foi homologado em 2018. Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)1 , e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências, a LDB orienta a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a ser ensinados. BRASIL. BNCC: educação é a base. Brasília: MEC, 2018.

A questão é clara em perguntar "Qual a lei que garanti os conteúdos da BNCC?"

A Única lei que garanti, ou seja, determina conteúdos mínimos para o ensino é a constituição federal através do seu artigo 210. As demais leis tratam do assunto regulamentam o que determina CF.

Número do Protocolo: 20191219.015.272788.076.0000002820-65

Cargo: PROFESSOR ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

Questão: 26

Recurso: Penso que a questão 26 deva ser anulada, pois, o enunciado da questão apresentava os termos "processos elementares psicológicos" e "processos superiores", diferentemente das opções de respostas apresentadas nas opções a, b, c, d, e, as quais apresentavam os termos "processos elementares" e "processos elementares superiores". Tal fato deixou as opções de respostas confusas, incompletas e sem concordância com o que apresentava o enunciado da questão. Em pesquisas realizadas, no dia 05 de março de 2020, em sites da internet como <https://site-antigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/funcoes-psicologicas-superiores/4270>, os termos encontrados foram "processos elementares psicológicos" e "processos superiores". Saliento que a questão deva ser anulada pelo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Realização



Concurso Público nº 01/2019
Edital nº 15 – Resultado dos Recursos Contra
Gabarito Preliminar da Prova Objetiva

fato dos termos utilizados nas opções de resposta não estarem em concordância com o enunciado da questão, salientando também que os termos nas opções de respostas não foram encontrados nas pesquisas realizadas.

Resposta:

INDEFERIDO, o enunciado da questão apresenta conceitos que são próprios da teoria histórico-cultural, logo ao solicitar a diferença entre os processos psicológicos elementares e os processos superiores já está intrínseco a perspectiva de Vygotsky, as alternativas apresentam elementos que permitem assinalar a alternativa correta. Pois, as bases teóricas que envolvem o desenvolvimento humano e a educação está assentada na perspectiva de Lev Vygotsky. O psicólogo bielorusso chama a atenção para o processo de desenvolvimento, pois segundo o teórico o homem atua sobre o mundo em que está inserido, agindo assim nas relações sociais. Logo, os processos elementares psicológicos são controlados pelo meio e os processos elementares superiores obedecem a autorregulação.

SILVA, Daniela Regina da. Psicologia da Educação e Aprendizagem. Associação Educacional Leonardo da Vinci (ASSELVI). – Indaial: Ed. ASSELVI, 2006.

VYGOTSKY, L.S. A Construção do Pensamento e da Linguagem. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.

_____, Lev S. Aprendizado e desenvolvimento Um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1998.

Sarandi, Estado do Rio Grande do Sul, em 17 de março de 2020.

Leonir Cardozo

Prefeito

Membros da Comissão:

Patrícia Mocelin

Adriano de Andrade Kaufmann

Verônica Bressan

Adriana D. Bergamaschi

Silvana Novello Koch